



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IPS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI

**SIGNIFICAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA AO LONGO DA VIDA: AS NARRATIVAS DE ADULTOS
VITIMADOS NA INFÂNCIA OU ADOLESCÊNCIA**

Manuela Menezes de Almeida Moura

Salvador,

Junho de 2015



SIGNIFICAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
AO LONGO DA VIDA: AS NARRATIVAS DE ADULTOS VITIMADOS NA
INFÂNCIA OU ADOLESCÊNCIA

Manuela Menezes de Almeida Moura

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia do Desenvolvimento.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marilena Ristum

Salvador,
Junho de 2015

Dedico este trabalho a todos os “Bernardos” e “Isabelas” que existem pelo mundo.

Que eles possam se identificar com as histórias de vida trazidas aqui.

Que os escritos aqui os ajudem, caso eles precisem de ajuda.

Dedico, especialmente, e com todo meu coração, ao meu Bernardo e a minha Isabela, pessoas de quem testemunhei muitos momentos da vida, alguns tristes e outros alegres. Pessoas de quem tive a honra de testemunhar acontecimentos, reviravoltas, choros e surpresas.

A esse Bernardo e a essa Isabela, um muito obrigado, cheio de amor e gratidão, por não só terem me dado a honra de participar das suas vidas, como também me darem o privilégio de retratá-las aqui.

Agradecimentos

Agradeço, acima de tudo, a essa força estranha que me fez e me faz resistir sempre, superar obstáculos e a mim mesma, mesmo quando tudo parece sem solução.

Agradeço aos meus pais, por me ensinarem, cada um a seu modo, que eu posso e devo acreditar em mim. E por me amarem, cada um a seu modo também.

Agradeço à querida professora Marilena que, há mais de 10 anos, me deu a chance de me aproximar desse difícil mundo da academia, na iniciação científica. E hoje, novamente me oferta a oportunidade de realizar este trabalho, que tem um sentido muito além da academia para mim. Jamais esquecerei as palavras dela: “O que mais me chamou atenção no seu trabalho é o olhar não fatalista que ele tem, a percepção de que as pessoas vítimas de violência podem superar e seguir a vida”. Se não foi isso que ela falou, foi isso que eu registrei. Professora, eu aprendo muito com você! Um grande e carinhoso obrigada!

Agradeço ao Grupo de Pesquisa, pelos inúmeros momentos de discussão e aprendizado, todos regados a muito afeto e comida. Obrigada, meus queridos colegas, por todo acolhimento em momentos de angústia.

Obrigada especial à Kari, uma pessoa querida, que me ajudou nessa reta final.

Obrigada aos meus amigos fora da Universidade (Negona, Príncipe, Cris, Dinho, Darly, Sami, Liu, Deli, Miloquinha, Lari) por tornarem minha vida tão cheia de amor e risadas. Eu escolho vocês para levar comigo, ao longo dos meus anos de vida.

Agradeço, também, a minha querida Ângela Batista, minha analista, por me receber sempre com tanto afeto, leveza e lucidez. Assim como, agradeço à Biba, minha supervisora, outra pessoa muito querida e importante para mim. Vocês duas são um exemplo para mim. A combinação entre teoria, técnica, habilidade e afeto, muito afeto!

E, por último, porém não menos importante, muitíssimo obrigada ao meu companheiro, amor e marido Léo. Meu amor, quanta coisa nós superamos nesses anos, quanto nós andamos e vencemos! Você me segurou em todos os momentos que mais precisei. Me acalmou, participou ativamente do meu processo de mestrado e de tudo que acontecia na minha vida em paralelo a ele. É muito bom a certeza de que você é uma constante na minha vida.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender as significações e ressignificações da violência doméstica, ao longo da vida, construídas por adultos vitimados na infância e/ou adolescência. Para introduzir e fundamentar o tema, foram discutidos os conceitos de família e de violência doméstica intrafamiliar e seus desdobramentos. O referencial teórico adotado foi a Psicologia Histórico-Cultural, na perspectiva proposta por Bruner, com destaque para os conceitos: significação, ressignificação, canônico, ruptura do canônico e constituição do si-mesmo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com o uso da entrevista narrativa. Os participantes foram dois adultos, uma mulher e um homem, de 25 anos e 26 anos, respectivamente, que sofreram violência doméstica intrafamiliar na infância e na adolescência, escolhidos por conveniência. A coleta de dados ocorreu em um consultório de psicologia. As entrevistas foram gravadas em áudio, para posterior transcrição e análise. Os dados foram categorizados e analisados de forma coerente com a estratégia de análise qualitativa, orientada pelos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural e, mais especificamente, pelos conceitos propostos por Bruner. Os resultados mostraram que ambos os participantes trouxeram significações e ressignificações a respeito de episódios de violência doméstica intrafamiliar, ocorridos ao longo da infância e da adolescência. Na narrativa de Bernardo, foi identificado um histórico de violência sexual, perpetrada pelo primo, e de violência física e psicológica, perpetrada pelos pais. Já a narrativa de Isabela mostrou que o tipo de violência sofrida foi o abandono emocional, cometido pelo pai. Os dois participantes referiram-se a cânones sobre família, cuidado e função parental, e o participante Bernardo relatou, também, cânones referentes a infância e adolescência. Houve experiências de rupturas de cânones nos dois casos, a partir das quais foram analisadas as estratégias construídas para lidar com estas rupturas. Por fim, pode-se analisar a constituição do “si-mesmo” dos participantes, construídos a partir das suas narrativas. Concluiu-se que as significações acerca da violência sofrida passam por ressignificações ao longo do tempo, sempre atreladas a condições de vida dos participantes. Destaca-se a possibilidade de superação dos danos relacionados à violência, desfazendo-se a visão fatalista e estática de danos imutáveis.

Palavras-chave: violência doméstica intrafamiliar; violência contra crianças e/ou adolescentes; narrativa; significações; ressignificações.

ABSTRACT

The present research aimed to comprehend the interpretations and reinterpretations of the domestic violence throughout life, built by adults victimized in childhood and/or adolescence. To introduce and ground the theme, the concepts of family and intra-family domestic violence and its developments were discussed. The theoretical approach adopted was the Historical-Cultural Psychology in the perspective proposed by Bruner, highlighting the concepts: interpretation, reinterpretation, canonical, rupture of the canonical and constitution of the self. It is a qualitative research, using the narrative interview. The participants were two adults, a woman and a man of 25 years and 26 years respectively, who have suffered intra-family domestic violence in childhood and adolescence, chosen for convenience. The data collection occurred in a psychology clinic. The interviews were recorded in audio for posterior transcription and analysis. The data were categorized and analyzed coherently with the qualitative analysis strategy, oriented by the assumptions of Historical-Cultural Psychology, and more specifically, the concepts proposed by Bruner. The outcomes showed that both participants brought interpretations and reinterpretations about episodes of intra-family domestic violence that occurred throughout childhood and adolescence. In Bernardo's narrative, a historic of sexual violence was identified, perpetrated by his cousin, and physical and psychological violence, perpetrated by his parents. While Isabela's narrative showed that the type of violence suffered was emotional abandonment, committed by the father. The two participants have referred to canons on family, care and parental function, and the participant Bernardo also reported canons referring to childhood and adolescence. There were experiences of ruptures of canons in both cases, from which the strategies built to deal with these ruptures were analyzed. Finally, one can analyze the constitution of the "self" of the participants, constructed from their narratives. It was concluded that the meanings about the suffered violence passed by reinterpretations over time, always linked to conditions of the participants' life. It stands out the possibility of overcoming the damage related to violence, undoing the fatalistic and static view of immutable damage.

Keywords: Intra-famaly domestic violence; violence against children and/or adolescents; narrative; interpretation; reinterpretation.

Sumário

Capítulo 1 – Um panorama sobre o tema: o que falta olhar?	14
Capítulo 2 – Violência doméstica na família	26
2.1. Pensando sobre família: o que se espera dos pais e mães?.....	26
2.2. Conceito (s) de violência doméstica intrafamiliar	31
2.3. Desdobramentos da violência doméstica intrafamiliar contra crianças e adolescentes	41
Capítulo 3 – Referencial teórico	48
3.1. Breve contextualização da Psicologia Histórico Cultural de Bruner... 48	
3.2. Principais conceitos abordados neste trabalho	49
3.3. Articulando alguns conceitos de Bruner com a literatura sobre violência doméstica intrafamiliar	53
Capítulo 4 – Abordagem metodológica	56
4.1. O problema de pesquisa.....	56
4.2. Objetivos.....	56
4.2.1. Objetivo geral	56
4.2.2. Objetivos específicos	56
4.3. Método.....	56
4.3.1. Estratégia geral da pesquisa.....	56
4.3.2. Participantes.....	57
4.3.3. Local de coleta de dados.....	57
4.3.4. Instrumento de coleta de dados.....	58
4.3.5. Procedimentos de coleta de dados	60
4.3.7. Aspectos éticos envolvidos	60
4.3.8. Procedimentos para análise dos dados.....	61
Capítulo 5 – Análise e Discussão dos dados	63
Caso 1 – Bernardo.	63

1. Significações e ressignificações das violências sofridas e dos seus desdobramentos	65
1.1. Violência física e psicológica cometida pelos pais	65
a) A violência cometida pelos pais significada como característica de um estilo de educação / criação da criança e do adolescente	66
b. Violência cometida pelos pais ressignificada como barreira para a revelação da violência sexual e para a solicitação de apoio	67
1.2. Violência sexual perpetrada pelo primo.....	69
a) A violência sexual significada como relação amorosa (durante e logo após o término)	71
b) A violência sexual ressignificada como algo sujo, nojento, câncer, violento e ilícito (aproximadamente dos doze aos vinte e dois anos).....	72
c) A violência sexual ressignificada como experiência passível de superação.....	76
c.1) Ressignificações da violência sexual na adultez e de alguns dos seus desdobramentos (até a procura por terapia)	77
c.2) Ressignificação da violência sexual na adultez e de alguns dos seus desdobramentos (a partir do início da terapia).....	79
2) A narrativa que constrói o si-mesmo de Bernardo	82
Caso 2 – Isabela	86
1. Significações e ressignificações da violência e dos seus desdobramentos ao longo da vida.....	87
2. Canonificação e Ruptura.....	94
3. Estratégias para lidar com o abandono emocional.....	99
4. A narrativa que constrói o si-mesmo de Isabela	104
6. Considerações Finais	108
7. Anexos	113
1. Roteiro de entrevista	113
2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	116

8. Referências Bibliográficas.....119

Apresentação

O interesse em realizar uma pesquisa de Mestrado cujo tema fosse violência doméstica intrafamiliar começou na iniciação científica, em 2003, quando participei de um projeto já com a Professora Marilena Ristum. Tal interesse foi fomentado pelos anos de graduada, quando, ao trabalhar com psicologia clínica, comecei a perceber que chegavam ao meu consultório, com certa frequência, adultos que tinham sofrido algum tipo de violência intrafamiliar quando eram crianças e, em alguns casos, violência essa estendida até a adolescência.

Estar com esses adultos começou a me intrigar. Bom, eles eram adultos e já havia se passado muito tempo da ocorrência do último episódio de violência, portanto, não havia mais marcas físicas. Mas do ponto de vista psicológico, em alguns casos, parecia que a violência tinha ocorrido ontem. Com o passar dos anos, fui vendo muitas dessas pessoas darem outros rumos às suas vidas, deixando a violência e seus desdobramentos no passado. Isso não era feito dotado de significação de fuga. Isso era feito a partir de construções de novos significados em direção a uma superação da violência.

Assim, foi se delineando o interesse pelo estudo da violência doméstica intrafamiliar cometida contra crianças e adolescentes. Certamente esse é um assunto que muita gente já estudou e sobre o qual já escreveu, é verdade. Porém, neste trabalho, buscou-se colocar o foco não no fenômeno em si, mas em um aspecto pouco estudado: as significações e ressignificações do adulto sobre a violência sofrida pelo mesmo na infância e/ou na adolescência, construídas ao longo da vida.

A partir da literatura e também do senso comum, sabemos que uma violência perpetrada por algum familiar, de quem se espera proteção e cuidado, lógico que deixará marcas. Algumas visíveis, outras não, algumas mais graves e duradouras, outras nem tanto. Porém, o grande interesse desse estudo é entender o que esses adultos fizeram, a respeito deste fato, ao longo da vida. Quais significações construíram? Quais significados puderam ressignificar? Quais acontecimentos estas pessoas consideraram rupturas de cânones socialmente estabelecidos? Caso essas rupturas tenham acontecido, como lidaram com isso? O que essas pessoas pensavam ao seu respeito? Alguma dessas concepções mudou?

Para responder a essas e outras perguntas, estudamos as narrativas de dois participantes, um homem e uma mulher, com idades de aproximadamente vinte e cinco anos na época da entrevista. O tipo de entrevista utilizada foi a entrevista narrativa e a mesma foi aplicada em um consultório de psicologia. A escolha pela entrevista narrativa se deu por considerar que a pergunta disparadora e a fala livre eram o melhor caminho para a obtenção dos dados, uma vez que proporcionaria ao participante maior liberdade de falar o que desejasse, sem preocupação em direcionar este relato para responder a perguntas específicas. Compreende-se que, desta forma, o participante pôde falar sobre sua vivência da violência doméstica intrafamiliar de modo mais espontâneo.

Para tanto, utilizou-se da Teoria Histórico Cultural, especificamente a proposta por Bruner, para análise dos dados. Os conceitos trabalhados foram: “significação”, “ressignificação”, “canônico”, “ruptura do canônico” e “constituição do si-mesmo”.

O trabalho está organizado em seis capítulos, brevemente descritos a seguir:

O *Capítulo 1* refere-se à revisão de literatura realizada sobre o tema. Pretendeu-se, com isso, levantar os estudos mais recentes sobre o tema da violência doméstica intrafamiliar. Constatou-se, a partir deste levantamento, que existe pouca literatura sobre a violência doméstica intrafamiliar com o foco no adulto que foi vítima na infância ou adolescência, especificamente sobre seus processos de significação e ressignificação. Tal lacuna na literatura justifica o presente estudo, visto que pode contribuir para produção acadêmica, bem como subsidiar propostas de intervenção com este público.

O *Capítulo 2* abordou os conceitos de família, função parental e violência doméstica intrafamiliar. Deu-se um destaque especial ao conceito de família enquanto vínculos consanguíneos e afetivos, bem como aos conceitos de violência psicológica e abandono emocional, já que são conceitos importantes para a compreensão das significações construídas pelos participantes a respeito da violência doméstica e de todos os seus possíveis desdobramentos.

O *Capítulo 3* expõe o arcabouço teórico utilizado: a Psicologia Histórico Cultural, abordando especificamente os conceitos trazidos por Jerome Bruner. Assim, trabalhou-se, nesse capítulo, um breve histórico da Psicologia Histórico Cultural, a fim de explicar brevemente o surgimento desta e dos conceitos utilizados no presente trabalho. Depois, foram explicitados os conceitos de significação, de narrativa, de canônico e ruptura do canônico e, por fim, do “si-mesmo”, sobre os quais foi alicerçada a construção da análise de dados e das considerações finais.

No *Capítulo 4* são explicitados o problema e os objetivos da pesquisa. Logo

após, são descritos os participantes, os procedimentos adotados para a coleta de dados e para análise destes. Por fim, aborda os cuidados éticos que foram tomados na coleta de dados e no respeito para com os participantes.

O *Capítulo 5* apresenta a análise e a discussão de dados, juntamente. Neste capítulo, são abordados os dados das narrativas dos dois participantes da pesquisa, deles extraindo os temas e subtemas que organizaram e orientaram a análise de dados. Ao longo de todo o capítulo, foi feita uma articulação entre os dados analisados e os conceitos de família, função parental e violência doméstica intrafamiliar, abordados no Capítulo 2, e, também, com os conceitos da Teoria Histórico Cultural apresentada no Capítulo 3.

Por fim, o *Capítulo 6* retrata as considerações finais realizadas diante de todo processo de pesquisa e analisa se e como os objetivos propostos foram atingidos. Elenca algumas observações importantes produzidas a partir da análise e da discussão dos dados e, por conseguinte, sugere que pesquisas continuem sendo feitas a fim de contribuir mais e mais com a produção acadêmica a respeito do tema.

Capítulo 1 – Um panorama sobre o tema: o que falta olhar?

Existem muitos estudos que identificam e conceituam a violência doméstica, discutem sobre a atuação dos profissionais que lidam com este fenômeno no seu cotidiano, sobre possíveis redes de apoio às vítimas, bem como listam os fatores contextuais que favorecem a violência doméstica intrafamiliar e os diversos tipos de consequências deste ato na vida de uma pessoa. Também são vários os estudos que falam sobre o círculo vicioso da violência doméstica: o alto índice de repetição do padrão violento – o qual defende que, com o passar do tempo, muitas vítimas se tornam agressores (Rocha & Leite, 2011; Barbosa e Pegoraro, 2008; Espinoza, Zepeda, Bautista, Newton, Plasencia & Hernández, 2010; Silva, Rondini, Medeiros & Venturini, 2013; Gabatz, Neves, Beuter & Padoin, 2010; entre outros).

Uma parte dos estudos sobre os temas citados acima foi produzida por profissionais da área de saúde. Estudos feitos na área da psicologia abordam, em sua maioria, consequências para a vida das vítimas. Porém, o enfoque dado a estas consequências se pauta no período imediato à ocorrência da violência, correlacionando-o com a construção de possíveis psicopatologias decorrentes da situação abusiva (Silva, Rondini, Medeiros & Venturini, 2013; Martinez, 2008; Habigzang, Dala Corte, Hatzenberger, Stroehrer & Koller, 2008; Garcia & Ruschel, 2010; entre outros).

O enfoque dado na presente pesquisa surgiu a partir da prática clínica com pessoas adultas que foram vítimas de violência doméstica intrafamiliar quando crianças e/ou adolescentes. As consequências psicológicas vividas por estas pessoas perduraram muito mais tempo do que o tempo necessário para a cicatrização das consequências físicas. No decorrer das suas vidas, essas pessoas se dedicaram a cuidar das suas “feridas psíquicas”, fazendo o possível para retomarem suas vidas a partir de uma perspectiva diferente. Este ponto de vista – o qual enfoca os aspectos psicológicos da pessoa vítima na infância e/ou adolescência, quando já na fase adulta – foi inexpressivo na revisão de literatura realizada, configurando-se numa lacuna nas pesquisas mais recentes.

Assim, considerando essa lacuna e a relevância de se ter um olhar menos fatalista em relação às consequências da violência doméstica, o presente estudo pretende abordar a violência doméstica intrafamiliar com o foco naquele que foi vítima na infância, porém no momento da pesquisa já se encontra na fase adulta e, através das

narrativas, estudar como este sujeito constrói suas significações e ressignificações sobre a violência doméstica ao longo da vida.

Ao escrever nos principais sites de busca (Portal CAPES, Google Acadêmico, Scielo) as palavras-chave “violência doméstica”, “violência doméstica intrafamiliar”, “violência contra crianças e adolescentes” e “violência doméstica contra crianças e adolescentes”, limitando o período de busca para os últimos cinco anos, foram encontradas pesquisas sobre a violência doméstica intrafamiliar contra criança e/ou adolescente abordando diferentes temáticas. Estes descritores foram escolhidos devido ao grau de clareza que os mesmos contêm e à eficácia em identificar o tema da pesquisa a partir deles.

Alguns textos encontrados estavam identificados com estas palavras-chave, porém não abordavam este tema, sendo então excluídos da revisão de literatura. Os textos trabalhados aqui reforçam a necessidade de haver mais produções científicas com esse tema do presente trabalho.

Dentre os estudos encontrados na revisão de literatura, pode-se constatar a presença de três grandes grupos temáticos: 1. prática de diferentes categorias profissionais; 2. significações e estratégias de enfrentamento e 3. fatores causais e de risco e consequências (Figura 1: Revisão de literatura).

De acordo com a Figura 1, no que se refere ao primeiro grupo temático – sobre a prática profissional daqueles que atuam com pessoas vítimas de violência doméstica intrafamiliar contra crianças e/ou adolescentes - as pesquisas publicadas mencionam diferentes categorias profissionais: o psicólogo hospitalar (Barbosa & Pegoraro, 2008), os profissionais de enfermagem (Thomazine, Oliveira & Vieira, 2009; Lise & Motta, 2012), os residentes em pediatria (Bourroul, Rea & Botazzo, 2008), os profissionais de saúde em geral, sendo a maior parte pertencente aos Programas de Saúde da Família (Luna, Ferreira & Vieira, 2010; Rocha & Moraes, 2011; Zanelatto, Medeiros, Silva & Bouttelet, 2012), os profissionais que atuam na área das políticas públicas (Paixão & Deslandes, 2011; Baptista, França, Costa & Sousa, 2008) e, por fim, os profissionais da educação (Ristum, 2010; 2014).

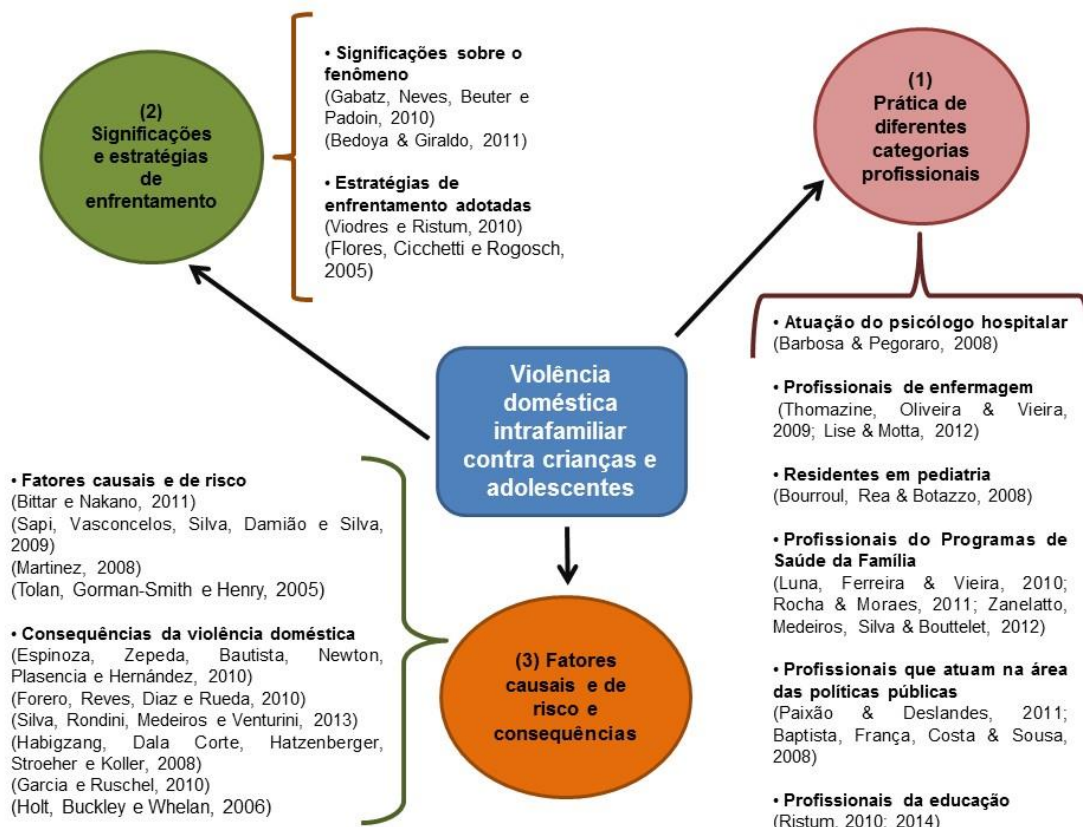


Figura 1: Revisão de literatura

Barbosa e Pegoraro (2008) realizaram uma pesquisa bibliográfica sobre a atuação do psicólogo hospitalar frente à situação de violência doméstica intrafamiliar. As autoras relataram o compromisso em analisar a situação considerando os múltiplos fatores envolvidos tanto na situação de violência como na relação mãe/filho. O objetivo da pesquisa era discutir a conceituação de violência e as diversas consequências desta para o desenvolvimento infantil nos níveis físico e psicológico.

No que tange à conceituação, as autoras afirmam que não há consenso sobre a definição de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, porém tentam discernir os vários tipos e subtipos de maus-tratos, entre eles a violência física, psicológica ou emocional, a violência sexual e a negligência. Sobre as consequências físicas, as autoras mencionam que os impactos são mais imediatos e mais facilmente identificados por serem, em sua maioria, visíveis. No nível psicológico, as autoras citam que há consequências no desenvolvimento socioemocional, comportamental e cognitivo a médio e longo prazo, porém consideram que estes são mais difíceis de serem identificados.

Já entre as pesquisas feitas sobre a atuação dos profissionais de enfermagem, Thomazine, Oliveira e Vieira (2009) deram foco à análise sobre identificação e/ou notificação de casos de violência doméstica intrafamiliar atendidos no seu ambiente de trabalho. Os pesquisadores ressaltaram o dever ético e legal que os profissionais de saúde têm de denunciar quando suspeitam de alguma ocorrência de violência doméstica, embora os resultados da pesquisa tenham indicado que, muitas vezes, o profissional apresenta dificuldade tanto na identificação quanto na notificação.

Um estudo, realizado por Lise e Motta (2012), baseado em revisão de literatura, teve como objetivo caracterizar a produção de conhecimento e identificar os fatores de vulnerabilidade para os maltratos infantis, bem como conhecer a atuação do profissional de enfermagem e as estratégias adotadas por eles. Os resultados mostram que as meninas são mais vulneráveis aos diferentes tipos de violência doméstica intrafamiliar do que os meninos, porém não foi possível identificar quais as estratégias de enfrentamento adotadas por este profissional devido à ausência de informação.

Outra categoria profissional que apresentou dificuldades em identificar e notificar os casos de violência doméstica intrafamiliar foram os residentes em pediatria (Bourroul, Rea & Botazzo, 2008). Estes autores realizaram uma pesquisa procurando compreender como os residentes em pediatria percebiam a violência doméstica contra crianças e adolescentes. Os resultados revelaram que quase a totalidade dos entrevistados relataram sentir medo ao atuar com este público e consideraram a sua formação insuficiente para tal. Para além disso, apesar dos participantes reconhecerem a importância da notificação, poucos de fato já a fizeram durante o exercício profissional.

Luna, Ferreira e Vieira (2010), em uma pesquisa feita também com o objetivo de analisar o processo de notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes, no exercício da prática dos profissionais de saúde em geral, concluíram que o processo de notificação ainda ocorre de maneira pontual e assistemática, sugerindo, por fim, que o incremento de programas de formação continuada e a ampliação das redes de suporte profissional poderão reduzir o grau de insegurança destes profissionais, reverberando no aumento das notificações.

Além dessas preocupações de analisar a existência das notificações, outros estudos, abordando profissionais de saúde, enfocaram a capacidade destes profissionais para realizar ações preventivas. Rocha e Leite (2011) realizaram um estudo sobre a atuação dos profissionais de saúde dentro do Programa de Saúde da Família de Niterói-RJ. A pesquisa procurou avaliar a atuação da equipe de profissionais pertencentes ao

programa, visando analisar com que frequência estes profissionais identificavam a ocorrência da violência, qual acompanhamento era ofertado após a ocorrência, bem como se os profissionais conseguiam detectar precocemente e traçar ações que promovessem a prevenção. Os autores chegaram à conclusão de que existe uma baixa identificação de casos e subnotificação, justificando este fato na hipótese de que as categorias profissionais devem ter diferentes concepções a respeito da violência doméstica intrafamiliar. Portanto, consideram fundamental o planejamento e implantação de práticas sanitárias que possam favorecer o enfrentamento da violência.

Zanelatto, Medeiros, Silva e Bouttelet (2012) também focaram na análise da ocorrência de ações preventivas feitas pelos profissionais de saúde. Para chegar à identificação das ações preventivas, a pesquisa feita por estes autores buscou compreender o significado atribuído pelos profissionais à violência doméstica contra crianças e adolescentes, investigando quais as atitudes adotadas por eles durante a sua prática. Como resultados, pode-se perceber que os profissionais compreendem as questões sociais, como o desemprego, baixa escolaridade e pobreza, uma das principais razões para a ocorrência da violência doméstica intrafamiliar, bem como consideram de mais importância as ações preventivas e os encaminhamentos aos órgãos jurídicos competentes ou instituições de saúde de maior complexidade.

Já as pesquisas feitas dentro da área de atuação nas políticas públicas apresentaram duas vertentes: a identificação dos entraves no atendimento especializado ofertado às vítimas de violência doméstica intrafamiliar devido às dificuldades nas articulações com outras instituições e à deficiência no número de serviços e profissionais especializados, além da pouca oferta de capacitação (Paixão & Deslandes, 2011); a outra vertente refere-se à análise do perfil das vítimas atendidas no Programa Sentinela, a incidência de notificação dos casos, bem como a identificação do perfil dos principais abusadores (Baptista, França, Costa & Sousa, 2008).

Outra área de atuação encontrada na revisão foi sobre o trabalho dos profissionais pertencentes ao Sistema de Garantia de Direitos, dentre eles os conselheiros tutelares, promotores de justiça e técnicos. Os autores buscaram compreender as representações sociais destes profissionais acerca da prevenção e enfrentamento da violência doméstica intrafamiliar contra crianças e adolescentes (Branco & Tomanik, 2012). Os resultados apontaram que a prática destes profissionais é pautada nas prescrições jurídicas, bem como nas representações sociais que compartilham sobre a violência doméstica. Pontuam também que as diferenças

existentes na atuação são baseadas nas próprias diferenças pessoais destas representações. Por fim, propõem que os atores destas práticas possam refletir sobre seu cotidiano a fim de suscitar constatações que contribuam para o aperfeiçoamento da atuação e funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos, na perspectiva da implementação de alternativas de enfrentamento e prevenção do fenômeno da violência doméstica intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

Ainda seguindo a lógica das diversas atuações profissionais diante da violência doméstica, Ristum (2010), em seu estudo sobre a violência doméstica contra crianças e as implicações da escola, aborda os danos da violência doméstica relatados na literatura e considera que estes podem se constituir um elemento importante, o qual ajudaria os profissionais da escola a identificar as violências doméstica de que seus alunos são vítimas. Enfatiza, portanto, a importância da escola no enfrentamento da violência doméstica e familiar, visto que as crianças e adolescentes têm contato diário e prolongado com os profissionais da escola, sendo estes uma possível única fonte de proteção. Por fim, é salientado nessa pesquisa que a escola pode e deve se colocar como um espaço ideal de revelação, suspeição, identificação e notificação da violência sofrida por seus alunos.

Outra pesquisa realizada por Ristum (2014), em algumas escolas públicas, tinha por objetivo investigar se e como os professores identificam a violência doméstica sofrida por seus alunos, bem como buscou também caracterizar os casos identificados no que tange às modalidades de violência doméstica, o perfil dos agressores e dos alunos vitimados. Esta pesquisa foi realizada em escolas da rede municipal de ensino de uma grande cidade. Foram trinta e uma escolas participantes da pesquisa (10% do total de escolas da rede).

Entre os resultados, a autora afirma que 38% dos professores pesquisados informaram ter suspeitado/identificado sinais de violência doméstica entre seus alunos. Este é um percentual que pode ser considerado baixo, dado que os entrevistados são profissionais de educação e deveriam estar bem preparados para perceber sinais de violência doméstica, mesmo aqueles que são sutis. Sendo assim, os profissionais da escola mostravam pouco conhecimento a respeito do tema. A autora sinalizou que, no momento da pesquisa, “não havia qualquer programa informativo/formativo ou qualquer orientação institucional a respeito de identificação e de ações referentes à violência doméstica” (p.10). E, somado a isto, os profissionais pouco conheciam sobre o

ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), no que diz respeito a sua atuação diante dos casos de violência.

Para a autora, as ações da escola devem ser baseadas na afirmação desta enquanto uma instituição socializadora e promotora, não apenas do conhecimento, mas também dos direitos das crianças e adolescentes. Para tanto, a escola deve trabalhar de modo a construir vínculo de confiança e apoio efetivo às crianças e, para isto acontecer, é necessário que os profissionais da educação tenham uma melhor formação inicial e continuada sobre o fenômeno da violência doméstica e todos os seus desdobramentos.

Assim, pode ser concluído, a partir da articulação de artigos sobre diferentes atuações profissionais com pessoas que sofreram violência doméstica intrafamiliar, que existe uma produção científica significativa sobre a conceituação da violência, sobre como orientar os profissionais para identificar e notificar a ocorrência da violência, quais medidas de proteção tomar e como acionar o setor público nessa intervenção. Foi possível também perceber um pouco das dificuldades de atuação das diferentes categorias profissionais. Independente da categoria profissional, os artigos encontrados, de acordo com o critério de busca já mencionado, envolviam a atuação no momento em que a violência ainda estava ocorrendo ou imediatamente após o episódio, revelando, assim, uma escassez de produção bibliográfica envolvendo o trabalho em momentos posteriores ao acontecimento da violência.

O segundo grupo temático abordou aspectos referentes às significações sobre violência doméstica e as estratégias de enfrentamento adotadas pelas pessoas envolvidas no (s) episódio (s) violento. Uma pesquisa realizada por Gabatz, Neves, Beuter e Padoin (2010) abordou os atores sociais envolvidos na violência doméstica, mas com o foco sobre a construção de significados destes acerca o fenômeno. Estes autores buscaram associar a ocorrência da violência doméstica intrafamiliar com o significado de cuidado construído pela criança a partir desta experiência. Dos resultados, emergiram diferentes significados de cuidado, explicitados pelos subtemas: “sentimento de amor”, “sentimento de carinho” e “cuidados básicos”. Os autores propuseram, como medida eficaz para o atendimento a este público, o trabalho preventivo realizado junto às famílias, com foco em ações que propiciem o apego, o fortalecimento do vínculo mãe-filho e as relações familiares.

Complementando a temática da construção de significados, Bedoya e Giraldo (2011) realizaram um estudo que buscou investigar o significado de vínculos construídos por filhos e filhas de mães que se nomeiam como maltratadoras. A pesquisa

tem como conclusão que a violência materna gera um estilo comunicacional baseado no desencontro vincular, bem como exige da criança a construção de estratégias para serem resilientes. Por fim, defendem que uma terceira pessoa mediando a relação mãe e filho pode funcionar de modo a regular a ocorrência da violência.

A pesquisa realizada por Viodres e Ristum (2010) analisou as estratégias de enfrentamento adotadas por mães de meninas violentadas sexualmente. Tais estratégias foram classificadas como focalizadas na criança ou na mãe. As autoras ressaltam que esta separação não implica que não haja intersecção entre os dois tipos de estratégia, pois, apesar de o foco poder ser mais dirigido à mãe ou à criança, na prática, as estratégias podem envolver ambas. Sobre as estratégias de enfrentamento referentes à criança, estas envolvem principalmente a assistência profissional e a denúncia do crime, visando à promoção e proteção da saúde da criança através do afastamento do agressor. No que se refere às estratégias concernentes às mães, observou-se que estas buscam por auxílio profissional e espiritual. A atuação profissional da rede acionada por essas mães foi importante para a construção das estratégias de enfrentamento relacionadas às crianças. No que se refere às estratégias de enfrentamento focadas na mãe, as autoras revelam que a busca por ajuda espiritual foi a mais utilizada.

Flores, Cicchetti e Rogosch (2005) realizaram um estudo para investigar os efeitos da ocorrência de maus-tratos em crianças latinas, como se dá seu processo de mal-adaptação e quais aspectos são preditores de resiliência. Sobre processos de mal-adaptação, os autores salientam que existem fatores de risco ambientais que preveem funcionamento mal adaptativo em crianças, independente de raça e etnia. São alguns: educação materna limitada, chefe da família trabalhando em atividades não qualificadas, dependência de um adulto em relação ao chefe da família, dependência de suporte financeiro, desemprego parental, ausência de pais vivendo na casa, família numerosa, pai ou mãe com doença mental e instabilidade no relacionamento parental.

Para os autores, a criança vítima de maus-tratos apresenta alto risco no funcionamento adaptativo, devido aos efeitos no desenvolvimento, dos aspectos biológico, cognitivo, social, emocional e linguístico da violência doméstica intrafamiliar. Além disso, os maus-tratos, cometidos contra a criança, também é associado com diversas disrupções em áreas do desenvolvimento, incluindo a regulação emocional, formação de relacionamentos de apego seguro, desenvolvimento de um sistema de self integrado e autônomo, relações efetivas com pares e sucesso na adaptação escolar.

Sobre os preditores de resiliência, múltiplos aspectos foram considerados nessa investigação, tais como; os recursos pessoais e os tipos de relacionamento intrafamiliar, sendo analisados em crianças em idade escolar, com histórico ou não de maus-tratos. Nas crianças com histórico de maus-tratos, foram encontradas algumas áreas de funcionamento resiliente: ego-resiliência, controle do ego, recursos pessoais e a habilidade em construir relações positivas com alguma figura adulta fora da família. (Flores, Cicchetti & Rogosch, 2005)

Foi possível perceber, na revisão de literatura, que as pesquisas com foco nas significações sobre a violência doméstica intrafamiliar referem-se à importância de ações de cuidado e proteção com as crianças vítimas e salientam sobre o estilo comunicacional comprometido existente na relação entre filhos e mães que se consideram agressivas, cabendo às crianças desenvolverem alternativas para lidar com essas mães agressoras. Já as pesquisas que abordam estratégias adotadas no enfrentamento desta violência, trazem como possibilidades de estratégias de enfrentamento desde a busca por auxílio profissional e espiritual até os recursos pessoais e a habilidade em construir relações positivas com outros adultos fora da família.

O terceiro grupo temático tinha por foco os fatores causais e de risco e as consequências da violência doméstica intrafamiliar. Bittar e Nakano (2011) realizaram uma pesquisa com a perspectiva de investigar os fatores causais e de risco. Ao identificar a mãe como principal agressora dos seus filhos, procurou correlacionar a vivência destas mulheres em contextos de álcool, drogas e violência com a agressão que cometiam contra seus filhos. Por fim, propunham, em síntese, que os contextos familiar e social em que estas mulheres viveram, durante seu desenvolvimento, reúnem fatores contribuintes para a manifestação destes atos de violência.

A pesquisa citada acima tem como foco principal, a associação dos fatores externos tidos como facilitadores da violência doméstica intrafamiliar, a exemplo de: a vivência do agressor em contextos de álcool, drogas e violência (Bittar & Nakano, 2011). Outra pesquisa, realizada por Martinez (2008), também procurou analisar fatores causais facilitadores, porém identificando fatores internos. Este autor propôs que a exposição, na infância, a estresse traumático em forma de abuso ou negligência está associada com maior vulnerabilidade, a qual pode resultar no desenvolvimento de diversas psicopatologias. Através da revisão de literatura de outros estudos

epidemiológicos, buscou-se a associação entre alterações neurobiológicas em pais e mães com a violência cometida contra seus filhos.

Tolan, Gorman-Smith e Henry (2005), em seu estudo, consideram que a violência doméstica intrafamiliar possui determinados padrões e fatores de risco e, para cada tipo destes é possível uma intervenção. Acerca de possíveis padrões que podem ser repetidos intergeracionalmente, os autores consideram que existe um ciclo da violência e que, quem sofreu violência, pode também cometê-la, em algum momento da sua vida. Outro padrão salientado pelos autores refere-se ao fato de que quem esteve exposto, de alguma forma, à violência doméstica na infância e/ou na adolescência, pode estar novamente exposto, mais tarde, através do relacionamento com seus parceiros conjugais.

Sobre os fatores de risco, os autores acima citados elencam algumas características individuais, como o baixo auto-controle da impulsividade, baixa auto-estima e outras desordens psiquiátricas. Além destes, alguns tipos de doença mental, como os transtornos de ansiedade, depressão, transtorno de personalidade antissocial e dependência de álcool e drogas, bem como histórico prévio de agressão e de vitimização por violência podem ser considerados fatores de risco. Por fim, concluem, em seu estudo, que existem diversas possibilidades de intervenção, a exemplo de ações policiais, sanções legais aplicadas ao perpetrador, medidas protetivas, oferta de serviços de advocacia, medidas educacionais para favorecer a elaboração da vítima sobre o ocorrido, programas de suporte individuais e grupais a fim de interromper a perpetração da violência e tratar os efeitos desta nas vítimas.

Sobre as consequências nas vítimas da violência doméstica intrafamiliar ocorrida quando crianças e/ou adolescentes, Espinoza, Zepeda, Bautista, Newton, Plasencia e Hernández (2010) realizaram um estudo com adolescentes universitários buscando estimar o grau de associação entre a ocorrência da violência física, verbal e sexual com a conduta suicida. Como resultado, concluíram que a consequência mais frequente decorrente da violência sexual é o alto grau de associação com a conduta suicida. A violência verbal e a violência física também aparecem associadas com a conduta suicida, porém menos do que com a violência sexual.

Ainda sobre as pesquisas abordando as consequências da violência doméstica intrafamiliar para as vítimas, Silva, Rondini, Medeiros e Venturini (2013) buscaram associar a violência doméstica sexual com o risco suicida e a trajetória sexual. Os autores entendem por trajetória sexual a declaração do adolescente se ele se considera

heterossexual, bissexual ou homossexual. Neste estudo, há forte correlação entre a ocorrência da violência sexual e o pensamento e/ou conduta suicida, especialmente quando nenhuma medida protetora e cuidadora foi adotada nos casos em questão. Sobre a trajetória sexual, os autores buscaram investigar a correlação entre o episódio da violência sexual e a orientação sexual, sendo que a maioria declarou ser heterossexual e a minoria bissexual ou homossexual.

Outros autores correlacionam a violência doméstica intrafamiliar com o desenvolvimento de outros tipos de distúrbios psicológicos. Forero, Reves, Diaz e Rueda (2010) defendem que as consequências deste problema impactam significativamente nas vítimas. Sobre estas consequências, os autores falam do desenvolvimento psicológico em longo prazo, incluindo a possibilidade de desenvolvimento de distúrbios psiquiátricos. Segundo os autores, as consequências psicológicas vão desde a baixa auto-estima até *déficits* cognitivos, como problemas de atenção e aprendizagem. Além disso, os autores relatam a existência de condutas agressivas e relacionamentos interpessoais empobrecidos. Por fim, mencionam, enquanto estratégias de prevenção, uma equipe bem treinada, supervisão apropriada, utilização de recursos e otimização do tempo com o bom direcionamento do problema a fim de garantir melhores resultados.

Holt, Buckley e Whelan (2006) realizaram uma pesquisa, através de revisão de literatura, cujo objetivo era analisar o impacto da exposição à violência na saúde e no desenvolvimento do bem-estar na criança e no adulto jovem. Este impacto foi analisado considerando quatro domínios inter-relacionados: exposição à violência doméstica e abuso infantil, impacto na capacidade parental, impacto no desenvolvimento da criança e do adolescente e exposição às adversidades. Com base nos resultados, os autores afirmam que crianças e adolescentes que vivem com violência doméstica estão em maior risco de sofrer abuso emocional, físico e sexual, de desenvolver problemas emocionais e comportamentais, além de aumentar a exposição à presença de outras adversidades em suas vidas. Os autores também destacam uma série de fatores de proteção que podem abrandar este impacto, em particular uma relação forte de apego com algum adulto, especialmente a mãe.

Habigzang, Dala Corte, Hatzenberger, Stroehrer e Koller (2008) realizaram uma pesquisa com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual com o objetivo de apresentar os resultados de um modelo de avaliação psicológica. A partir desta avaliação, os autores descobriram que algumas vítimas foram submetidas à violência

sexual por até um ano antes de revelarem a alguém. Como consequências da violência, os autores observaram, nas vítimas, sintomas de transtorno de estresse pós-traumático, depressão e ansiedade.

Por fim, ainda com referências às consequências psicológicas, pode-se mencionar a pesquisa de Garcia e Ruschel (2010), baseada em revisão de literatura sobre o tema “eventos de vida”, com enfoque especial nas investigações sobre violência doméstica intrafamiliar sexual contra crianças e/ou adolescentes e suas consequências na constituição psíquica e na estruturação da personalidade dos jovens. Os autores relatam que as consequências vão desde a constituição de um psiquismo frágil até quadros psicopatológicos graves, como psicose e personalidade anti-social (apud Winnicott, 1965/1988) e estruturação de personalidade borderline na idade adulta (apud Ogata et al., 1990).

É importante ressaltar que essa revisão bibliográfica não esgota tudo o que está sendo estudado sobre o tema, mas pretendeu apresentar eixos temáticos das produções, principalmente as nacionais, dos últimos cinco anos, de modo a verificar a pertinência dos objetivos propostos pelo presente estudo, como academicamente relevantes.

Assim, a partir deste panorama da literatura, pode-se constatar uma lacuna nas produções científicas que abordam, na fase adulta, a pessoa que foi vítima de violência doméstica intrafamiliar na infância e/ou adolescência, a partir do seu processo de significações e ressignificações acerca da violência doméstica, dos seus desdobramentos e de si. Como justificativa acadêmica, a presente pesquisa pretendeu contribuir com esta lacuna existente na literatura, bem como auxiliar para a melhor compreensão do fenômeno, como ele é significado e ressignificado por quem sofreu a violência. Como justificativa social, este estudo permite ou possibilita o subsídio de propostas de intervenção e ações profissionais voltadas a pessoas que sofrem violência doméstica.

Capítulo 2 – Violência doméstica na família

Este capítulo aborda, primeiramente, os conceitos de família e de função parental, posteriormente o conceito de violência doméstica intrafamiliar e, por fim, as consequências das diferentes modalidades de violência doméstica, a curto e a longo prazo, para as pessoas que a sofreram.

Os conceitos de família e de função parental conduzem à identificação das concepções canonificadas, na sociedade, à respeito do que é ser pai, ser mãe e do cuidado familiar para com crianças e adolescentes.

Além disso, é igualmente importante delimitar o conceito de violência doméstica intrafamiliar. Trata-se de um conceito polissêmico, multifacetado, algumas vezes contraditório e que, em geral, contrapõe-se às concepções canonificadas sobre a família e, mais especificamente, sobre os pais.

O capítulo finaliza com a discussão das consequências da violência doméstica intrafamiliar para a vida dos que a sofreram, considerando a sua importância na construção das significações e ressignificações a respeito dessa violência.

2.1. Pensando sobre família: o que se espera dos pais e mães?

Para trabalhar com a temática da violência doméstica intrafamiliar e as significações a ela atribuídas pelas pessoas vítimas, faz-se necessário discutir o conceito de família e, mais especificamente, o conceito de função parental. Desde já, é válido salientar que tais conceitos não são encontrados na literatura de forma unívoca, porém é possível fazer um levantamento do que é mais discutido, de modo a embasar esta pesquisa e adotar um posicionamento perante estes conceitos.

Oliveira (2009) afirma que o conceito de família tem mudado ao longo dos anos e em decorrência dos acontecimentos históricos. A autora cita que as transformações ocorridas com a abolição da escravatura, o início da industrialização e o advento da urbanização, entre outros acontecimentos, são eventos históricos que provocaram mudanças nas famílias e na sociedade como um todo. Como exemplo, pode-se observar que o conceito de família ganhou novos formatos nas últimas décadas, com os recasamentos, as uniões homossexuais e os casamentos sem filhos. Assim, a família

contemporânea configura-se em arranjos diversificados tal qual apresentada por Oliveira (2009):

A composição pode variar em uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados; uniões de pessoas do mesmo sexo; uniões de pessoas com filhos de outros casamentos; mães sozinhas com seus filhos, sendo cada um de um pai diferente; pais sozinhos com seus filhos; avós com os netos; e uma infinidade de formas a serem definidas, colocando-nos diante de uma nova família, diferenciada do clássico modelo de família nuclear. (p. 5)

Porém, a autora complementa, salientando que apesar de todas as transformações, “a nova família conjugal conserva traços típicos da família anterior: o de controlar a sexualidade feminina e preservar as relações de classe” (p. 2). Assim, de acordo com Oliveira (2009), apesar de a sociedade reconhecer os novos arranjos familiares, o casamento monogâmico ainda permanece como o padrão de família mais aceitável e desejável pela sociedade.

Oliveira (2009) salienta, ainda, que, apesar das muitas denominações atuais sobre família, tais como família reestruturada, reconstituída, reorganizada e nova família, não é possível estabelecer um único novo conceito de família, uma vez que, mesmo dentro desta nova compreensão, ainda existem várias possibilidades de novas configurações familiares.

Sendo assim, independente das múltiplas maneiras de a família se organizar e se constituir enquanto tal, a mesma possui um papel importante de socialização na vida das pessoas, bem como se configura como um espaço de construção da iniciação dos afetos e da expressão destes em sociedade (Oliveira, 2009). Para Scorsolini-Comin e Santos (2012), a família funciona como uma agência socializadora e instância responsável pela criação e sustentação dos vínculos afetivos. Assim, para estes autores, a família é permanentemente afetada pelo acelerado processo de transformação da sociedade, cabendo a ela operar como importante agente de recriação das subjetividades e como suporte dos seus membros.

Scorsolini-Comin e Santos (2012) entendem que a família de origem (aquela em que o indivíduo nasce) é depositária de tensões, medos, segredos, heranças e vínculos que são transmitidos a cada geração. Os autores nomeiam este mecanismo como transmissão psíquica transgeracional. Essa transmissão intersubjetiva é responsável por promover tanto a vinculação (aproximação entre as pessoas) como a desvinculação, a separação e a ruptura, ressaltando-se que a desvinculação não ocorre de modo completo

e definitivo, dado que a noção de transgeracionalidade pressupõe uma transmissão que opera sem que os indivíduos tenham necessariamente consciência deste mecanismo e acontece à revelia dos seus membros (Scorsolini-Comin e Santos, 2012).

Já para Oliveira e Marinho-Araújo (2010), “a família é considerada a primeira agência educacional do ser humano e é responsável, principalmente, pela forma como o sujeito se relaciona com o mundo, a partir de sua localização na estrutura social” (p.2). Para essas autoras, a unidade mínima da família é constituída por uma díade, seja ela por dois adultos ou por um adulto e uma criança. Ao realizarem discussões sobre os escritos de Petzold e Trost, as autoras afirmam que diversos arranjos podem ser considerados como família: casal que é casado seja no civil ou no religioso, casal que coabita, quando nasce uma criança de pais solteiros, casais homossexuais, famílias multigeracionais, famílias com filhos adotivos, entre outros.

Para estas autoras, discutir acerca do que é família implica em levantar as possibilidades de novos arranjos familiares, a despeito da antiga concepção de família enquanto união heterossexual monogâmica com filhos biológicos (Turner & West, 1998, apud Oliveira & Marinho-Araújo, 2010). As mesmas salientam que, apesar da crescente discussão acerca das possíveis definições de família e da busca por um conceito comum, ainda não é possível afirmar que exista uma única concepção de família que consiga contemplar todas essas variações e que seja aceita pelos estudiosos da área, pelas instituições governamentais e pela sociedade.

Além disso, as autoras complementam que é na família que se dá a transmissão dos costumes e valores coerentes com determinada época. Szymanski (2006) compreende que a família exerce sua função de educar através das práticas educativas familiares, as quais acontecem pela via da socialização, sendo fundamentais para a construção identitária. Para a autora, “o processo identitário enfatiza a influência mútua entre as pessoas, despertando sentimentos, avaliações e interpretações acerca de si mesmas, do outro e do mundo em que vivem” (p. 2).

Szymanski (2006) distingue três questões acerca do cuidado familiar: “de quem cuidar”, “como cuidar” e o “modo de cuidar” (p.2). Ao citar como exemplo o ato de cuidar experienciado na relação dos pais com seus filhos, a autora explica que os pais podem cuidar de seus filhos de modo a prover afeto, acolhimento, educação, mas também pode ser de forma autoritária, com utilização de maus-tratos e/ou negligência. Assim, toda a esfera do cuidado será perpassada pelo sentido e afeto atribuídos por esses pais para a execução do cuidado. Desse modo, as disposições afetivas no

desempenho das funções parentais são percebidas pelo filho e por este interpretadas, tendo impacto na sua constituição identitária (Szymanski, 2006).

Pode-se perceber, através do exposto, que as práticas educativas parentais implicam na transmissão de sentidos na constituição de si mesmo, na compreensão do mundo e dos outros. Assim, de acordo com Szymanski (2006):

Viver em família remete a um modo de se tratar mutuamente, de cuidar de cada um e da própria vida familiar, carregado de afetividade, com sentido nem sempre explicitado e sob o peso de tradições passadas de geração em geração. (p. 2)

O olhar para a família deve estar atento para duas esferas: a cultura, o afeto, os segredos intrafamiliares que são transmitidos de geração a geração, como assinalado por Scorsolini-Comin e Santos (2012) e Szymanski (2006), bem como a inserção familiar em uma esfera mais macro, de modo que a forma como uma família se estrutura está intimamente vinculada com o momento histórico da sociedade a qual é pertencente, uma vez que as várias formas de composição familiar são determinadas por um conjunto significativo de variáveis ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas, religiosas e históricas (Pratta & Santos, 2007).

A partir da segunda metade do século XX, com todas suas transformações históricas, econômicas e sociais, como o avanço tecnológico, a urbanização, a industrialização, a maior participação da mulher no mercado de trabalho, o estabelecimento de relações familiares mais igualitárias, as novas concepções em relação ao casamento, as alterações nas dinâmicas dos papéis parentais e de gênero - tudo isso influenciou nas modificações acerca do modo com que os pais atualmente educam seus filhos (Pratta & Santos, 2007).

Dessa forma, a educação das crianças deixou de ser predominantemente autoritária, aspecto central dos métodos educativos até a década de 1960, e abriu espaço para que a questão da afetividade fosse mais considerada no processo de educação (Pratta & Santos, 2007). A inclusão da afetividade enquanto elemento importante nas práticas educativas vem sendo acompanhada por outras mudanças conceituais e históricas, a exemplo das concepções sobre infância e da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Por consequência, aos pais cabia exercer sua função parental de inserção dos seus filhos na sociedade, com a inicialização do processo de socialização e de nomeação dos afetos; com essas mudanças histórico-culturais a partir

da década de 1960, passa a ser esperado que os pais cumpram sua função parental norteados também pela afetividade (Pratta & Santos, 2007).

Por isso, cabe refletir sobre as relações dentro das famílias que vivenciam a violência doméstica. Como será que essas famílias desempenham sua função parental? Como se caracterizam as suas relações? Saffioti (1989) explica as relações intrafamiliares como permeadas pela *síndrome do pequeno poder*, comparando-as com as relações vivenciadas pela sociedade enquanto um todo, as quais seriam permeadas pelo *macro poder ou grande poder*.

Para melhor explicar como se dá a síndrome do pequeno poder dentro das relações intrafamiliares, a autora aborda, primeiramente, o macro ou grande poder, explicando as diferenças existentes entre o processo de vitimação e de vitimização. Para a autora, a vitimação tem suas raízes no fenômeno da acumulação capitalista, ou seja, na concentração de renda em poucas mãos, fator incisivo na geração da miséria. Conforme a autora, quanto mais houver concentração de renda nas mãos de poucos, mais miserável será qualquer país que esteja nesse cenário. Isso acarretaria em grande parte da população vivendo situação de extrema pobreza, o que culminaria no abandono material de muitas crianças. Para a autora, os casos de abandono material são quase que exclusivos das famílias pobres, enquanto os casos de abandono afetivo aconteceriam em todas as classes sociais, porém com mais incidência nas classes economicamente mais abastadas, devido aos seus muitos compromissos de trabalho e sociais.

Assim, de acordo com esta autora, esse tipo de sociedade funcionaria de acordo com uma engrenagem que produz vítimas, em nível social:

Trata-se de crianças vitimadas pela fome, por ausência de abrigo ou por habitação precária, por falta de escolas, pela exposição a toda sorte de doenças infecto-contagiosas, por inexistência de saneamento básico. (Saffioti, 1989, pg. 15)

Para Saffioti (1989), o processo de vitimização não atinge apenas as crianças vitimadas, ele ignora fronteiras econômicas entre classes sociais, atravessando verticalmente toda a sociedade. Ele não é caracterizado por ter suas raízes na condição econômica das famílias, mais sim nas relações de dominação-exploração, ou seja, nas relações de poder.

Então, para a autora, os sistemas de dominação-exploração - a exemplo do patriarcado, que determina o lugar da mulher enquanto inferior ao homem, e do

racismo, que determina o lugar do negro enquanto inferior ao branco – acrescido do caráter adultocêntrico da sociedade brasileira, acabam por produzir um modelo de poder o qual é definido como macho, branco e rico. Assim, para Saffioti (1989), isso exemplificaria o grande ou macro poder.

Portanto, conforme diz Saffioti (1989), a síndrome do pequeno poder – que nos interessa mais de perto, dado que ela é uma característica importante das famílias que impõem a seus filhos a experiência da violência doméstica – aconteceria como uma produção residual desse grande poder. As relações autoritárias, a “coisificação” da criança e do adolescente (Azevedo & Guerra, 1995), o uso da violência pelo adulto para fazer sobrepor sua vontade, são formas de impor àqueles hierarquicamente inferiores o pequeno poder. Como? Através da violência, seja ela psicológica, física, sexual ou o abandono.

Para Saffioti (1989), o pequeno poder é potencialmente mais perigoso do que o macropoder uma vez que ele atua pela pequenez, deteriorando as relações. No caso de crianças e adolescentes violentados por membros da sua família, a qual deveria dispender-lhes afeto e cuidado, não apenas deteriora as relações familiares como também os priva de vivenciar as experiências de afeto e proteção que são fundamentais para sua constituição identitária.

Portanto, pensando nas concepções canonificadas de família e de função parental, pode-se concluir que se espera dos pais, ou qualquer figura de cuidado, atitudes que envolvam amor, proteção, educação e respeito. Como cânones são concepções partilhadas e legitimadas socialmente, quando isso não acontece, a pessoa vítima dessa ruptura do canônico precisa encontrar alternativas para ressignificar tais rupturas e incluí-las no discurso socialmente compreensível.

2.2. Conceito (s) de violência doméstica intrafamiliar

De acordo com Ristum (2014), a violência é um fenômeno social presente em todas as culturas ao longo da história. Esta, por sua vez, envolve relações culturais, políticas e socioeconômicas, as quais, por sua vez, são construídas historicamente. A mesma autora conceitua a violência como um fenômeno complexo, dado as suas diversas características, dentre quais se destacam: “a polissemia do conceito, a controvérsia na delimitação do seu objeto de estudo, a quantidade, variedade e interação de suas causas e a falta de consenso sobre sua natureza” (p. 4).

Para Inoue (2007), a violência tem várias faces e afeta de modo diferenciado a população. De acordo com a autora, os homicídios ocorrem, na sua maioria, no espaço público e atingem majoritariamente os homens, enquanto a violência sexual – tema de estudo desta pesquisadora – afeta especialmente mulheres e meninas, no âmbito doméstico, fato que torna este crime ainda mais difícil de ser denunciado. A dificuldade da denúncia e da atuação mais precoce, quiçá preventiva, também acontece com outras modalidades de violência doméstica intrafamiliar.

Para melhor entender a violência doméstica intrafamiliar, faz-se necessário conceituá-la. Primeiro abordaremos conceitos do Ministério da Saúde, dado que este é o órgão no Brasil que tem a função de promover, proteger e recuperar a saúde da população, reduzindo as enfermidades, melhorando a vigilância à saúde e, com isso, alcançando a qualidade de vida do brasileiro. Cabe também ao Ministério da Saúde, entre outras atribuições, estabelecer ações preventivas em geral, assim como produzir pesquisa científica e tecnologias na área da saúde (www.portalsaude.saude.gov.br). É o Ministério da Saúde, juntamente com outros órgãos e profissionais especializados de cada área, o órgão responsável por produzir cartilhas de informação designadas à população em geral e aos profissionais.

Para o Ministério da Saúde (2001), a violência intrafamiliar é um problema de ordem social e de grande dimensão, que afeta a sociedade como um todo, porém especialmente mulheres, crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência. Sendo assim, quando o assunto é violência intrafamiliar, é preciso considerar qualquer tipo de relação de abuso praticada no contexto privativo da família, contra qualquer um dos seus membros (Ministério da Saúde, 2001).

De acordo com este órgão, as estatísticas assinalam como agressor predominante o homem adulto e, como tipo de agressão mais frequente, os abusos físicos e/ou sexuais contra meninas e mulheres. No entanto, quando o assunto é a negligência enquanto modalidade da violência, esta é cometida, na sua maioria, por mães quando a vítima é a criança, e pelos cuidadores quando a vítima é o idoso.

Sobre a notoriedade da violência, o Ministério da Saúde (2001) complementa dizendo que existem casos de violência que são notificados pela polícia, sendo estes casos de violência explícita. Porém, existem casos de violência que são difíceis de serem percebidos e diagnosticados – a exemplo da violência psicológica.

É possível extrair do livro “Violência intrafamiliar: orientações para práticas em serviço”, da série Cadernos de Atenção Básica, produzido pelo Ministério da Saúde

(2001), o conceito de violência doméstica intrafamiliar contra crianças e/ou adolescentes, a partir de várias definições trazidas nele.

Neste livro, o Ministério da Saúde (2001) primeiro delimita o que é família, afirmando que “chama-se de família ao grupo de pessoas com vínculos afetivos, de consanguinidade ou convivência” (p. 13). Então, para este órgão, a família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos, é quem primeiro transmitirá os valores e costumes que serão de suma importância na formação das personalidades. Cada família terá uma dinâmica e organização próprias, as quais serão baseadas na distribuição dos afetos, construindo um espaço de interações.

As interações familiares são, por sua vez, um complexo dinâmico de competições. As relações intrafamiliares podem ser orientadas pelas diferenças de poder entre os sexos, mas também motivadas pela busca de amor, reconhecimento e proteção, necessidades básicas da condição humana. Sendo assim, diante desta complexidade, as famílias que são despreparadas para compreender, administrar e tolerar seus conflitos tendem a se tornar violentas (Ministério da Saúde, 2001).

Sobre a possibilidade de existência de violência dentro do seio familiar, o Ministério da Saúde (2001) explica em que consiste a violência intrafamiliar:

Violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir a função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. (p.15)

O conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também ao tipo de relação existente entre agressores e vítimas. Acrescenta-se a isto a informação de que a prevalência da violência intrafamiliar constitui sério problema de saúde e um grave obstáculo para o desenvolvimento social e econômico, além de se configurar numa importante violação aos direitos humanos. Assim, a violência intrafamiliar é expressa através de maus-tratos físicos, psicológicos, sexuais, econômicos ou patrimoniais (Ministério da Saúde, 2001).

A violência intrafamiliar é marcada por dinâmicas de poder/afeto, nas quais estão presentes relações de subordinação/dominação. As relações entre homem e mulher, pais e filhos, quando ocupam papéis rígidos, acabam por criar uma dinâmica

própria na qual a violência perpassa essas relações, assumindo características diferentes para cada grupo familiar (Ministério da Saúde, 2001).

Então, ainda de acordo com o Ministério da Saúde (2011), a violência doméstica é definida como:

A violência doméstica distingue-se da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico. Incluem-se aí empregados (as), pessoas que convivem esporadicamente, agregados. (p. 15)

Nessa mesma publicação do Ministério da Saúde, conceitua-se a violência doméstica como incluindo as mais variadas formas de violência interpessoal (violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência) que ocorram no âmbito da família (portanto, intrafamiliar) e que sejam cometidas por um ou mais autores com laços de parentesco consanguíneo ou por afinidade com a vítima. Afirma-se, ainda, que, na prática, os conceitos de violência doméstica e de violência intrafamiliar se referem ao mesmo problema (Ministério da Saúde, 2011).

Na presente pesquisa, o objeto de estudo é a violência cometida por membros familiares, concordando com o conceito de família para além das relações consanguíneas, no ambiente doméstico, configurando-se assim na violência doméstica intrafamiliar e, por fim, cometida contra as crianças e/ou adolescentes.

O Ministério da Saúde compreende como modalidades da violência doméstica intrafamiliar a violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência. Embora este órgão se preocupe em conceituar de forma mais ampla a violência doméstica intrafamiliar, abarcando também a violência contra a mulher e contra o idoso, neste trabalho abordaremos apenas as conceituações que são aplicáveis à violência doméstica intrafamiliar contra crianças e adolescentes, por esta estar compondo o nosso objeto de estudo.

Assim, para o Ministério da Saúde (2001), a violência física ocorre quando uma pessoa estabelece com outra uma relação de poder e o agressor utiliza-se deste poder para causar ou tentar causar dano não acidental, por meio da força física ou de algum tipo de arma, podendo provocar ou não lesões externas, internas ou ambas. Além disso, o Ministério da Saúde esclarece: as concepções teóricas mais recentes sobre o tema consideram o castigo repetitivo e não severo uma forma de violência física.

A violência física pode ser manifestada de várias formas:

(...) tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, estrangulamento, lesões por armas ou objetos, obrigar a tomar medicamentos desnecessários ou inadequados, álcool, drogas ou outras substâncias, inclusive alimentos, tirar de casa à força, amarrar, arrastar, arrancar a roupa, abandonar em lugares desconhecidos, danos à integridade corporal decorrentes de negligência (omissão de cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros). (Ministério da Saúde, 2001, p.17)

A violência sexual é toda ação cometida baseada na relação de poder e por meio da força física, coerção ou intimidação psicológica, obrigando outra pessoa ao ato sexual contra a sua vontade ou expondo-a a interações sexuais nas quais o agressor tenta obter gratificação. A violência sexual intrafamiliar ocorre em situação como estupro, abuso¹ sexual infantil e abuso² incestuoso (Ministério da Saúde, 2001).

São algumas das manifestações de violência sexual:

(...) carícias não desejadas, penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos de forma forçada, exposição obrigatória a material pornográfico, exibicionismo e masturbação forçados, uso de linguagem erotizada em situação inadequada, (...). (Ministério da Saúde, 2001, p.18)

Por fim, o Ministério da Saúde (2001) conceitua a violência psicológica como ação ou omissão que causa ou visa causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. São algumas das modalidades desta violência:

(...) insultos constantes, humilhação, desvalorização, chantagem, isolamento de amigos e familiares, ridicularização, rechaço, manipulação afetiva, exploração, negligência (atos de omissão a cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros), ameaças, privação arbitrária da liberdade (impedimento de trabalhar, estudar, cuidar da aparência pessoal, gerenciar o próprio dinheiro, brincar, etc.), confinamento doméstico, omissão de carinho e negar atenção e supervisão. (p.20 e 21)

¹ e ² Apesar do Ministério da Saúde (2001) ter usado o termo “abuso”, opta-se neste trabalho pelo uso do termo “violência”, uma vez que o abuso implica em que haja um uso permitido e, no caso da violência sexual contra a criança e adolescente, não há nenhum uso permitido. Qualquer ação que coloque a criança ou adolescente em situação sexual precoce e inapropriada para sua idade, vindo de pessoas com quem possui vínculo familiar, configura-se como violência.

Para o Ministério da Saúde, é possível identificar previamente fatores de risco para a ocorrência da violência doméstica intrafamiliar, subdivididos em: fatores de risco da família, fatores de risco na relação do casal, fatores de risco dos pais e das crianças.

São alguns dos fatores de risco da família: famílias baseadas numa distribuição desigual de autoridade e poder; famílias cujas relações são centradas em papéis e funções rigidamente definidos; famílias com nível de tensão permanente, que se manifesta através da dificuldade de diálogo e descontrole da agressividade; famílias com estrutura de funcionamento fechada, em que não há abertura para contatos externos, levando a padrões repetitivos de conduta; famílias que se encontram em situação de crise, perdas (separação do casal, desemprego, morte etc.); existência de baixo nível de desenvolvimento da autonomia dos membros da família; presença de um modelo familiar violento (maus-tratos, violência na infância e abandono); famílias com maior incidência de abuso de drogas; história de membros familiares com antecedentes criminais ou uso de armas; membros familiares com comprometimento psicológico/psiquiátrico; notável dependência econômica e/ou emocional e baixa autoestima da parte de algum(ns) de seus membros (Ministério da Saúde, 2001).

Sobre os fatores de risco na relação do casal, encontram-se os indicativos de violência em relacionamentos anteriores de pelo menos um dos parceiros; relação baseada em uma dinâmica agressiva e que se mantém em isolamento referente a terceiros; elevado tempo de convivência em situação de violência e desgaste acumulado; casal com pouca capacidade de negociação dos seus conflitos; parceiros com elevado nível de dependência econômica e/ou emocional; existência de sentimento de posse e ciúmes exagerados; alcoolismo e/ou drogadição por um dos membros do casal ou por ambos, entre outros (Ministério da Saúde, 2001).

Sobre os fatores relativos aos pais, são apontados: pais com histórico de maus-tratos, violência sexual ou rejeição/abandono na infância; gravidez na adolescência sem suporte psicossocial; gravidez não planejada e/ou negada; gravidez de risco; depressão na gravidez; pai e mãe com múltiplos parceiros; ausência ou pouca manifestação positiva de afeto entre pai/mãe/filhos; pouca capacidade de lidar com situações de estresse, culminando na perda fácil do autocontrole; estilo disciplinar rigoroso; pais possessivos e/ou ciumentos em relação aos filhos, entre outros (Ministério da Saúde, 2001).

Sobre os fatores relativos à criança, o Ministério da Saúde salienta: crianças que foram separadas da mãe ao nascer por doença ou prematuridade, crianças nascidas com

más-formações congênitas ou doenças crônicas, a exemplo do retardo mental, e crianças com falta de vínculo parental nos primeiros anos de vida. (Ministério da Saúde, 2001).

Uma vez explicitados os conceitos sobre a violência doméstica intrafamiliar para o Ministério da Saúde, órgão público regulador da saúde no país, passar-se-á para os conceitos dentro da esfera dos estudos em psicologia. Azevedo e Guerra (1995), duas autoras pioneiras no estudo da violência doméstica contra a criança e adolescente, conceituam essa violência como:

[...] ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica de um lado, numa transgressão do poder / dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (p.36)

Assim, para as autoras, a violência doméstica intrafamiliar caracteriza-se pela violência cometida por algum membro da família contra uma criança e/ou adolescente, que, devido à fase do desenvolvimento em que se encontra, posiciona-se, dentro da família, em um lugar hierarquicamente inferior. Aqui é possível retomar o conceito da síndrome do pequeno poder (Saffioti, 1989), explicitado anteriormente: a criança ou adolescente que vivencia relações violentas dentro do seu seio familiar é vítima desse pequeno poder, através do qual os familiares usam de diversas formas da violência para submeter à criança a seus mandos e vontades.

Essa assimetria de poder é referida por Azevedo e Guerra (1989) com a expressão “criança em estado de sítio” (p. 35). As autoras afirmam que existe uma violência inerente à relação interpessoal entre o adulto e a criança, oriunda da natureza assimétrica contida nessas relações. Nesse sentido, a relação adulto-criança é hierárquica e adultocêntrica, baseada no pressuposto de que o adulto tem poder sobre a criança. Então, coerente com o que coloca Saffioti (1989), a vitimização seria originada a partir da exacerbação deste poder.

Assim, Azevedo e Guerra (1989) compreendem a violência intrafamiliar cometida contra crianças e adolescentes como caracterizada pelo aprisionamento da vontade e do desejo desta criança, submetendo-a ao poder do adulto, a fim de satisfazê-lo nas suas expectativas. Mas, para que isso aconteça, é preciso que, de um lado, o

adulto transgrida seu dever e, de outro, a criança vítima seja cúmplice, aliada a um “pacto do silêncio” (p.35).

Deste modo, a criança estaria num “estado de sítio” (p.35), dado que ela é calada pela coerção da violência, passando a viver sob o signo do medo, a exemplo do medo da coação, medo da revelação, entre outros. Crianças e adolescentes aprisionados neste estado de sítio teriam sua liberdade e autonomia pessoal cerceadas. A única forma de serem resgatados é através da recuperação do poder da fala, tornando a violência pública (Azevedo e Guerra, 1989).

Em concordância com o Ministério da Saúde, Azevedo e Guerra (1989) afirmam que há três formas de vitimização: a física, a psicológica e a sexual. Sobre a modalidade de violência física, esta é compreendida tanto como abuso físico propriamente dito, quanto a negligência, a qual é vista pela literatura, na opinião das autoras, como uma “forma insidiosa de maus-tratos” (p.36), uma vez que priva crianças e adolescentes de terem o mínimo necessário para sua sobrevivência e nutrição. As autoras trazem a conceituação de castigos corporais (danos que causam ferimentos, cárcere privado, entre outros) como expressão da vitimização física também.

Retomando o conceito de negligência de forma mais minuciosa, as autoras compreendem negligência como:

(...) uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. A negligência se configura quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos e quando tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle. (p.41)

Isso significa dizer que negligência não é toda e qualquer ausência de suprimentos materiais, dado que é importante considerar as condições financeiras da família e suas reais possibilidades como provedora. Saffioti (1989) faz uma distinção que esclarece melhor o conceito de negligência e abandono. A autora pontua que existe o abandono material e o abandono emocional e explica que o abandono material ocorre em maior incidência nas classes menos favorecidas e aconteceria em função de uma ausência de possibilidade financeira dos pais em prover o mínimo necessário a seus filhos. Já o abandono emocional ocorreria em qualquer classe, porém é bem observado nas classes mais favorecidas economicamente, quando os pais são assoberbados com compromissos de trabalho e sociais.

Sobre a vitimização psicológica, Azevedo e Guerra (1989) também a nomeiam de “tortura psicológica” que ocorre quando:

(...) o adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental. Ameaças de abandono também podem tornar uma criança medrosa e ansiosa, podendo representar formas de sofrimento psicológico. (p.41)

Dessa forma, ao falar de violência psicológica, Azevedo e Guerra (1989) assinalam que a mesma assume duas formas básicas: a de negligência afetiva e a de rejeição afetiva. A negligência afetiva consiste numa falta de responsabilidade, de calor humano e de interesse com a criança e suas manifestações e necessidades. Já a rejeição afetiva é caracterizada por manifestações de depreciação e agressividade para com a criança. Porém, as autoras ressaltam que, dada a dificuldade de detecção, uma vez que sua percepção é muito subjetiva, existe um “costume” da literatura em categorizar como abuso apenas as formas mais graves, extremadas e continuadas de rejeição e negligência afetiva.

Por fim, ao conceituarem a vitimização sexual, as autoras afirmam que esta é:

“Todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.” (p.42)

As autoras assinalam que esta conceituação permite abranger dois subtipos de abuso: o incesto e a exploração sexual. O incesto é definido como toda atividade de caráter sexual, que envolva uma criança/adolescente de 0 a 18 anos e um adulto que tenha para com esta criança uma relação de consanguinidade, de afinidade ou responsabilidade. Essa conceituação abarca tanto os pais biológicos como os adotivos, tutores e padrastos, entre outros, e cujas relações sexuais sejam interditas pela lei ou pelos costumes. Já a exploração sexual seria o ato de envolver uma criança menor de 18 anos em atividades de prostituição e pornografia infantil, ou seja, em “comércio do sexo”. Esta definição engloba todo o espectro de atos sexuais, seja hetero ou homossexuais, com ou sem contato físico, com ou sem uso da força física.

Portanto, as três modalidades de abuso-vitimização explicitadas por Azevedo e Guerra (1989) guardam algumas características básicas abordadas amplamente pela literatura, tais como: este fenômeno não tem nenhuma relação com etnia, credo religioso

ou classe social; é um fenômeno que embora não se restrinja ao lar, tem nele sua origem e sua ecologia privilegiada; pode ser reproduzido através do ciclo da violência e, embora vitimize meninos também, a mulher-criança é a vítima mais frequente e, por fim, o agressor é o homem na quase totalidade dos casos.

Coerente com as ideias dos autores já citados, Simkin e Klaus (2004) discutem o conceito de abuso sexual na infância. Quando pesquisamos no dicionário, encontramos o significado do termo abuso como uso excessivo de algo. Então, ao utilizarmos a expressão “abuso sexual”, estaremos nos referindo apenas ao uso excessivo, o que implica em um uso (não excessivo) que é permitido e aceito. Entretanto, no caso de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, não há um uso de cunho sexual que seja permitido ou tolerado. Desse modo, a terminologia “abuso” contém uma ideia que não é adequada para este aspecto específico.

Embora, neste trabalho, usemos a terminologia “violência sexual” ou “vitimização sexual”, ao falar desses autores manteremos a terminologia utilizada por eles, para sermos o mais fiel possível à suas ideias. A importância de discutir a terminologia abuso se dá mediante ao seu conceito.

Simkin e Klaus (2004) afirmam que abuso sexual na infância acontece quando uma criança (ou qualquer um com menos de 18 anos) é submetida a uma relação com alguém a quem percebe como mais poderoso do que ela própria. O abuso sexual consiste em qualquer atividade – física, psicológica e verbal – que cause excitação sexual no abusador ou em outra pessoa.

Desse modo, os autores subdividem o abuso sexual em três tipos: o abuso sexual físico, o abuso sexual psicológico e o abuso sexual verbal. O abuso sexual físico inclui intercurso sexual vaginal ou anal, incluindo com o uso de dedos ou objetos, sexo oral, acariciar a criança ou fazê-la acariciar o agressor. Simkin e Klaus (2004) afirmam que muitas vezes o abuso sexual vem acompanhado de recompensas, tais como: promessa de tratamento especial, amor e de cumplicidade, presentes e algum tipo de favoritismo. Além disso, os mesmos afirmam que o abuso sexual provoca, nas vítimas, uma confusão nas sensações sexuais, dado que, apesar de muitas vezes a vítima reconhecer que o que está acontecendo é errado, em muitos momentos ela pode experimentar prazer sexual.

Já o abuso sexual psicológico inclui exposição dos genitais, voyerismo, interesse intrusivo no desenvolvimento sexual da criança, ou até forçar a criança a assistir materiais pornográficos. E, por fim, o abuso sexual-verbal consiste em falas de teor

erótico, a exemplo de acusações de que a criança “se comporta como uma vadia” (Simkin & Klaus, 2004).

Quanto a esta última conceituação (abuso sexual-verbal), ao analisarmos os escritos de Azevedo e Guerra (1989, 1995) é coerente com o que as autoras chamam de violência psicológica. Interessante notar que, independente do conceito estabelecido por cada autor, todos são unânimes em dizer que expor a criança a qualquer uma dessas violências a fere, assusta e a deixa confusa sobre quem ela é e sobre suas relações de confiança.

Nesse sentido, surgem os seguintes questionamentos: 1) O que será que acontece com essas meninas e meninos vitimizados? 2) Quais as consequências imediatas à ocorrência da violência? 3) Quais consequências se mantêm com a passagem dos anos, e até mesmo quando adultos? 4) É possível superar essas consequências? Esses são alguns questionamentos que direcionam a próxima seção.

2.3. Desdobramentos da violência doméstica intrafamiliar contra crianças e adolescentes

Através da leitura da literatura sobre o tema da violência doméstica intrafamiliar contra crianças e/ou adolescentes, é possível perceber que há dois tipos de consequências para as vítimas: as consequências imediatas à situação da violência (destacando-se aqui as consequências físicas e emocionais em curto prazo) e as consequências melhor definidas como de longo prazo, as quais tendem a ter um conteúdo mais psicológico e emocional, por vezes participando da constituição identitária do indivíduo vitimizado.

Sobre as consequências físicas da violência física, Santoro Jr (1989) afirma que a queimadura, o trauma ocular, o trauma craniano, o trauma abdominal, o trauma ósseo articular e a intoxicação exógena, a qual pode ser identificada através do exame toxicológico em pacientes muito sonolentos ou em coma, e de difícil diagnóstico, são os quadros clínicos mais usuais da violência física.

Já sobre as consequências físicas da violência sexual, Vitiello (1989) escreve sobre as consequências orgânicas da violência sexual em que houve contato físico e/ou violência física. O autor ressalta que, no seu estudo, não aborda a violência sexual com a ausência de contato físico, uma vez que as suas consequências estão na esfera

emocional, embora reconheça que “a linha de separação entre o orgânico e o emocional é muito tênue” (p.124).

Vitiello (1989) afirma que a violência sexual é difícil de ser notificada, visto que sobre as vítimas se estende uma “verdadeira conspiração do silêncio” (p.126). Apenas os casos mais brutais ou com consequências mais sérias chegam ao conhecimento dos profissionais interessados. Isto porque, por ser uma ocorrência que envolve medo e vergonha, a informação da vitimização sexual é sonogada com grande frequência e até pela própria vítima, a qual teme as repercussões familiares, profissionais e sociais que poderiam estar envolvidas.

O autor complementa denunciando sobre uma face perversa da violência sexual:

Não podemos negar, além disso, que a vítima é frequentemente acusada de ter provocado a agressão, sendo não raramente transformada em culpada. A situação pode ser agravada pela sensação de culpa que a adolescente desenvolve, por complexos mecanismos de fantasias eróticas e edipianas. (p.126 e 127)

Assim, Vitiello (1989) destaca diferentes consequências orgânicas da vitimização sexual, mas salienta que tal divisão tem objetivos meramente didáticos, já que tais consequências não são estanques e que há a possibilidade de ocorrer mais de uma com a mesma pessoa. Portanto, as consequências orgânicas podem ser divididas em lesões físicas gerais, lesões genitais, lesões anais, gestação, doenças sexualmente transmissíveis e disfunções sexuais.

Sobre as lesões físicas gerais, este autor explica que podem acontecer desde as fraturas, queimaduras e traumas físicos de toda ordem até a morte, enquanto violência fatal. Ressalta também que, muitas vezes, a violência sexual vem acompanhada da violência física e que, apesar de haver a violação sexual, este pode não ser o mais importante componente desta relação, uma vez que é muito importante perceber a forma como acontece a relação entre o adulto agressor e a criança/adolescente vítima: são relações em que o agressor frequentemente é guiado pela intenção de controlar e dominar a vítima, além disso é muito comum perceber, no agressor sexual, uma personalidade muito insegura e com diversos conflitos emocionais.

No que tange a lesões genitais e anais, Vitiello (1989) assinala que as lesões traumáticas causadas no aparelho genital feminino são encontradas, na maioria dos casos de violência doméstica, sendo estas mais caracterizadas por lesões na vulva e na

vagina, com graus de gravidade variados. Sobre as lesões anais, o autor afirma que estas são comuns em casos de violência sexual em ambos os sexos e de extensão variada.

Outras possibilidades de consequências da vitimização sexual são a gravidez e as doenças sexualmente transmissíveis. A gravidez é mais comum nos casos de incesto, devido ao fato de ser frequente a repetição da relação sexual incestuosa, o que aumentaria as chances de gravidez, e nos casos de meninas já na fase da adolescência, quando já existem ovulações. Para este autor, esta é a consequência que traz desdobramentos mais graves do ponto de vista social e psicológico, dado que são pouco expressivos os gravames físicos da gestação na adolescência. Vitiello (1989) fala sobre a possibilidade de mortalidade fetal ou sobre as infecções perinatais, mas afirma, com veemência, que as piores consequências são as sociais e psicológicas.

Por fim, Vitiello (1989) traz a disfunção sexual como uma consequência orgânica da violência sexual, mas sempre com uma íntima relação com aspectos psicológicos. De acordo com este autor, as consequências da violência sexual podem influenciar na sexualidade do indivíduo vítima, de maneira direta ou indireta, seja por uma lesão física que torne o coito difícil, seja por consequências psicológicas, as quais influenciem na libido sexual.

Ainda sobre consequências da violência sexual, Simkin e Klaus (2004) afirmam que a criança vítima pode passar por um estado de confusão mental, uma auto-imagem distorcida, ou por uma distorção no seu senso de família e no lugar que ocupa na família. Para os autores, ainda que a pessoa não se recorde de todos os pontos do abuso sexual, a dor provocada por este se manifesta de diversas formas. Nesta perspectiva, Simkin e Klaus (2004) afirmam que existem quatro categorias de sintomas a curto prazo, desencadeados pelo abuso físico, são eles: comportamento sexual precoce ou anormal, sintomas físicos ou somáticos, comportamento psicossocial inapropriado e distúrbios de saúde mental.

Os autores afirmam, ainda, que, na medida em que a criança vai crescendo e os sintomas permanecem não resolvidos, eles podem continuar se manifestando no adulto de diversas formas. Isso pode incluir queixas corporais, mudanças na personalidade, comportamentos auto-destrutivos, abuso de substâncias psicoativas, auto-mutilação, pensamentos suicidas, fobias, medo intenso, tendência a revitimização, distúrbios psicológicos (transtorno obsessivo-compulsivo, ansiedade, depressão e transtornos dissociativos), disfunções sexuais, prostituição, gravidez na adolescência, atividades sexuais violentas, dificuldades em relacionamentos, inabilidade em manter amizade,

diminuição da capacidade de sentir prazer e inabilidade em reconhecer ou expressar sentimentos (Simkin & Klaus, 2004).

Sobre as consequências psicológicas da violência sexual e da física, cometidas no âmbito intrafamiliar contra crianças e/ou adolescentes, Azevedo (1989) realizou uma revisão bibliográfica de 50 anos de pesquisas sobre o tema e subdividiu seus resultados em consequências psicológicas em curto prazo e longo prazo.

Como exemplos das consequências psicológicas da violência sexual em curto prazo, a autora elenca a preocupação com assuntos sexuais, desespero relativo à inabilidade para controlar as demandas sexuais, doenças venéreas, gravidez, identidade feminina deteriorada, promiscuidade, confusão referente às relações sociais, pavor em relação a contatos com adultos, fugas do lar, dificuldades de aprendizagem, perda da auto-estima, sentimentos de culpa ou vergonha, obesidade, entre outras.

Sobre as consequências psicológicas da violência sexual a longo prazo, a autora encontrou as seguintes consequências enquanto possíveis efeitos na idade adulta: aversão à atividade sexual, relações sexuais insatisfatórias, disfunções sexuais, promiscuidade, prostituição, abuso sexual de crianças, isolamento social e dificuldade no estabelecimento de relações humanas de caráter íntimo, sintomas somáticos, obesidade, depressão crônica, masoquismo, desordens de caráter, entre outras.

Também sobre as consequências psicológicas em longo prazo, Alexander (2012) afirma que entre as consequências mais significativas e difusas do abuso sexual estão os problemas interpessoais. Para esta autora, a violência sexual na infância, cometida por alguém da família, pode gerar consequências devastadoras, como: vulnerabilidade à violência conjugal, maior potencial para o abuso infantil, dificuldades gerais da parentalidade, entre outras. Por outro lado, se a pessoa, vítima na infância ou adolescência estabelecer uma relação conjugal de apoio na idade adulta, isso pode ajudar a superar os efeitos negativos da história.

Assim, o casamento do sobrevivente de abuso pode significar uma fonte de dificuldade, mas também uma vivência potencial de conforto e cura. Para Alexander (2012), os efeitos em longo prazo da violência sexual parecem ser determinados mais pela natureza do relacionamento parental inicial do que pelas próprias características do abuso. A autora explica que a forma como estas pessoas vítimas aprenderam a se relacionar vai além da história da violência sexual e, muitas vezes, é esse modelo de relacionamento que é repetido na vivência conjugal.

Alexander (2012) divide em dois grupos os fatores identificados como maiores consequências na conjugalidade advindos da experiência da violência sexual. No primeiro grupo estariam as consequências referentes à distímia, insatisfação conjugal e problemas com intimidade; o segundo grupo estaria relacionado com o aumento do risco de violência no atual relacionamento conjugal.

Sobre o primeiro grupo de consequências (distímia, insatisfação conjugal e problemas com a intimidade), Alexander (2012), ao fazer uma leitura do trabalho de Davis e Petretic-Jackson, aponta que os relacionamentos íntimos de sobreviventes de abuso sexual são caracterizados com frequência por desconfiança, sensibilidade interpessoal e sentimentos de isolamento. A autora, com base nos escritos de DiLillo e Long, afirma que, nos relacionamentos dos sobreviventes de violência sexual é observado menor grau de satisfação, precária comunicação e níveis menores de confiança entre os parceiros.

Alexander (2012) explica que é comum os sobreviventes da violência sexual perceberem a si próprios como indignos de amor e sem o direito de serem amados, fato que dificulta a expressão das necessidades ou a aceitação da atenção dos outros. Além disso, salienta que os sentimentos de depressão e vergonha observados nestes sobreviventes necessariamente interferem no estabelecimento de relacionamentos íntimos na vida adulta.

Em contrapartida, Alexander (2012), baseando-se nos estudos da literatura, afirma que a existência de apoio por parte de um parceiro pode ter importante impacto sobre o funcionamento adulto do sobrevivente da violência sexual. Isso porque vivenciar, quando adultos, relacionamentos de alta qualidade, poderia possibilitar a ressignificação, de alguns sinais da depressão e do isolamento social, sendo estas duas consequências muito frequentes na vida adulta das vítimas da violência sexual na infância.

Já sobre o segundo grupo de consequências (o risco aumentado de violência no atual relacionamento conjugal), Alexander (2012) explica que os sobreviventes de violência sexual tendem a estar em maior risco de vitimização em um relacionamento adulto íntimo. Para a autora, esta consequência pode ter forte correlação com um modelo de funcionamento interno aprendido. Esse modelo de funcionamento interno não consiste apenas em papéis aprendidos ou observados, mas sim na internalização de todo o relacionamento com as figuras parentais, responsáveis pelo cuidado, apoio e aprendizagem durante todo o processo de desenvolvimento. Portanto, a pessoa vítima de

violência sexual se conscientiza não só do seu papel vitimizado, mas também do papel do agressor perpetrador da violência.

Outro aspecto apontado por Alexander (2012) sobre o risco aumentado da violência no relacionamento conjugal atual está entrelaçado com uma ansiedade do abandono desenvolvida por crianças e projetada nos seus pais agressores, além de um sentimento crônico de raiva em relação a estas pessoas. Essas características psicológicas fariam parte do padrão de relacionamento da pessoa vítima na vida adulta, de modo que esta pessoa agiria ora de modo ansioso, tentando manter por perto as pessoas com quem tem vínculo, ora de modo hostil, expressando a raiva cronicada ao longo do tempo.

No que tange às consequências psicológicas da vitimização física, Azevedo (1989) afirma que a bibliografia sobre este tema é mais escassa e pouco consistente, mas, ainda assim, elenca algumas consequências. São elas: a percepção da criança violentada de que seus pais são diferentes, retardo no desenvolvimento intelectual ainda que, sem dano neurológico evidente, queda ou atraso no aproveitamento escolar, patologias psíquicas em graus moderado ou grave, autoconceito negativo e baixa autoestima, comportamento agressivo, dificuldades no relacionamento e capacidade prejudicada de acreditar nos outros. Para a autora, essas consequências são encontradas tanto a curto como a longo prazo.

Embora grande parte dos trabalhos se refira à violência física e sexual, Azevedo (1989) ressalta que a rejeição afetiva grave e a negligência também são importantes modalidades de violência doméstica intrafamiliar contra a criança e adolescente, já que estas também têm grande impacto no desenvolvimento do indivíduo; porém são de difícil identificação, dado o caráter subjetivo destas.

Essas autoras concordam com Werner (2009) ao explicitar que os sentimentos relacionados às agressões físicas, de adultos contra as crianças, podem ser reprimidos, esquecidos e até negados, mas jamais desaparecem: eles permanecem gravados no mais íntimo do ser, permeando as vidas e pensamentos daqueles que foram vítimas.

Ainda sobre a permanência dos sentimentos decorrentes da (s) situação (ões) violenta (s), Xavier, Camargo, Diniz e Gomes (2011) explicam que aqueles que foram vítimas de abuso sexual, na infância ou na adolescência, poderão ou não repetir a violência, a depender do fato de encontrarem ao longo da vida algum adulto que ajude a superar o trauma sofrido. Um estudo foi feito com homens que cumpriam pena por terem cometido abuso sexual contra menores, buscando compreender como a exposição

à violência se manifestou na sua formação identitária desde a infância até a fase adulta. As autoras afirmam que o indivíduo vítima da violência na infância, apesar de criticar a brutalidade desta, tende a reproduzi-la baseado em uma memória de opressão que o leva a agir de tal forma.

Werner (2009), ao escrever sobre violência sexual, traz um conceito que dialoga com os outros tipos de violência: o conceito de que, na família em que há a violência doméstica, existe um membro o qual ela denomina de “ofensor”. Para esta autora: “ofensor é aquele que rompeu com todas as expectativas de proteção, confiança, aconchego, cuidado, trato, deveres e fidelidade aos seus no grupo familiar” (p. 366). Para a autora, a pessoa que ofende trai a si mesma, a família e os dependentes, uma vez que substitui o lugar de cuidador pelo de ofensor e coloca em risco seu próprio projeto familiar.

A partir da literatura revisada, pode-se considerar que: 1. é notável a dificuldade de realização de pesquisas científicas sobre a violência psicológica e a negligência, o que dificulta a existência de discussões mais amplas sobre estes dois temas, tanto no âmbito científico como na sociedade em geral; 2. as pesquisas abordam (pelo menos as nacionais, dado terem sido estas as mais utilizadas nessa pesquisa), na sua maioria, as consequências orgânicas e imediatas da violência e, quando mencionam consequências no futuro, o fazem a partir de uma perspectiva na qual a pessoa que sofreu a violência parece ocupar o mesmo lugar do ponto de vista subjetivo de quando vivenciava a situação violenta: o lugar de vítima. Assim, é cabível questionarmos sobre o caráter determinista apontado na literatura sobre as pessoas vítimas de violência doméstica intrafamiliar quando crianças e/ou adolescentes. É cabível também, com base nos fundamentos teóricos adotados nesse trabalho, propor um olhar mais “otimista”, com essa perspectiva de mudança e de possibilidade de superação, já que os acontecimentos são constantemente significados e ressignificados ao longo do curso de vida.

Capítulo 3 – Referencial teórico

3.1. Breve contextualização da Psicologia Histórico Cultural de Bruner

De acordo com Bruner (1997), até a década de 40 predominava uma ciência positivista, empirista, que não considerava os estados mentais. Existia o corpo (foco na biologia), existia o cérebro (foco na neurociência), mas não existia uma mente enquanto constructo, no sentido mais subjetivo da palavra. Isso significa que, nesta época, estados intencionais mais subjetivos não eram considerados.

Após longo período desta predominância, por volta de 1956, inicia-se a Revolução Cognitiva. Como resultado de longo tempo de uma psicologia objetiva, esta nova psicologia buscou trazer a mente de volta aos estudos científicos (Bruner, 1997). A Revolução Cognitiva teve como um dos seus principais expoentes Jerome Bruner, o qual foi um dos grandes responsáveis pela construção da Psicologia Cultural que estudamos atualmente.

Para Bruner (1997), falar da Psicologia Cultural é falar de um sistema complexo pelo qual as pessoas organizam sua experiência no mundo social, seu conhecimento sobre ele e as trocas que com ele mantém. De acordo com este autor, a cultura se tornou um produto da história, um mundo ao qual os seres humanos precisavam se adaptar.

Um aspecto central da teoria da Psicologia Cultural é a importância do significado, juntamente com os processos e transações envolvidos na sua construção. A importância do significado se dá devido a dois fatores: o primeiro refere-se à necessidade de entender como os estados intencionais moldam as expectativas e atos do ser humano; o segundo diz respeito ao fato de que estes estados intencionais estão inscritos em sistemas simbólicos da cultura, sendo passíveis de significações (Bruner, 1997).

O autor complementa dizendo que há três boas razões para afirmar que a cultura exerce papel fundamental na constituição humana e, portanto, faz parte do objeto de estudo da psicologia. A primeira razão diz respeito à participação do homem na cultura, o que torna impossível uma psicologia humana baseada apenas no indivíduo. A segunda razão afirma que, em virtude da participação na cultura, o significado é tornado público e compartilhado. Assim, Bruner (1997) diz que nosso meio de vida, por ser culturalmente adaptado, depende da partilha de significados e conceitos. Por fim, a

terceira razão refere-se à “psicologia popular”, descrita pelo autor como o “relato cultural do que faz os homens pulsarem” (p.23). A psicologia popular lida com a natureza, as causas e as consequências dos estados intencionais, que são caracterizados por crenças, desejos, intenções e comprometimentos.

Ao falar sobre a construção e partilha de significados, a partir da percepção de uma psicologia culturalmente sensível, Bruner (1997) afirma que:

Uma psicologia culturalmente sensível (especialmente uma que conceda um papel central à psicologia popular como fator mediador) é, e deve ser, embasada não apenas no que as pessoas realmente fazem, mas no que elas dizem que fazem e no que elas dizem que as fez fazer o que elas fizeram. Ela também está interessada no que as pessoas dizem que os outros fizeram e porquê. E, acima de tudo, ela está interessada em como as pessoas dizem que seus mundos são. (p. 25)

O autor explica que os cientistas foram ensinados a tratar tais relatos verbais como não-confiáveis e não-verdadeiros. Isso acontece porque quando uma pessoa diz algo sobre si mesma e seus mundos, cria, no interlocutor, uma expectativa de que estas pessoas fazem, fizeram ou farão exatamente o que disseram. Quando isso não acontece, o interlocutor tende a tratar esta discrepância, entre o que foi dito e o que foi feito, como um erro ou ilusão.

Então, para solucionar o dilema das diferenças entre o que é dito e o que é feito, Bruner (1997) afirma que separar estas duas unidades é “fazer má filosofia, má antropologia, má psicologia e leis impossíveis” (p. 27). Para este autor, dizer e fazer representam uma unidade funcionalmente inseparável. Assim, a psicologia cultural toma como elemento central a relação entre agir e dizer e como isso é interpretado no contexto da conduta comum da vida.

3.2. Principais conceitos abordados neste trabalho

Bruner (1997), a partir de uma perspectiva Histórico-Cultural, refere-se ao caráter inato do homem de decodificar significados, dado que ele possui um sistema biológico preparado para utilizar o sistema de sinais como interpretante. Este autor menciona algumas transformações pelas quais os humanos passaram, ao longo da história evolutiva, para possuir hoje esta capacidade de construir e ser construído socialmente. Desde as mudanças biológicas, como a postura bípede, aquisição do

polegar, aumento do tamanho do cérebro, às mudanças culturais, o homem possui um sistema cognitivo preparado para significar a si mesmo e tudo o que o cerca, agindo, assim, de acordo com suas interpretações.

A cultura é um elemento de importante participação neste processo de construção de significados, isto porque, embora nós tenhamos uma predisposição “inata” e primitiva para a organização narrativa, a cultura logo nos equipa com novos poderes de narração, através do seu conjunto de ferramentas e da sua tradição de contar histórias. A prática e o discurso são culturalmente interligados (Bruner, 1997).

Esta produção de significados se dá, na maioria das vezes, através das narrativas. É a nossa narrativa que nos estrutura, organiza e esquematiza nossas experiências. Bruner (1997) diz que, se não fôssemos capazes de narrar, estaríamos perdidos numa grande experiência caótica.

Dessa forma, ao considerarmos a importância que a interpretação tem para a construção dos significados, podemos entender que estes são subjetivos, pessoais e intransferíveis. Para complementar a compreensão sobre a formação das nossas narrativas, Bruner (1997) usa dois conceitos fundamentais: o canônico e a ruptura do canônico. O canônico compreende, segundo este autor, tudo aquilo que está incluído na norma, no padrão, no socialmente compreensível. Então, por consequência, a ruptura do canônico ocorre quando vivemos e narramos algo fora do esperado, desviante da norma. Assim, neste momento, nossa narrativa contém a função de incluir a excepcionalidade, amenizando as angústias sentidas causadas pela ruptura. Uma das perguntas que guiam esta pesquisa é se a experiência da violência doméstica pode ser vivenciada pelas vítimas como uma ruptura do canônico.

Baseado na literatura e na nossa experiência em trabalho, consideramos que a violência doméstica intrafamiliar cometida contra uma criança e/ou adolescente ocorre em fase importante de desenvolvimento, dentro de relacionamentos os quais deveriam ser fontes de zelo, amor e cuidado (Werner, 2009). Diante disso, podemos compreender que o cânone referente à família é que esta seja a fonte provedora destas primeiras experiências de proteção. Indagamos, então, sobre o que acontece com as pessoas que não têm essa vivência no seu seio familiar.

É a partir desta perspectiva que o autor traz os seus conceitos de “canônico” e de “ruptura do canônico”. Para Bruner, o canônico está situado nas concordâncias estabelecidas entre o significado do que é dito e feito, e o modo como estes governam as interações entre os indivíduos e outras pessoas. Portanto, quando alguma das regras de

concordância entre o indivíduo e seu coletivo é quebrada, configura-se a ruptura do canônico e instalam-se processos de negociação para que o caminho habitual seja retomado.

Ao pretendermos analisar como são construídas as significações e ressignificações sobre a violência doméstica para os adultos que foram vítimas na sua infância/adolescência, usaremos das narrativas para compreender como estas pessoas constroem seus significados coerentes com os cânones estabelecidos pela cultura. Além disso, quando estes são rompidos, como elas usam também da narrativa para fazer as renegociações entre seus significados particulares e os cânones culturais, estabelecendo com isso as suas ressignificações.

A Psicologia Cultural tem, como maior veículo de produção do seu saber, a narrativa. Esta se relaciona com o material da ação e da intencionalidade humana, bem como intermedeia o mundo canônico da cultura e o mundo mais idiossincrático dos desejos, crenças e esperanças. A cultura pode até mesmo ensinar, conservar a memória ou alterar a percepção do passado. Sendo assim, uma história – seja ela factual ou imaginária – convida à reconstrução de nossas narrativas: do que aconteceu e do que poderia ter acontecido. Através destas narrativas, o sujeito vai construindo um conceito de “si-mesmo” que é definido como um produto das situações em que este sujeito participa, através da sua interação com a cultura (Bruner, 1997).

Para este autor, os estudos que abordam este conceito devem focalizar os significados de si-mesmo atribuídos tanto pelo indivíduo, como pela cultura na qual ele participa. Estes significados não são simples resultados de uma reflexão contemplativa: eles são frutos de processos constantes de significação e ressignificação.

Sobre o conceito de “si-mesmo”, Bruner (1997) afirma que este carrega consigo duas características. A primeira é a reflexividade humana: ao refletirmos sobre o passado, isso pode alterar o presente e, em contrapartida, refletir sobre o presente pode alterar as percepções sobre o passado. Nesta perspectiva, nem o passado, nem o presente permanecem fixos diante dessa reflexividade. A segunda característica é a capacidade do ser humano de visualizar alternativas, definida pela possibilidade de criar outros modos de ser, agir, engajar-se. Assim, como o autor cita, embora seja verdade que somos em certo sentido "criaturas da história", em outro sentido somos também agentes autônomos.

O “si-mesmo” atua como um constructo capaz de responder à cultural local. A cultura irá prover diretrizes que perpassarão entre a estabilidade e a mudança. Ela irá

endossar, negar, rechaçar, gratificar os compromissos que o si-mesmo assume. E o si-mesmo, ao usar da sua capacidade de ser reflexivo e de projetar alternativas, irá atuar de modo a evitar, adotar, reavaliar ou reformular o que a cultura oferecer (Bruner, 1997).

O autor relata que o “si-mesmo” é dotado de crenças e desejos que se referem ao passado, presente e futuro e acabam por participar da definição da personalidade e dos estilos de vida de cada um. Para o autor, as crenças e desejos acontecem dentro da subjetividade e no mundo real, sendo corporificada neste último por via dos relatos. São essas crenças particulares, construídas através da própria narrativa, que explicam, baseiam e justificam comportamentos bastante idiossincráticos.

Assim, as narrativas possuem uma função primordial na expressão e negociação das subjetividades: a função de incluir a ruptura do canônico no discurso socialmente aceito e compreensível. Para Bruner (1997), as regras e normas sociais estabelecidas pelo canônico nem sempre são claramente explicitadas; muitas vezes, há uma expectativa velada de que sejamos, pensemos e façamos de uma determinada forma. Outras vezes, estas regras são explícitas e quebrá-las significa ter que construir uma narrativa que encaixe esta excepcionalidade do canônico em algo minimamente compreensível para a sociedade e para si.

O papel da cultura é lidar simultaneamente com a canonicidade e a excepcionalidade. É transitar entre o conjunto de regras e o excepcional que emerge delas. Para poder “sair” desse conjunto de normas, a pessoa precisará lançar mão de atos interpretativos, que surgem da narrativa, para tornar compreensível a fuga desses padrões.

Portanto, quando uma pessoa se comporta de acordo com a norma, dispensam-se perguntas sobre o porquê de ter agido de tal modo. Por estar dentro do padrão da cultura, subentende-se que é uma ação óbvia. Quando se age de modo excepcional, surge a necessidade de justificativa. A pessoa recorre, então, à narrativa para atribuir, a um estado intencional a justificativa do comportamento. A intenção é tornar compreensível o afastamento do padrão.

Assim, observamos aqui que a subjetividade não se constrói isoladamente. Em vários momentos, ao narrarmos, socializamos nossa subjetividade. Esta narrativa abre para que outras subjetividades entrem em questão, tornando-se possível a construção de um espaço intersubjetivo. Entendemos por espaço intersubjetivo a comunicação entre todas essas subjetividades emergentes, ficando claro que este processo é co-construído e passível de modificação pela participação do outro social.

3.3. Articulando alguns conceitos de Bruner com a literatura sobre violência doméstica intrafamiliar

Iriart e Bastos (2007) trazem em seu estudo uma afirmativa que corrobora a compreensão acerca dos cânones referentes às funções familiares. As autoras afirmam que contextos familiares que possibilitam a participação mútua, o interesse e o comprometimento em atividades progressivamente mais complexas, acompanhado do equilíbrio de poder, configura-se como uma condição favorável para o desenvolvimento das pessoas. É possível entender este tipo de contexto familiar como um cânone a respeito do que uma família deve prover a seus membros em fase de desenvolvimento.

Cecconello, Antoni e Koller (2003) complementam a lógica sobre os cânones familiares ao relatarem que é inerente à relação parental a detenção do poder, dada a hierarquia existente na família entre os pais e seus filhos. Porém, as autoras alegam que é possível usar este poder de forma adequada, caso haja um bom ambiente para o desenvolvimento, no qual o equilíbrio de poder se altera gradualmente em favor da pessoa em desenvolvimento, acompanhando as aprendizagens próprias da agenda desenvolvimental e promovendo o ganho de autonomia.

Portanto, se pensarmos em crianças e adolescentes que se desenvolvem sendo submetidos a situações de violência dentro da sua própria família, da qual se espera que cumpra o papel de proteção, cuidado e afeto, certamente esta experiência incorrerá em prejuízos para seu desenvolvimento. Um dos pressupostos desta pesquisa é que esta experiência pode participar da construção das características do “si-mesmo” ao longo da trajetória do sujeito.

Werner (2009), no seu estudo sobre um tipo específico de violência doméstica - a violência sexual - aborda as consequências para a pessoa que foi submetida à violência durante a sua infância e/ou adolescência. Ela explica que a dor daquele que foi agredido é facilmente entendida, uma vez que seu corpo foi violado com lesões físicas mais ou menos agressivas, mas com lesões psicológicas sempre profundas e duradouras. A autora afirma que a fronteira entre gerações de pessoas que, pela lei ou pelos costumes, não poderiam ser rompidas. Diante disso, diz que não é possível quantificar o sofrimento pela quebra de confiança, de segurança, de respeito e do cuidado.

Assim, podemos compreender que esta autora refere-se a uma ruptura do canônico: existe uma expectativa, seja ela estabelecida pelas leis (a exemplo do Estatuto da Criança e Adolescente) ou pelos costumes estabelecidos pela cultura do que uma

família deve prover a uma criança e/ou adolescente durante seu desenvolvimento. Quando um ou mais familiares (pai, mãe, ou qualquer outra pessoa com vínculo consanguíneo e/ou afetivo) comete a violência, acontece uma ruptura nas fronteiras entre as gerações e nos papéis esperados para aquele que cuida e aquele que deve ser cuidado.

Ainda articulando com a experiência de violência e como esta pode se configurar uma ruptura em determinados significados tidos por cânones, Santos e Bastos (2011) realizaram uma pesquisa sobre violência, na qual estudaram como a exposição à violência doméstica e urbana pode direcionar a trajetória das pessoas que a vivenciaram. Para estes autores, a violência se configura em uma experiência destituidora de laços, dotada de significados socialmente controversos, podendo, portanto, ser compreendida como uma ruptura. Mencionam também que a mesma marca a trajetória das vítimas, ao deixar "marcas no corpo e na memória; marcas que são difíceis de superar e ganham força com o passar do tempo, gerando uma nova forma de conceber-se no ambiente, ou seja, relacionando-se com a realidade de forma diferente" (p. 83).

Outro estudo realizado por Lordelo, Bastos e Alcântara (2002) também procurava entender como a vivência em contextos de violência pode participar da construção da identidade do sujeito ao longo do seu desenvolvimento. Assim, o objetivo era entender como se dá a construção social da identidade do adolescente (o participante da pesquisa) que vive em situação de risco, ao considerar a capacidade de influenciar / ser influenciado pelo contexto em que vive. As autoras puderam constatar que o processo de construção da identidade vivido pelo participante apresenta muito pouco protagonismo e que há a adoção de posicionamentos que oscilam entre o lugar de agressor e da vítima, a depender do contexto e/ou de outros relacionamentos envolvidos.

Esses resultados permitem dialogar com o conceito de "si-mesmo" de Bruner. Como já mencionado, para Bruner (1997), o "si-mesmo" é construído em relacionamentos e participando da cultura. Assim, uma pessoa que viveu, na sua infância e adolescência, situações diversas de violência, pode aprender a significar sobre si e seus relacionamentos a partir desta experiência. Porém, experiências positivas que esta mesma pessoa tenha ao longo da trajetória de vida poderão ajudar nos processos de ressignificação da violência doméstica intrafamiliar.

Poucos são os estudos que se referem a adultos que conseguiram ressignificar suas experiências relacionadas com a violência doméstica intrafamiliar. Um deles é o trabalho de Ceconello (2003), no qual se observou o rompimento do ciclo de violência em famílias cujos pais, na infância, foram submetidos a altos níveis de abuso e maus tratos e verificou que os fatores contribuintes para a interrupção deste ciclo foram: a manutenção de um relacionamento amoroso estável, que lhes forneceu apoio e bem-estar emocional; a participação em psicoterapia e em grupos de autoajuda; a rede de apoio social estabelecida com pessoas significativas e com os recursos disponíveis no mesossistema, como o centro de saúde, a igreja e o próprio trabalho. Estes fatores propiciaram o estabelecimento de harmonia no ambiente familiar, contribuindo para que as relações entre pais e filhos fossem permeadas por afeto, reciprocidade e equilíbrio de poder, favorecendo, assim, a resiliência familiar.

Assim, com base na literatura e no referencial teórico, indagamos como pessoas adultas que foram vítimas de violência doméstica intrafamiliar na infância significam e ressignificam a violência doméstica ao longo da sua vida. Interessa-nos investigar de que forma as narrativas incluem a ruptura com o canônico e promovem as ressignificações da violência doméstica. Partimos, então, de uma perspectiva não pessimista e determinista, que inclui possibilidades de superação de um fenômeno tão devastador e ainda tão frequente.

Capítulo 4 – Abordagem metodológica

4.1. O problema de pesquisa

Como se configuram as significações de violência doméstica e em que condições elas se reconfiguram ao longo da vida?

4.2. Objetivos

4.2.1. Objetivo geral

O objetivo geral é compreender as significações e ressignificações de violência doméstica, ao longo da vida, construídas por adultos vitimados na infância e/ou adolescência.

4.2.2. Objetivos específicos

Mais especificamente, objetiva-se, através da narrativa dos participantes:

1. Analisar as significações e ressignificações de adultos sobre o evento da violência doméstica intrafamiliar sofrido quando crianças e/ou adolescentes;
2. Verificar se a violência doméstica se configura, para os participantes, como uma ruptura do canônico;
3. Identificar eventos ocorridos ao longo da vida que foram significativos para a reconstrução dos significados de violência doméstica na vida adulta e
4. Relacionar a violência doméstica intrafamiliar com a construção das características do si-mesmo, ao longo da trajetória de vida.

4.3. Método

4.3.1. Estratégia geral da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de abordagem narrativa. A investigação do fenômeno considera o relato das experiências dos participantes e o faz através da análise de significados.

Creswell (2007), ao analisar trabalhos de pesquisadores construtivistas sociais, afirma que as pessoas tentam entender o mundo em que vivem e, para isso, desenvolvem significados subjetivos diante de suas experiências em contexto de interações com as pessoas, seus mundos e a cultura. Esses significados são múltiplos, fato que leva o pesquisador a não estreitar seu campo de visão.

De acordo com o autor citado, o pesquisador deve buscar ouvir os participantes e construir um entendimento baseado nas ideias transmitidas por eles sobre o fenômeno estudado. Para tal, o tipo de entrevista abordada nesse estudo será a entrevista narrativa.

4.3.2. Participantes

Os participantes desta pesquisa são dois adultos, um do sexo feminino e outro do sexo masculino, com 25 e 26 anos respectivamente. Ambos possuem nível superior completo. O critério básico de escolha foi ter sofrido violência doméstica intrafamiliar na infância e/ou adolescência e ter disponibilidade para participar da pesquisa.

4.3.3. Local de coleta de dados

A coleta de dados ocorreu em um consultório de psicologia, dada a importância de um *setting* apropriado para uma entrevista acolhedora. O primeiro argumento a favor desta prática baseia-se em Tamioso (2005). Esta autora, ao se referir à psicoterapia enquanto cenário social de pesquisa qualitativa, afirma que esta estratégia metodológica visa compreender a pesquisa como um processo dialógico, no qual o pesquisador e os sujeitos da pesquisa estão envolvidos ativamente no processo de construção deste saber. Este processo só é possível quando há um vínculo consistente entre o pesquisador e o participante e é justamente a partir desta relação vincular que ambos irão produzir, com qualidade, a informação e o processo do conhecimento científico. Por fim, afirma que a psicoterapia, como cenário social de pesquisa, atende adequadamente à expectativa na produção do saber científico.

O segundo argumento a favor desta prática provém da nossa percepção de que o tema evocado nesta pesquisa é delicado: são lembranças que trazem sofrimento e isto

implica na ética de cuidado e menor dano ao participante. Compreendemos como elementos de cuidado uma relação vincular construída com o participante, um ambiente que forneça a sensação de acolhimento e segurança e o manejo clínico necessário para abordar eventos que foram muito traumáticos no passado, na tentativa de causar o menor dano possível aos participantes com estas recordações.

Sendo assim, este estudo reconhece o quão terapêutico pode ser narrar eventos do passado e o quanto eles podem influenciar e ser influenciados pelo presente, mas não se trata de transformar as entrevistas em terapia.

Reconhecemos que esta abordagem metodológica representa um pequeno recorte da vasta e cruel realidade das pessoas que convivem diariamente com a lembrança, ou ainda com os acontecimentos violentos na sua vida. De fato, são poucas as pessoas que possuem a possibilidade de narrar e reconstruir acontecimentos ocorridos no passado dentro do contexto psicoterapêutico. Supomos, portanto, que este recorte, por si só, já trará um viés para a pesquisa. Porém, é justamente com este viés que gostaríamos de lidar.

4.3.4. Instrumento de coleta de dados

Segundo Fraser e Gondim (2004), a entrevista é considerada uma forma de interação entre duas ou mais pessoas. As autoras discutem as vantagens do uso da entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. As autoras explicam que uma das vantagens em se utilizar a entrevista no processo de coleta de dados de uma pesquisa qualitativa está no favorecimento de uma relação intersubjetiva entre o entrevistador e o entrevistado, estabelecendo-se entre eles trocas verbais e não-verbais que permitem uma melhor compreensão dos significados, dos valores e das opiniões explicitadas.

O instrumento de pesquisa utilizado nesta pesquisa foi entrevista narrativa, composta de perguntas estimuladoras. As perguntas do instrumento foram produzidas a partir de um pressuposto mencionado por Bruner (1997), o qual afirma que o procedimento de entrevista precisa ser projetado para encorajar a produção de significados através do relato narrativo, em vez de produzir respostas mais categóricas, como as que são comuns em entrevistas padronizadas. A entrevista foi aplicada e gravada, após consentimento dos participantes, para garantir a fidedignidade dos dados.

Sobre narrativas, como o autor diz, não é possível acompanhar as pessoas em cada passo da sua vida, observando-as e questionando-as sobre todas as escolhas feitas

por elas. Portanto, a única forma de acessar os significados e capacidades de ação produzidos a cada situação vivida é através da investigação retrospectiva. Para Bruner (1997), os participantes falam sobre si a partir das suas recordações, construindo, então, uma “autobiografia”.

O autor relata que as "autobiografias espontâneas" são constituídas de histórias menores (eventos, ocorrências, projetos), cada qual adquirindo significado por fazer parte da vida como um todo. Outro elemento importante refere-se ao fato de que o si-mesmo atua como narrador da autobiografia e, ao estar nessa posição, não apenas relata, mas também justifica. Assim, para Bruner, "quando alguém diz, como se resumisse toda uma infância, 'eu fui uma criança rebelde', isso pode ser usualmente considerado quer uma profecia, quer um resumo" (p. 104).

Utilizou-se, nas entrevistas narrativas, a pergunta disparadora: “Me conte um pouco da sua história de vida, dos aspectos que você achar mais relevantes”. Além disso, foi construído um roteiro de perguntas (Anexo 1), para responder aos objetivos geral e específico, porém o mesmo só foi utilizado após a narrativa livre do entrevistado, caso algo precisasse ser mais bem esclarecido e não tenha sido livremente abordado pelo participante. Assim, as perguntas estimuladoras serviram como um guia para que alcançássemos os objetivos da pesquisa, mas isso não limitou as possibilidades de respostas dos participantes. Portanto, a quantidade de entrevistas por participante foi determinada com o esgotamento destas durante a coleta dos dados.

Dessa forma, através da narração autobiográfica é possível recordar o passado, seja a partir de fases específicas ou da história de vida como um todo. Sendo assim, o narrador exprime uma ordem e uma estrutura de identidade básica para sua vida durante o processo de narrar. A expressão narrativa lida não apenas com os eventos externos que ocorrem ao indivíduo, mas também com as mudanças internas enfrentadas a partir destes eventos externos (Germano, 2009).

Por fim, o uso da entrevista narrativa é coerente com o posicionamento adotado nesta pesquisa: a aplicação de uma entrevista que não limite as possibilidades de elaboração do participante e que parta do princípio de que este é o mais habilitado para falar das suas próprias experiências.

4.3.5. Procedimentos de coleta de dados

Conforme dito anteriormente, os participantes desta pesquisa são adultos que foram vítimas da violência doméstica intrafamiliar quando criança e/ou adolescente e se disponibilizam para falar sobre isso no momento atual. Portanto, foi necessário fazer uma ampla divulgação da pesquisa, tanto pela pesquisadora como por colegas da mesma. Assim, houve três meios possíveis de acesso aos participantes da pesquisa: o primeiro foi por via da pesquisadora, uma vez que a mesma pode solicitar a pessoas conhecidas desta e com histórico de violência doméstica que participassem da pesquisa; o segundo foi por indicação de colegas da pesquisadora, os quais conheciam pessoas que preenchiam os pré-requisitos e, por último, pessoas que souberam da pesquisa, reconheceram-se dentro dos pré-requisitos e se disponibilizam a participar.

Alguns prováveis participantes indicados por colegas da pesquisadora foram contatados diversas vezes. Pelo telefone, as pessoas mostravam-se solícitas e interessadas em participar da pesquisa. Porém, quando a pesquisadora tentava agendar a entrevista, ninguém comparecia de fato. Sendo assim, aqueles que concordaram em participar e compareceram às entrevistas foram clientes da pesquisadora que, no momento da pesquisa, ainda estavam em processo terapêutico.

Assim, no primeiro encontro com o participante, a pesquisadora logo apresentava o estudo e solicitava sua leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Posteriormente ao aceite do participante e assinatura do termo de consentimento, foi iniciada a entrevista em um consultório de psicologia, a qual durou aproximadamente sessenta minutos cada. Todas as entrevistas foram gravadas a fim de garantir a fidedignidade dos dados.

4.3.7. Aspectos éticos envolvidos

Este estudo prevê a consideração de questões éticas. Obteve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Plataforma Brasil (número CAAE: 35477214.4.0000.5531), bem como utilizou o termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelos participantes.

Além dos esclarecimentos sobre o estudo, cada participante foi esclarecido sobre o aspecto voluntário que este contém, a possibilidade de interrupção da participação a

qualquer momento e o sigilo e a preservação de sua identidade, através da leitura e esclarecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A realização das entrevistas em um consultório de psicologia deveu-se a determinadas considerações éticas. A primeira delas foi tentativa de proporcionar, aos participantes, um ambiente acolhedor que pudesse favorecer o estabelecimento de um bom *rapport* entre estes e a pesquisadora. Além disso, pretendeu-se oferecer um ambiente seguro, isento de interrupções, com a possibilidade da contenção e manejo clínico necessários, em casos de lembranças que os mobilizassem muito.

Por fim, outro cuidado ético foi verificar que os participantes estivessem em processo terapêutico, para o caso de as entrevistas levantarem questões que precisassem de manejos posteriores, então o processo psicoterapêutico seria o espaço adequado para tal.

Ao final da pesquisa, foi enviado aos dois participantes uma cópia da dissertação por via de e-mail. Solicitou-se que os mesmos fizessem a leitura da dissertação e, caso houvesse algum dado que não foi interpretado corretamente, poderia ser sinalizado e discutido com a pesquisadora. Os dois participantes deram a devolutiva de estarem de acordo com a análise feita dos dados.

4.3.8. Procedimentos para análise dos dados

Para análise de dados, procurou-se seguir a proposta de Weller (2010), sempre coerente com os pressupostos básicos da Teoria Histórico-Cultural proposta por Bruner. Weller (2010) baseou-se na teoria proposta por Schütze ao tratar da análise das narrativas. Segundo esta autora, a análise das entrevistas narrativas busca “estruturas processuais dos cursos de vida, ou seja, os elementos centrais que “moldam” as biografias e que são relevantes para a compreensão das posições e papéis ocupados pelos indivíduos na estrutura social” (p. 4).

Portanto, o passo-a-passo sugerido por Weller (2010) para a análise das narrativas inclui, em primeiro lugar, a transcrição completa das entrevistas. Posteriormente, deverá ser feita uma análise formal do texto, durante o qual o pesquisador identifica os diferentes tipos de texto e os principais elementos marcadores de finalização e inicialização de um novo tópico ao longo da entrevista. Isso quer dizer que o entrevistado pode incluir, ao longo da entrevista, passagens narrativas, explicativas e argumentativas. Nesta etapa, é importante construir uma primeira

impressão sobre a narrativa como um todo e identificar, na estrutura global da narrativa, o quadro de referência do narrador e os principais esquemas de ação para uma mudança ou não de sua situação biográfica.

A próxima etapa, de acordo com a autora, é a descrição estrutural do conteúdo. O pesquisador analisará, detalhadamente, cada segmento da narração central, bem como as narrativas que surgiram como respostas às perguntas, com o intuito de identificar aqueles que têm relevância para o objeto estudado. Esta é uma etapa mais minuciosa do processo de análise, na qual o pesquisador deverá verificar não somente o que está sendo narrado, mas também como a narrativa está sendo construída.

O passo seguinte é a abstração analítica, momento no qual o pesquisador se distancia dos detalhes observados e analisados anteriormente e passa a verificar as expressões abstratas de cada período da vida relatado. O objetivo desta etapa é reconstruir a biografia como um todo, considerando narrativas concernentes a experiências específicas de cada etapa narrada do ciclo de vida até uma compreensão mais ampla da atualidade (Weller, 2010).

Weller (2010) postula que, após a abstração analítica, é realizada a análise do conhecimento, quando o pesquisador se dedica às teorias construídas pelo participante sobre sua história de vida e sua identidade. Nessa fase podem ser analisadas as explicações sobre determinados acontecimentos ou escolhas realizadas pelo entrevistado, assim como suas avaliações sobre sua história de vida e seu próprio “eu”. A autora faz uma ressalva dizendo que é preciso levar em consideração que a análise feita pelo participante é sempre a partir do ponto de vista atual.

O passo seguinte é a comparação contrastiva, que dependerá dos critérios para seleção de outros textos que não se restrinjam a um participante só, uma vez que comparará entrevistas de diferentes participantes, levando em conta os objetivos da pesquisa (Weller, 2010).

No último passo, por meio da análise detalhada das entrevistas, são elaborados modelos teóricos sobre a trajetória biográfica de indivíduos pertencentes a grupos e condições sociais específicas (Weller, 2010). Nesta fase, os dados foram analisados à luz da Teoria Histórico-Cultural, priorizando os conceitos: “significação”, “ressignificação”, “canônico”, “ruptura do canônico” e “si-mesmo”.

Capítulo 5 – Análise e Discussão dos dados

Os dados das entrevistas, referentes aos dois casos aqui apresentados, trabalhados foram exaustivamente lidos e das suas análises emergiram temas e, dentro de cada tema, sub-temas. Tais temas e subtemas visaram responder aos objetivos específicos da pesquisa. É importante ressaltar que esta separação não é estanque, uma vez que todos os temas dialogam entre si e, portanto, aparecem dados de uma temática na outra. Sendo assim, esta separação, presta-se a uma forma de organização dos dados, a fim de facilitar a análise.

Outro aspecto importante de ser ressaltado refere-se à análise das significações e ressignificações acerca da violência doméstica intrafamiliar e seus desdobramentos. Determinar precisamente que é significação e o que é ressignificação, talvez seja uma tarefa muito difícil de ser cumprida. A todo momento estamos significando e ressignificando, este é um processo contínuo. O que queremos enfatizar são as mudanças que ocorrem ao longo da trajetória de vida,

Nesse sentido, as significações e ressignificações são analisadas dentro do mesmo bloco temático, a fim de enfatizar seu caráter processual. Os outros blocos temáticos foram construídos para responder os objetivos específicos restantes.

Caso 1 – Bernardo.

O primeiro caso refere-se a um homem de 26 anos, com nível superior de escolaridade. O tipo de violência relatado pelo mesmo foi a violência sexual, perpetrada pelo seu primo, tendo seu início datado de quando Bernardo tinha seis anos e seu primo quatorze. A relação estendeu-se por quase quatro anos, até aproximadamente os dez anos de Bernardo e os dezoito anos de seu primo. Bernardo e o primo tinham uma relação muito próxima, já que os dois foram criados juntos. O primo ficava todos os dias na casa de Bernardo e a ele era delegado o cuidado de Bernardo na ausência dos pais. Tanto Bernardo, quanto seus pais, mantinham com esse primo uma relação afetiva.

Bernardo afirma que a violência sexual aconteceu dentro de casa, “debaixo dos olhos” dos pais dele. A família nunca desconfiou nem descobriu nada. A mãe só soube quando Bernardo contou para ela, há mais ou menos 4 anos.

“É... (a violência) foi feito na minha casa, embaixo dos olhos de meus pais, a família inteira nunca descobriu, com exceção da minha mãe que eu contei faz 3 anos, 3 ou 4 anos...”
(Bernardo)

Além disto, Bernardo denuncia, ao longo do seu discurso, a vivência repetitiva, durante sua infância e adolescência, da violência psicológica e física, cometida pelos seus pais.

“É... acho que eu não tinha um dia na semana que meus pais não brigavam e também acho que não passava mais que dois dias eu sem apanhar, eu ganhava muita surra, minha mãe era extremamente nervosa e meu pai era extremamente desequilibrado, ciumento patológico ãhm... vivia sob estresse, era o que sobrava pra mim, sobrava pros filhos, como eu era o mais velho eu acho que eu absorvia mais, e a consciência foi se formando mais rápido, mas é isso...”
(Bernardo)

Foi possível extrair, da narrativa deste participante, significados sobre os dois tipos de violência doméstica vivenciados, porém a violência sexual veio carregada de conteúdos e afetos muito intensos, atribuindo a si mesmo baixa valoração e o sentimento recorrente de nojo seguido da ideia compulsiva de limpar-se.

“... o abuso não foi violento, foi de forma passiva, consensual, e (...) 1 ou 2 anos depois que acabou eu comecei a sentir nojo, nojo do meu corpo, como se não tivesse banho o suficiente que eu conseguisse me limpar, e eu tentava me limpar e sempre sujava e era um pensamento sempre recorrente, sempre recorrente, principalmente quando eu estava só em casa, ou era de noite e eu estava um pouco só...” (Bernardo)

Em contrapartida, a violência psicológica e física parece estar inserida em um contexto que normaliza tais práticas, justificada sob o discurso de que é o estilo de criação dos pais, é o jeito deles. Esse discurso acaba por banalizar a violência doméstica intrafamiliar o que, por sua vez, contribui para a perpetuação destas práticas, já que não questiona e nem critica esses significados.

“(...) meu relacionamento em casa não foi fácil, meus pais eram difíceis também, era uma família complicada apesar de ser estruturalmente uma família correta, pai e mãe e irmãos e avós, financeiramente confortável, e minha mãe desconhecia o fato e na verdade eu nunca quis procurar a ajuda dela, e tentei aguentar tudo isso sozinho nas costas né (...)” (Bernardo)

É possível compreender, a partir da fala do participante, que o clima da família nuclear hostil e violento impossibilitava o conhecimento da mesma sobre o sofrimento do filho, bem como o pedido de ajuda dele. Ao longo da vida, isso foi acarretando um estilo de comunicação truncado, com a sensação de solidão e de ser pouco valorizado por ele mesmo e pelas pessoas ao redor.

No decorrer da análise, serão abordados os significados construídos acerca da violência doméstica intrafamiliar sofrida na infância e/ou adolescência, as características específicas do si-mesmo de Bernardo na infância, na adolescência e na vida adulta, bem como as situações que foram significadas pelo mesmo como rupturas e seus consequentes esforços de construir narrativas que incluíssem essas rupturas do canônico no discurso socialmente compreensível. Além disso, serão analisadas as ressignificações (ou mudanças nas significações) e os fatores que contribuíram para as ressignificações da violência doméstica na vida adulta.

1. Significações e ressignificações das violências sofridas e dos seus desdobramentos

A partir da narrativa de Bernardo, foi possível identificar dois temas relacionados às violências sofridas, no âmbito doméstico: “Violências física e psicológica cometidas pelos pais”, “Violência sexual perpetrada pelo primo”. Serão analisadas, a seguir, as significações construídas por Bernardo sobre o primeiro tema.

1.1. Violência física e psicológica cometida pelos pais

Dentro deste tema, os dados foram organizados em duas categorias de significação:

- a. A violência cometida pelos pais significada como característica de um estilo de educação / criação da criança e do adolescente;
- b. A violência cometida pelos pais significada como uma barreira para a revelação da violência sexual e para a solicitação de apoio.

a) A violência cometida pelos pais significada como característica de um estilo de educação / criação da criança e do adolescente

Para falar das significações construídas por Bernardo, fazemos referência a como Bruner compreende que acontecem os processos de significações. Para este autor, a produção de significados acontece, na maioria das vezes, pela via das narrativas. É a nossa narrativa que nos estrutura, organiza e esquematiza nossas experiências. Para Bruner (1997), estaríamos perdidos em uma grande experiência caótica se não fôssemos capazes de narrar. Dessa forma, ao interpretarmos, estamos atribuindo aos nossos significados o caráter pessoal, subjetivo e intransferível.

Bernardo, ao narrar sobre violência doméstica, identifica claramente apenas a violência sexual cometida pelo primo. Em momento nenhum, ao longo da sua narrativa, está explícita alguma significação de violência a respeito da situação vivenciada em casa, com os pais. Bernardo usa explicações que demonstram sua compreensão sobre os atos violentos dos pais enquanto uma característica do estilo de educação e criação adotado por eles. Ou seja, a violência física e psicológica cometida pelos pais era compreendida de forma amena, ganhando o sentido de ser apenas o “jeito deles”.

Fica claro, ao longo da narrativa, que Bernardo se ressentia de não ter tido pais amorosos, de ter sido uma infância difícil, com muitas brigas dentro de casa e com a postura severa dos pais para com os filhos. Mas, o fato disso não ser visto e nomeado como violência pode nos fazer supor certa banalização da violência, dado que dá à violência um sentido ameno, como uma prática de educação cotidiana e, portanto, não questionada. Além disso, foi possível perceber, na fala de Bernardo, uma ambiguidade de sentimentos sobre seus pais: ao mesmo tempo em que parece tentar protegê-los, ao justificar o ocorrido como um traço da imaturidade deles, mostra também o rancor sentido pelos pais.

Então, diante da constatação da sua realidade familiar, da falta de apoio e da ausência de acolhimento nas suas relações intrafamiliares, Bernardo constrói significados, os quais são expressos pela via das suas narrativas, explicando o porquê de sua família ser como é, de forma a incluir a ruptura do cânone de como uma família deve ser em um discurso que diminua mais a sua dor e seja socialmente compreensível.

Segue abaixo uma fala de Bernardo na qual ele justifica a violência perpetrada pelos pais como fruto da imaturidade destes, bem como das circunstâncias de vida à

época, porém também identifica o quanto se sentia sobrecarregado, depositário das consequências da desunião entre os pais.

“Meu pai me teve com 19 anos, sem nenhuma estrutura montada, ele não tinha maturidade e ainda não tem maturidade para cuidar de um filho e... e minha mãe não conseguia se separar dele e então para manter aquele lar desunido o tempo todo e isso acabava sobrecarregando, jogando sempre pros filhos, sempre pros filhos, sempre pros filhos, entendeu ?” (Bernardo)

Para o Ministério da Saúde (2001), a violência psicológica se caracteriza por qualquer ação ou omissão, intencional ou não, que cause dano à auto-estima, à identidade e ao desenvolvimento da pessoa, e exemplifica: insultos constantes, humilhação, desvalorização, etc.

Conforme afirmou Szymanski (2006), as práticas educativas familiares são fundamentais para a construção identitária. Se essas práticas educativas são permeadas de atos violentos, isso terá desdobramentos na construção identitária da pessoa que sofreu violência. Nesse sentido, as práticas educativas dos pais de Bernardo contribuíam para a construção do seu si-mesmo, bem como para a sua compreensão do mundo e dos outros.

Assim, atrelado ao acontecimento da violência cometida pelos pais, Bernardo também a significa como um empecilho para a revelação da violência sexual cometida pelo primo.

b. Violência cometida pelos pais ressignificada como barreira para a revelação da violência sexual e para a solicitação de apoio

Isso nos leva a uma segunda categoria de significação a respeito da violência física e psicológica cometida pelos pais. Com o passar do tempo e com a permanência do clima agressivo e hostil, Bernardo ressignifica a violência física e psicológica cometida pelos pais como um fato que impossibilitava a revelação da violência sexual e a solicitação de apoio.

“Então assim, eu já me sentia ruim e agora me sentia um peso, eles sempre me jogavam na cara que que a mensalidade da minha escola era cara, que tudo era caro, e você ia se sentindo um peso, faltava aquele acolhimento familiar, então numa situação dessa eu nunca poderia abrir

minha boca para falar que fui abusado e ainda tinha que lidar com o fato do segredo, por isso que eu acho que isso pesa, se eu me sentisse acolhido.. né... (...) Quando eu penso no passado eu não lembro de momentos felizes né... eu só lembro mais de agouro né, só tem coisas ruins...”
(Bernardo)

Em parte, Bernardo tentou, ao longo do seu discurso, justificar ou explicar o “clima” familiar enquanto algo que os pais não faziam intencionalmente. Assim, ao dizer que o pai era imaturo, que a mãe era muito ligada ao pai e não conseguia se separar dele, e que tudo o que acontecia de ruim entre os pais sobrecarregava os filhos, ele parece construir uma narrativa que inclui a ruptura do cânone de como pais devem criar seus filhos, apaziguando a angústia sentida pela criação recebida.

Porém, a ambivalência dos afetos sentidos por Bernardo está novamente presente aqui, na medida em que, por um lado, ele justifica e explica o comportamento dos pais e, por outro, expressa os sentimentos de raiva e ódio que sentia pelos mesmos nunca terem descoberto que ele sofria violência sexual e por não tê-lo protegido.

“... eu criei tanta raiva dos meus pais por nunca ter descoberto, por nunca ter me protegido que então, era era era mescla de ódio e eu tinha que conseguir sair daquele lugar, eu tinha que conseguir sair daquele meio, eu tinha que conseguir sair daquela lama...” (Bernardo)

Nesse sentido, sem nomear os feitos dos pais de violência, Bernardo construiu hipóteses de como seria sua vida se sua família fosse diferente.

“... talvez se a base familiar da minha família fosse diferente, se minha família fosse centrada e eu não tivesse aqueles outros problemas da infância talvez eu tivesse me aberto mas... aconteceu que nunca abri.” (Bernardo)

Bernardo coloca a violência dos pais como um agravante da ferida aberta pela violência sexual:

“... e eu acho que foi nessa questão desse abuso familiar que pesou porque, talvez a ferida não fosse tão grande se eu tivesse uma família mais... menos, menos, bagunçada.” (Bernardo)

Hipotetiza também que poderia ter sido tudo melhor, que poderia ter solicitado ajuda desde cedo e, então, não teria perdido tantos anos da sua vida sentindo ódio e repulsa por si em decorrência da violência sexual.

“... quem sabe eu não teria falado mais cedo e teria tratado isso mais cedo, talvez eu não tivesse perdido tantos anos né...” (Bernardo)

Em síntese, é nesse momento que as duas experiências de violência doméstica intrafamiliar se entrelaçam, uma vez que, para Bernardo, justamente o fato de haver tantos episódios de violência física e psicológica entre os pais e os filhos é que constitui o motivo para os pais não terem conseguido notar que a violência sexual acontecia por tanto tempo e dentro de casa. Além disso, afirma que o clima agressivo em casa também foi responsável por parte da sua dificuldade em contar o que acontecia e solicitar ajuda.

Azevedo e Guerra (1989) apontam como sinônimo da vitimização psicológica o termo “tortura psicológica”, a qual ocorre quando o adulto, com grande frequência, deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, faz constantes ameaças de abandono. Essa “tortura” acaba por gerar, na criança, sentimentos crônicos de medo e ansiedade, além de grande sofrimento mental. Diante do explicitado, podemos entender que, em alguns momentos, a relação existente entre Bernardo e os pais era perpassada pela violência psicológica.

Essa ligação, feita por Bernardo, entre o tumultuado relacionamento familiar e a violência sexual perpetrada pelo primo, remete à análise das significações referentes à violência sexual sofrida.

1.2. Violência sexual perpetrada pelo primo

Nesta seção discutiremos as ressignificações da violência sexual sofrida por Bernardo nas diferentes etapas de sua vida. Para tanto, é importante ressaltar dois aspectos. O primeiro diz respeito ao fato de que Bernardo narra sobre sua infância e sua adolescência a partir de agora, quando adulto. Portanto, é claro que o tempo e os acontecimentos ao longo da vida vão modificando suas percepções sobre quem ele era na infância e na adolescência. Não estaremos falando de “Bernardo criança” e de “Bernardo adolescente”, mas sim de “Bernardo adulto” falando sobre acontecimentos de sua vida na infância e na adolescência. A segunda ressalva diz respeito ao uso, em determinados momentos, do termo ressignificação e não o termo significação. A escolha pelo termo ressignificação deve-se ao fato de que, com este nome, gostaríamos de

ênfatizar o caráter de mudança dos significados, valorizando a condição temporal que os significados têm.

De acordo com Bruner (1997), as duas características do “si-mesmo” – reflexividade e capacidade do ser humano de visualizar alternativas – participam ativamente dos processos de ressignificação construídos pelas pessoas. Isto porque, na medida em que o homem é capaz de refletir sobre o seu passado, revisitando-o através do ato de recordar e de buscar suas memórias, ele acaba por modificar seu presente. Para este autor, quando falamos do passado, sempre estamos falando a partir de um ponto de vista atual, que não necessariamente coincidirá com o que, de fato, pensávamos à época em que a situação foi vivida.

Sobre o conceito de violência sexual, Simkin e Klaus (2004) compreendem que a violência sexual na infância acontece quando uma criança (ou qualquer um menor de 18 anos) participa de uma relação com alguém a quem percebe como mais poderoso do que ela própria. Para esses autores, existem diversas formas de manifestação da violência sexual, podendo ser física, psicológica e verbal. O ponto em comum entre todas é o fato de causar excitação no agressor ou em outra pessoa, além de que, muitas vezes, vem acompanhada de promessas de tratamento especial, de amor e cumplicidade. Por fim, esclarecem que a violência sexual pode provocar, nas vítimas, uma confusão nas suas sensações sexuais. Por mais que, em muitos casos, a vítima possa reconhecer que o que está acontecendo é errado, em alguns momentos ela pode também experimentar alguma espécie de prazer sexual.

No que diz respeito à violência sexual perpetrada pelo primo, foi possível extrair três blocos temáticos referentes às significações e ressignificações, construídas de acordo com o tempo passado desde o momento em que se iniciou a violência. Ou seja, existe um bloco temático contendo significações sobre a violência sexual enquanto ela ocorria e um pouco após terminar, dos seis aos dez anos aproximadamente. O segundo bloco temático refere-se às ressignificações iniciadas dois anos após o término da violência sexual, quando Bernardo tinha entre doze e treze anos. E, por fim, o terceiro diz respeito às ressignificações elaboradas oito anos após o fim da violência, a partir dos dezoito anos.

a) A violência sexual significada como relação amorosa (durante e logo após o término)

Quando Bernardo narra suas lembranças sobre essa fase da sua vida, durante o momento em que mantinha relações com o primo, fica implícito, no seu discurso que ele nutria pelo primo fortes sentimentos positivos, como o amor, o afeto e de reciprocidade como, o sentir-se amado e valorizado. Nesta época, ele não significava o ocorrido enquanto violência e hoje, ao narrar sobre o passado, Bernardo considera que havia algum consentimento da parte dele.

“... me atrasou muito, me atrasou porque eu me achava responsável por ter acontecido, era como se eu é... o abuso aconteceu como se eu permitisse, na verdade como se eu facilitei de alguma forma... o abuso não foi violento, foi de forma passiva, consensual, e...” (Bernardo)

É possível supor, a partir da narrativa, que houve um jogo de sedução, tendo em vista que o primo o foi enredando, conquistando sua confiança aos poucos e conduzindo a situação de modo que fosse experienciada por Bernardo como uma relação amorosa, não como uma violência.

“... ele ele ele falava as palavras certas, da forma certa, ele ia me ganhando aos poucos, e isso foi acontecendo e quando acabou, acabou por causa dele, e isso mexeu comigo em boa parte, porque no começo eu não queria.” (Bernardo)

Fica explícito, nessa fala de Bernardo, que quando acabou, assim o foi por conta do primo que parou de seduzi-lo, mas que ele não desejava o fim. Então, aparece na narrativa de Bernardo a lembrança dos sentimentos de dor e tristeza com o fim desta relação.

Outro aspecto interessante, nesta época, é o fato de que o “segredo” sobre a violência era significado, por Bernardo, como algo que ele compartilhava com o primo, como uma prova de lealdade e cumplicidade, algo que unia os dois.

“... eu convivi com esse segredo entre aspas porque era como ele chamava: “de segredo”, durante boa parte da minha vida.” (Bernardo)

Esta significação sobre a violência sexual vai mudando ao longo dos anos, conforme Bernardo vai adquirindo outras compreensões e nutrindo outros sentimentos sobre o ocorrido. O significado atribuído ao “segredo” também vai mudando e essa mudança foi fundamental para o processo de enfrentamento da violência. Passemos agora para o segundo bloco temático de significações sobre a violência sexual intrafamiliar.

b) A violência sexual ressignificada como algo sujo, nojento, câncer, violento e ilícito (aproximadamente dos doze aos vinte e dois anos)

Bernardo experimenta o rompimento da relação como uma ruptura, a qual trouxe angústia e sofrimento para ele. Com mais ou menos dois anos após o término da relação entre ele e o primo é que Bernardo começou a perceber que o que acontecia entre eles não era uma relação amorosa, mas sim uma situação de violência sexual. Foi a partir desse momento que ele começou a sentir nojo de si, asco, a desenvolver pensamentos e comportamentos compulsivos de limpeza e a sentir culpa por achar que permitiu, de alguma forma, que a violência acontecesse.

“... 1, 2 anos depois que acabou eu comecei a sentir nojo, nojo do meu corpo, como se não tivesse banho o suficiente que eu conseguisse me limpar, e eu tentava me limpar e sempre sujava e era um pensamento sempre recorrente, sempre recorrente, principalmente quando eu estava só em casa, ou era de noite e eu estava um pouco só...” (Bernardo)

É nessa fase que Bernardo significa a violência sexual enquanto uma ruptura do canônico. Para Bruner (1997), o canônico é a norma, a regra, o que é socialmente reconhecido e aceito. A ruptura do canônico acontece quando algo fora da norma é vivido. Quando isso acontece, de acordo com o autor, a pessoa que vivenciou esta ruptura precisa construir narrativas que a justifiquem e amenizem a angústia sentida em decorrência desta. No caso de Bernardo, a violência sexual intrafamiliar é socialmente reconhecida como uma ruptura extrema do canônico, por ser uma violência tão grave e cometida por alguém de quem se espera cuidado e proteção.

É também nesse momento que Bernardo desenvolve sua concepção de infância como uma época de não se ter responsabilidade, de viver bem e despreocupado, como uma fase em que o lazer é predominante. Isso é coerente com o cânone de que é na

infância que a criança deve se desenvolver através do lúdico, é a fase da vida em que o brincar é muito valorizado.

“(...) é a época de não ter responsabilidade, é a época que a gente realmente tem, realmente consegue viver mesmo, viver bem, viver despreocupado...” (Bernardo)

Em decorrência da ruptura desse canônico, Bernardo descreve ter gastado muita energia psíquica tentando imaginar como teria sido sua vida se não tivesse sido vítima de violência sexual. Construía muitas hipóteses sobre como seria sua vida se não tivesse passado por esta ruptura. De algum modo, paradoxalmente, ao manter-se pensando por tanto tempo nessa fantasia de não ter sido violentado é que acabou por prolongar por tantos anos a dor da violência.

“Então é, eu não tive esse tipo de coisa, isso me foi tomado né, sempre com a ideia de será que eu seria assim se eu não fosse abusado, será que eu sou assim porque fui abusado, é um tipo de coisa que a gente não consegue saber a resposta, mas ocupa muita energia psíquica da gente, ocupa muito a mente da gente nessas construções...” (Bernardo)

Bernardo fala sobre a percepção que tem da sua infância como uma época horrível, origem de grande parte do seu “bloqueio” referente a relacionamentos. Declara uma sensação predominante de perda, referente à chance de ter uma infância “normal” e, por consequência, uma adultez “normal”.

“E infância também a minha a... horrível porque é... não lembro dela... eu tenho um bloqueio e não consigo lembrar de coisas da minha infância e não sei se isso é motivado ao abuso então a sensação era de perda, de, de perda total é, você perde os melhores momentos...” (Bernardo)

Nesse sentido, ao longo do discurso de Bernardo, é possível observar seus processos de reconstrução de significados sobre a violência sexual intrafamiliar como algo que o prejudicou. Isso porque atribui, à violência sexual, a causa de determinadas características da sua personalidade, consideradas por ele como prejudiciais, a exemplo do isolamento social, o nojo de si e a dificuldade de confiar nas pessoas.

Então, atrelado à ressignificação do relacionamento com o primo como violência sexual, o “segredo” também passa por uma ressignificação: ele deixa de ser a prova de uma lealdade e cumplicidade existentes entre Bernardo e o primo e passa a ser

algo vergonhoso, que evoca sentimentos de nojo, asco e culpa. Emerge aqui outro significado sobre si: “um morto-vivo”. Bernardo era vivo, porém sentia-se morto por dentro, sem vitalidade, sem sentimentos positivos, sem boas lembranças do passado e sem expectativas positivas para o futuro.

“E assim, eu lembro que eu falava muuuitas vezes, eu lembro disso, que era melhor ele ter me matado do que ter me deixado, na verdade era como se eu fosse um morto-vivo, eu era vivo por fora e totalmente morto por dentro.” (Bernardo)

Essa fala guarda uma ambiguidade acerca do sentido de “melhor ter me matado do que ter me deixado”. É cabível questionar se o significado desse “deixado” refere-se a ter deixado Bernardo com esse passado de violência, ou se refere ao término da relação. Bernardo declara que a relação terminou apenas porque o primo rompeu e deixa implícito também o quanto o “término” o fez sofrer. Fica claro, no discurso de Bernardo, que houve um momento inicial, após a interrupção da violência, em que ele se sentiu rejeitado e sentiu a dor do término de uma relação. Podemos considerar que houve uma ruptura neste momento, mais relacionada ao sentimento de abandono do que à violência sexual em si.

Neste segundo momento, Bernardo também traz uma ruptura relacionada à sua forma de ser no mundo, reconhecida, por ele, como consequência da violência sexual intrafamiliar. Relata sentir um “bloqueio”, uma dificuldade de construir e manter relacionamentos, tanto de amizade como conjugal.

“Eu fiquei com bloqueio, dificuldade de ter relacionamento, meu relacionamento sério no máximo foi um mês, e o número de pessoas com quem tive relacionamento dá pra contar de dedo, foram poucas, ahm... isso me acarreta até hoje...” (Bernardo)

Ao falar sobre sua adolescência, foi no início desta, por volta dos 12 anos, que Bernardo ressignificou a relação sexual como uma barreira para a realização dos acontecimentos característicos desta fase. Além disso, descreve esta fase como uma fase carregada de ódio por todo mundo e por si mesmo, sentimentos estes que contribuíram muito para o isolamento social vivido por ele, a baixa auto-estima e as dificuldades nas relações afetivas, sendo estas características consideradas como consequências da violência sexual.

“Teve uma época da adolescência que eu simplesmente tinha ódio de todo mundo, então eu não queria amizade, eu queria um isolamento completo...” (Bernardo)

Bernardo conceitua adolescência como a fase em que a pessoa pode curtir a vida, sair com amigos, ir para festas, beber, fazer coisas que ele considera como um “processo natural”. Esta concepção é coerente com o cânone de que a adolescência é a fase de viver os processos no agora, sem se preocupar muito com responsabilidades, sendo a época de construir amizades e o despertar para as relações amorosas. Sendo assim, para Bernardo, a sua adolescência se resumiu a um período de seis meses, época em que pôde vivenciar isso, um pouco antes de “entrar na vida adulta”.

“E... é... eu não acompanhei, não tive aquela adolescência normal... eu lembro da minha adolescência como se resumiu a um semestre... porque... o que é adolescência? É aquela época que você reúne amigos, vai pra festa, aquelas coisas que fazem parte do processo natural, é, eu nunca tive, nunca sai... é... por seis meses eu tive isso e depois eu entrei pra faculdade, já entrei na vida adulta então, é, realmente eu perdi uma fase, eu não tenho lembranças da minha adolescência... minha adolescência era estudo, era a... nada.” (Bernardo)

Nessa fase, o estudo significava para Bernardo uma estratégia de enfrentamento da violência sexual e das consequências negativas oriundas desta. Desse modo, o seu “si-mesmo” era identificado como bom aluno, sendo esta esfera acadêmica a única esfera de sua vida, ao longo dos anos, na qual se manteve com alta auto-estima.

“(...) eu não tinha auto-estima nenhuma, não tinha, nenhuma nenhuma nenhuma, não tinha nenhuma questão de amor próprio, meu único brilhaquinho que ninguém podia tirar de mim era minha intelectualidade, era que eu era bom no colégio, então era a única coisa que eu me baseava, mas no resto eu me sentia o pior em tudo, entendeu?” (Bernardo)

Um desdobramento da violência sexual descrito por Bernardo é o embotamento afetivo. Afirma que sentia dificuldade de ser solidário com os outros, de sentir empatia e de construir vínculos. Além disso, superdimensionava seu problema quando comparado aos problemas dos outros, o que o distanciava emocionalmente e o isolava das pessoas à sua volta.

“... tinha um embotamento psicológico enorme, afetivo, embotamento afetivo, eu não me relacionava com as pessoas, não me abria, eu era realmente uma muralha, não chorava, não era

solidário com os outros, achava que os problemas de todas as pessoas eram inferiores aos meus, eu sabia meu problema ninguém sabia, só eu tinha que lidar com isso, então quando alguém tinha problema porque o namorado deixou, ou porque... eu achava a coisa mais ridícula do mundo, eu pensava que não sabe de nada e tá aí reclamando, não sabe...” (Bernardo)

No momento em que Bernardo ressignifica a relação com o primo como uma violência, emerge a significação da violência sexual como um câncer, por causar sentimentos que metaforicamente “corroíam” ele por dentro, como a culpa, o asco e ódio e a si próprio.

“... eu achava realmente que era pior coisa e... e eu acho de fato uma das piores coisas e tantos anos que esse abuso foi me consumindo... muito tempo muito tempo, mais que uma doença, mais que um câncer porque foi minha infância e adolescência todinha porque eu me odiando...” (Bernardo)

Então, ele enfatiza o impacto, em sua vida, do sentimento de ódio de si todos os dias, durante tantos anos, evidenciando um cotidiano de sofrimento, em que o ódio de si e o sentir-se “podre” renovavam-se a cada dia.

“Isso realmente é um crime, um absurdo, destrói mesmo uma pessoa... não tenho palavras, é difícil descrever, não tem coisa pior no mundo do que você se odiar todos os santos dias, durante anos e anos você se odiando... se achando a coisa mais podre do universo e... (...) não foi fácil...” (Bernardo)

Portanto, pode-se supor, a partir da narrativa de Bernardo, que o “segredo” atuava como uma importante barreira para a superação desses sentimentos negativos, atrelados à “permissão” para que a violência sexual acontecesse. A revisão destes significados foi de suma importância para a superação da violência sexual e isso só começou a acontecer na adultez, aproximadamente aos vinte e três anos.

c) A violência sexual ressignificada como experiência passível de superação

Antes de Bernardo iniciar ressignificações mais significativas a respeito da violência sexual e dos seus desdobramentos, houve uma fase na qual aconteceram algumas mudanças na vida de Bernardo, mudanças estas que, posteriormente,

favoreceram as ressignificações. Esta fase durou dos dezoito anos até aproximadamente vinte e três anos, quando data seu início no processo terapêutico.

c.1) Ressignificações da violência sexual na adultez e de alguns dos seus desdobramentos (até a procura por terapia)

Quando Bernardo tinha dezoito anos, ele se mudou de cidade para prestar vestibular e passou a morar sozinho. A saída da casa dos pais fez com que ele deixasse de se ocupar com os desentendimentos que aconteciam em casa, entre ele, os pais e os irmãos, porém reacendeu questões antigas a respeito da violência sexual que, embora não superadas, foram amenizadas com o passar do tempo. Nos primeiros anos após o término da relação, Bernardo sofria muito em função da violência sexual, mas não conseguia empreender movimentos efetivos em busca de minimizar seu sofrimento. Nesta fase, que ele denomina de início da adultez, iniciam-se algumas mudanças.

“(...) porque eu fui fazer faculdade porque lá eu estava longe dos problemas familiares aí eu me afastei dos problemas familiares e aí que ficou muito claro os problemas do abuso e isso, os pensamentos recorrentes que já tinha diminuído voltaram (...)” (Bernardo)

Algumas significações anteriores ainda são mantidas, a exemplo do “bom aluno”, reforçada pelo sucesso no vestibular e durante a Universidade. Porém, nessa fase, o estudar era vivido com muito peso, como uma esfera da vida em que ele não poderia falhar. Foi nesse contexto que o comer compulsivo e o ganho de peso apareceram.

“É... engordei bastante, descontava na comida, ahm, cheguei a pesar 130 quilos e hoje eu to pesando 70, é... porque eu vim fazer faculdade porque lá eu estava longe dos problemas familiares aí eu me afastei dos problemas familiares e aí que ficou muito claro os problemas do abuso e isso, os pensamentos recorrentes que já tinha diminuído voltaram, então durante a minha faculdade eu entrei nela com 68 quilos e eu ia sair dela com 130 quilos (...) e hoje eu peso 70, mas acho que boa parte era da ansiedade, com certeza era da ansiedade, porque na minha família ninguém é acima do peso, ninguém tem tendência a engordar; eu não era gordo antes, eu entrei na faculdade com 19 anos então foi uma coisa bem pontual, assim, e não era só o sobrepeso, se fosse só isso...” (Bernardo)

Além do comer compulsivo, toda a carga emocional decorrente das lembranças repetitivas da violência foi se transformando no que Bernardo chama de “depressão”. Não fica claro, no discurso, se este diagnóstico foi estabelecido por um médico psiquiatra ou se é apenas o significado atribuído por ele para conseguir expressar o tamanho da sua tristeza. Além da depressão, aparecem, nesta fase da vida, as dores crônicas em várias regiões do corpo.

“Lembro que no passado eu tomei remédio pra depressão, a melhora era bem durante os efeitos da droga depois... só tapava o buraco... a mesma coisa quando eu fazia fisioterapia para cuidar da coluna e a melhora também era só analgésico ali e depois voltava e então, realmente, eu tinha que eu tinha que mudar a forma que eu penso... é... nunca eu fui de ter pensamento suicida não, mas eu tinha uma tristeza crônica.” (Bernardo)

Bernardo também mantém o isolamento social, a dificuldade nas relações afetivas e a baixa auto-estima, todas ressignificadas como decorrentes da violência sexual.

Embora sejam apontados por Bernardo aspectos que ainda não mudaram, alguns destes Bernardo acredita que estão “em processo de mudança”, a exemplo da dificuldade com relacionamentos amorosos e da existência de certo isolamento social, ainda que não como antes.

“... na verdade superei muito o contato porque hoje eu tenho uma possível abertura social maior, eu ainda tenho dificuldade de relacionamento, não consigo me relacionar ainda, mas tô tentando trabalhar nisso...” (Bernardo)

Entretanto, outros significados passaram por modificações importantes; o peso excessivo, as dores no corpo e outras doenças que Bernardo tinha foram ressignificadas como relacionadas à violência sexual, sendo estes problemas atualmente considerados resolvidos.

“Eu lembro que era tanto estresse que eu tinha somatização, eu tinha dores mesmo, alopecia, meu cabelo despencava é... dor de coluna, lombalgia, cervicalgia, doía tudo, o corpo todo é... e hoje não tenho mais esse tipo de coisa, hoje não sinto mais isso... é... engordei bastante, descontava na comida, ahm, cheguei a pesar 130 quilos e hoje eu tô pesando 70, é... (...) só o fato de eu não perder mais uma noite de sono, de não me odiar mais, isso já é um Titanic que tirou das costas...” (Bernardo)

Portanto, diante de algumas tentativas medicamentosas, justificadas por diagnósticos, que não davam conta de sanar a sua dor, Bernardo enfim se convence de que a solução estava na mudança sobre a sua forma de pensar. Seria pela via da reconstrução de antigos significados que Bernardo alcançaria a melhora para seus problemas. A partir disto, Bernardo encorajou-se para procurar a terapia.

c.2) Ressignificação da violência sexual na adultez e de alguns dos seus desdobramentos (a partir do início da terapia)

Vitiello, já em 1989, afirmava que a violência sexual é difícil de ser notificada, visto que as vítimas a vivenciam sob uma “verdadeira conspiração do silêncio” (p. 126). Bernardo desfaz as amarras do “segredo” a partir do início da terapia. É nessa fase que as ressignificações vão tendendo para sentidos de superação.

“Aí que eu procurei a terapia porque eu tinha que falar, eu já tava um cofre, eu já tava um elefante nas minhas costas, aí que foi o começo da melhora, mas até lá foi difícil lidar sozinho, na verdade foi impossível lidar sozinho, eu não conseguia desfazer as amarras mentais que a gente mesmo colocava ... é... é...” (Bernardo)

Bernardo experimenta uma ambivalência na sua adultez, dado que se sente adulto por um lado, por ter uma vida financeira e profissional estabelecida, mas, por outro lado, se sente uma criança, por ainda ter dificuldades na esfera dos relacionamentos.

“Eu ainda tenho dificuldade de lidar com meu eu adulto, porque eu ainda acho que eu sou uma criança, eu me acho criança e acho que as pessoas me veem como menino ainda, eu não sei explicar... é... é curioso ainda em relação a isso...” (Bernardo)

Quando Bernardo fala do seu momento atual, ele o descreve mais como uma fase boa, com mudanças significativas para melhor, e não com o pesar com que descrevia as fases anteriores. Reconhece mudanças no comportamento dos pais e dele, bem como na relação entre os três, valoriza a sua independência financeira como uma conquista pessoal e hoje se considera uma pessoa mais madura. Todos esses

reconhecimentos são muito importantes para Bernardo porque eles indicam ressignificações mais positivas de Bernardo sobre ele próprio.

“Mas graças a Deus mudou muito né... hoje eu tenho minha independência financeira, hoje meus pensamentos estão mais organizados, melhorou bastante o meu relacionamento com meus pais, eles amadureceram, eu amadureci, então hoje está muito mais simples pra eu lidar com tudo isso, eu consigo pensar com mais clareza, organizar os pontos, é... Os fatos né, eu fui abusado, não foi minha culpa (...) enfim, então eu tento não trabalhar na questão da culpa e como isso só, eu só só podia me afastando que foi quando eu comecei a me organizar mais nos meus pensamentos, mas até então eu acho que era falta de maturidade mesmo né, maturidade só vem com o tempo, mente de adulto é diferente de mente de adolescente, adolescente é muito sentimental, muito motivado pelas coisas então, se meu pensamento era de auto-penitência, que eu era horrível e o pior das coisas, era o que reinava, como que eu iria pensar diferente? Como que eu iria organizar as coisas diferentes?” (Bernardo)

Então, nesse processo de ressignificação, Bernardo revê seu significado de culpa, de se considerar culpado por achar que permitiu, de alguma forma, que a violência acontecesse, bem como a culpabilização da mãe, por achar que ela não o protegeu quando necessitou. Nesse momento, ele aceita a permissão da violência sexual ressignificada não mais como culpa, mas como decorrente da incapacidade de discernimento entre certo e errado. Portanto, ele passa a ressignificar a si como “vítima” e ao primo como “agressor”. Essa mudança de papéis entre ele e o primo parece ter sido responsável por trazer mais leveza para Bernardo na forma de ver a sua vida e as suas relações.

“Essa construção (a culpa) só foi mudar mesmo quando eu me tornei adulto porque adulto, não sei, hoje eu consigo ter reflexão né, hoje eu consigo entender que eu não sou sujo, se é para considerar sujeira, o doente é ele...” (Bernardo)

Além de ressignificar o seu sentimento de culpa, também o faz com relação à mãe.

“Ela ficou se culpando e... durante muito tempo eu também culpo ela, culpei ela... na verdade eu também culpo um pouco... mas hoje eu não culpo, eu realmente não culpo e entendo que a culpa é do agressor, mas entender isso – uma coisa que parece óbvia, é difícil... porque o sentimento não é esse... o sentimento é que o universo tá culpado, menos o miserável né...” (Bernardo)

Quando Bernardo revê seu sentimento de culpa, ele acaba por considerar que o primo era o “errado” da história e ele era a “vítima”. Essa mudança de perspectiva foi muito importante para Bernardo no seu processo de tentar se abrir para o convívio social e construir relacionamentos. A partir de então, começa a significar seus relacionamentos como estando em processo de mudança para melhor e passa a enxergar sua vida como sendo feliz. Portanto, as ressignificações tomam um rumo mais definido de superação, envolvendo tais mudanças importantes.

“Posso dizer até que sou uma pessoa feliz no momento, é... É, mas a palavra felicidade me soa irônica porque eu nunca pensei que ia conseguir falar feliz e eu na mesma frase, era como se fosse uma coisa bem afastada (...) é... eu era e acordava assim sempre me motivava no piloto automático então, nada que me dessem, nada que acontecesse na minha vida me deixava feliz. (...) Hoje em dia eu penso assim pô, era frustrante pros meus pais, eles tentavam em animar mas era impossível me animar, deixar de ser ranzinza e graças a Deus hoje não é impossível, era só no meu pensamento.” (Bernardo)

Alexander (2012), embora reconheça que a experiência de violência sexual intrafamiliar pode gerar consequências devastadoras e comprometer diversas áreas do desenvolvimento, também afirma que, a depender das experiências daquele que foi vítima, ao longo da vida, é possível também superar os efeitos negativos da violência sexual.

Para esta autora, os efeitos negativos da violência sexual parecem ser determinados mais pela natureza do relacionamento parental inicial, do que pela violência sexual em si, uma vez que a forma como as pessoas vítimas aprenderam a se relacionar vão além da história da violência sexual e perpassam também a vivência da relação com as figuras parentais.

Portanto, vivenciar enquanto adultos relacionamentos de alta qualidade, pode favorecer a ressignificação das tendências à depressão e ao isolamento social, características que são muito comuns nas vítimas de violência sexual (Alexander, 2012).

Assim, pensando no processo de ressignificação narrado por Bernardo e no significado construído de “ser feliz”, é possível refletir a que se refere este conceito de felicidade e como isto está entrelaçado com sua concepção do seu si-mesmo.

2) A narrativa que constrói o si-mesmo de Bernardo

O “si-mesmo” possui, de acordo com Bruner (1997), desejos e crenças que se referem ao passado, presente e futuro. Tais desejos e crenças participam da definição da personalidade e dos estilos de vida de cada um, sendo vivenciados tanto dentro da subjetividade, quanto no mundo real, inseridos neste último por via dos relatos. São essas crenças particulares, construídas através da própria narrativa, que explicam, baseiam e justificam comportamentos idiossincráticos.

As duas características do si-mesmo apontadas por Bruner (reflexividade humana e capacidade de visualizar alternativas) são muito importantes nos processos de ressignificação. Isso porque, para alterar antigos significados, a pessoa precisa refletir criticamente sobre seu passado, lançando, para si próprio, questionamentos que ampliem a percepção sobre este. É neste momento que a característica da reflexividade entra em ação: é principalmente através da reflexão que conseguimos alterar nossas percepções e, portanto, nossos significados. E, assim, é por meio da reflexividade que ampliamos nossa visão sobre nossos antigos modos de ser e agir, construindo novos.

Bernardo descreve, ao longo da sua narrativa, vários aspectos do o seu “si-mesmo”, sobre as quais discorreremos a seguir. Um dos primeiros aspectos abordados por Bernardo diz respeito ao o que ele descreve como sendo alguém que vivencia muito as experiências da vida pela via da imaginação. Situações ainda afetivamente carregadas são “resolvidas” e experienciadas através das fantasias, a exemplo da sua dificuldade para estabelecer relacionamentos com as pessoas. Embora Bernardo reconheça uma regressão desta dificuldade ao longo dos anos, ainda nomeia isto como sendo um grande problema seu.

“Eu fabulo muito, hoje ainda eu fabulo muito, sempre fabulo como seria se eu fosse diferente...”.
(Bernardo)

Além disso, outro aspecto levantado por Bernardo é referente à aproximação do outro, tanto física quanto emocional. É difícil, para Bernardo, permitir o “toque”, permitir que alguém fique tão perto dele física e emocionalmente. Relata que quando isso começava a acontecer, ele “cortava” a relação.

“Eu tenho um problema, um toque, eu tenho um problema que as pessoas peguem em mim, eu tenho um problema que é... é, de aproximação, de contato mesmo, antigamente era pior,

antigamente qualquer contato afetivo, se as pessoas fossem ficando mais próximas eu tratava de passar a tesoura e cortar relacionamento... eu nunca deixava que as pessoas ficassem muito próximas, eu tinha medo de que se as pessoas ficassem próximas iam acabar descobrindo que eu fui abusado, que eu ia dar algum indicio disso, e então eu tinha uma paranoia em termos desse pensamento né, um medo dos outros, uma paranoia, o medo de uma vergonha em público.”
(Bernardo)

A partir desses relatos é possível compreender que Bernardo tinha medo de ter relacionamentos, seja relacionamentos de amizade, ou de relacionamentos com pessoas com quem pudesse estabelecer um relacionamento conjugal. Bernardo deixa claro que esse medo estava relacionado a outro medo mais antigo: o de ser descoberto como vítima de violência sexual. Mas, podemos supor que esse medo também estava relacionado ao medo de confiar e ser traído novamente, como o foi pelo primo.

Forero, Reves, Diaz e Rueda (2010), ao falarem das consequências da violência doméstica intrafamiliar em longo prazo, salientam como as mais comuns: o desenvolvimento de distúrbios psiquiátricos, baixa auto-estima, déficits cognitivos, problemas de aprendizagem, condutas agressivas e relacionamentos interpessoais empobrecidos. No caso de Bernardo, das consequências apontadas acima, ele apresenta as condutas agressivas e os relacionamentos interpessoais empobrecidos, identificando estes dois pontos como características do seu si-mesmo.

Além disso, em alguma medida, podemos compreender também a experiência de relacionamentos ambivalentes e dos vínculos conflituosos em casa como uma influência para o surgimento e a manutenção desse medo dos relacionamentos, dado que Bernardo não vivenciou, com seus pais, formas de discordar de modo respeitoso, conversar sobre conflitos, negociar regras e costumes, elementos fundamentais para que a relação seja saudável. Boa parte da experiência de Bernardo sobre discordâncias, brigas e regras foi vivenciada no seio familiar através da violência física e psicológica.

Portanto, além de ter uma sensação de desconforto com a aproximação de pessoas em geral, relata também o sentir com o pai, o tio e com figuras masculinas em geral. Podemos indagar, a partir disso, se essa repulsa por figuras masculinas não contribuía para a ocorrência da violência física e psicológica por parte dos pais, mais especificamente do pai. Isso porque, de certo modo, Bernardo impedia as aproximações físicas do pai, restringindo as possibilidades de demonstração de carinho e gestos de reparação por parte deste.

“... hum... é pior com o sexo masculino, eu não suporto que meu pai, por exemplo, me abrace, mas não é só meu pai é porque meu pai é uma figura masculina mas na verdade que qualquer homem me abrace, tio, ou qualquer homem... é... é uma sensação totalmente desprazerosa.”
(Bernardo)

Então, ainda discorrendo sobre aspectos do “si-mesmo” de Bernardo, extraídos a partir do seu discurso, podemos perceber a presença constante de ambivalência. Ao mesmo tempo em que relata reconhecer como problema a sua dificuldade de estabelecer relacionamentos e até mesmo declarar abertamente o desejo que tem de tê-los, Bernardo afasta conscientemente as pessoas que se aproximam dele. Foi possível então perceber, a partir do discurso de Bernardo, um “si-mesmo” ambivalente entre desejo e repulsa pelas pessoas.

Durante suas tentativas de aproximação das pessoas, experimentava o desejo de construir uma relação com elas, mas também a repulsa a respeito da possibilidade de contato físico. E, durante sua narrativa, foi possível perceber que a presentificação do passado de violência era um fator que acentuava, em Bernardo, essa reação física. Ou seja, ao tornar presente, de forma involuntária, as lembranças da violência sexual que ocorreu no passado, Bernardo acabava por generalizar as sensações corporais, a desconfiança e o nojo para suas outras relações. Era como se, a cada aproximação de uma nova pessoa, isso automaticamente o remetesse ao passado da violência sexual. Por outro lado, permanecia tentando construir relações, motivado pelo seu próprio desejo e por uma cobrança social. Isso, de algum modo, acabava sendo uma forma de revitimização.

“O fato de eu nunca ter namoradas, isso o pessoal começava a falar então eu tinha que ter namoradas, eu tinha que passar pras pessoas que eu conseguia que é... é... isso era ruim pra mim, então... sair pra pegar uma menina na balada tinha uma dupla carga entendeu? Já é difícil sair, pra mim era um pesadelo, eu preferia apanhar do que estar naquela situação, entendeu, como é que beija uma pessoa se nem se consegue tocar uma pessoa sem sentir nojo? E eu tinha que fazer isso, então eu tinha que beijar, então cargas e cargas de de, eu ficava tenso a todo momento, meu trapézio ficava rígido, chegava a enrijecer de tanta tensão que era, era um pesadelo e cada beijo de um minuto durava na minha mente eram cento e trinta segundos.”
(Bernardo)

Em decorrência desta dificuldade, Bernardo sofria muita pressão social para ter relacionamentos com mulheres, de modo que isso gerava ainda mais ansiedade que, por

sua vez, aumentava a sua dificuldade. Diante disso, Bernardo fazia uma clara distinção entre sua auto-estima a respeito das relações interpessoais e a sua auto-estima a respeito da sua intelectualidade. Ou seja, Bernardo tinha um histórico de sucessos nas suas investidas intelectuais: ele era bom aluno no colégio, foi aprovado em um vestibular concorrido e era bom aluno durante a faculdade; então, nessa esfera, Bernardo avaliava o seu “si-mesmo” de forma positiva. Quando o quesito era relacionamentos, Bernardo experimentava muitas dificuldades, sentia-se tenso e incapaz; assim, nesta segunda esfera, Bernardo avaliava o seu “si-mesmo” de forma negativa.

Porém, Bernardo tinha uma característica que era muito importante e o motivava bastante: o desejo de mudar e a crença de que esta mudança aconteceria. Quando Bernardo relatava sobre este desejo, ele parecia transitar entre as lembranças do passado e os acontecimentos da vida adulta que foram úteis para que começasse a se questionar sobre a experiência vivida e a modificar seus significados a respeito desta. Por um lado, Bernardo reconhecia que fora uma época realmente muito difícil, mas, por outro, pensava que prolongava o sofrimento ao manter a história da violência sexual vívida através da manutenção do segredo.

“Sempre essas coisas foram difíceis, então é essas coisas que eu falo, que os problemas, pelo fato de ter esses problemas que eu achava tudo maior, eu potencializava tudo e na verdade era, era difícil, não era só potencialização, era mais difícil mesmo, era outras coisas é... E o fato do segredo, esse negócio de manter segredo o tempo todo isso vai pesando, esse segredo vai ficando pesado, vai ficando pesado, pesado, pesado, pesado e quando eu eu eu tava no meados da faculdade eu já tava pra explodir, e já tava com tanta dor no corpo, já tava com tudo isso, aí que eu procurei a terapia porque eu tinha que falar, eu já tava um cofre, eu já tinha um elefante nas minhas costas, aí que foi o começo da melhora, mas até lá foi difícil lidar sozinho, na verdade foi impossível lidar sozinho, eu não conseguia desfazer as amarras mentais que a gente mesmo colocava ... é... é...” (Bernardo)

Bernardo manteve o segredo solicitado pelo primo até a idade adulta e, podemos inferir que, em parte, por lealdade ao primo, em parte, por vergonha de si. Nesse ponto da vida dele estão entrelaçados todos os aspectos abordados na pesquisa: a vivência da ruptura, a construção de características do si-mesmo e seu processo de ressignificação sobre tudo isso. Escolher iniciar um processo terapêutico foi uma experiência de ruptura também, na medida em que o mesmo rompeu com o silêncio vivenciado na violência sexual. Além disso, possibilitou-lhe visitar outras histórias e conhecer outras

características a respeito de si, contribuindo para mudanças no seu conceito de si-mesmo, além de favorecer processos de ressignificação a respeito da violência sexual e tudo que a ela está atrelado.

As implicações negativas de manutenção do segredo por Bernardo também foram verificadas por: Habigzang, Dala Corte, Hatzenberger, Stroehrer e Koller (2008), em uma pesquisa com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. As autoras concluíram que a maioria das vítimas submetidas a esta modalidade de violência mantinha-se em silêncio por um período médio de um ano. Como consequências da violência, e do silêncio prolongado desta, aparecerem os sintomas de transtorno de estresse pós-traumático, depressão e ansiedade.

Por fim, após falar sobre a procura por terapia, as suas tentativas de melhora e de ressignificação da violência doméstica intrafamiliar, Bernardo faz um longo silêncio ao finalizar sua fala e olha, pensativo. Então, explica o seu conceito de felicidade e como hoje se vê:

“Olha, conceito de felicidade é uma coisa muito difícil, mas eu acho que assim só de eu não me odiar e nem odiar todo mundo ao meu redor, eu me sinto feliz, só eu conseguir dormir uma noite de sono boa e acordar bem eu me sinto feliz entendeu, só o fato de minha costa não doer mais e eu não ter mais nenhum tipo de dor, eu me sinto feliz... então felicidade foram as conquistas que eu consegui em ter me livrado desse carma que é... que que que foi o abuso, dessa marca, o fato de eu conseguir falar com você com naturalidade, isso me deixa feliz, então felicidade não é uma coisa, é um conjunto de ações que se ela for na grande maioria, maior do que as tristezas, eu posso então me considerar feliz... então hoje eu acho que como eu tenho mais momentos felizes do que tristes, eu me enquadro na pessoa feliz e de fato assim é ...” (Bernardo)

Caso 2 – Isabela

O segundo caso é de uma mulher, nome fictício Isabela, 25 anos, filha única do primeiro relacionamento dos pais. Isabela relata, na sua narrativa, que a violência reconhecida por ela é o abandono emocional cometido pelo seu pai. Descreve que, após a separação dos pais, o pai foi aos poucos se afastando dela. Quando tinha oito anos, depois de o pai se casar com a atual esposa, ele distanciou-se, até chegar a situações nomeadas por ela como extremas. De acordo com Isabela, logo após a separação, o pai ainda mantinha alguma aproximação física e emocional. Mas, com o passar dos anos, a presença dele foi se tornando cada vez mais rara, culminando com o fato de Isabela, aos

oito anos, ter contado, no colégio, que seu pai não aparecia porque ele havia falecido de AIDS.

Os pais de Isabela se separaram quando ela tinha mais ou menos dois anos. Ela permaneceu morando com a mãe até os dezoito anos, quando saiu de casa para cursar faculdade em outra cidade. A mãe nunca recasou, já o pai recasou e teve mais dois filhos com a atual esposa.

Ao longo da narrativa da participante é possível perceber a existência de episódios de abandono emocional e de violência psicológica. A violência psicológica, segundo o Ministério da Saúde (2001), é todo tipo de ação que vise causar dano à autoestima, à identidade e ao desenvolvimento da pessoa. Para Azevedo e Guerra (1989), a violência psicológica é marcada pelo esforço constante do adulto em depreciar a criança, em bloquear sua auto-aceitação, causando grande sofrimento psíquico.

Saffioti (1989) distingue o abandono material do emocional. Para a autora, o primeiro é causado pela privação de cuidados e de nutrição, mais comum nas classes menos favorecidas. Já o abandono emocional seria caracterizado pelo distanciamento emocional dos pais para com seus filhos.

Apesar de a violência psicológica e o abandono emocional possuírem conceitos diferentes, sua ocorrência não está dissociada. Ao contrário, a incidência de uma implica na existência da outra. Pode-se supor, então, que a divisão conceitual se torna meramente didática. No caso de Isabela, ao descrever o abandono emocional ao longo da sua narrativa, acaba por denunciar também o acontecimento da violência psicológica.

1. Significações e ressignificações da violência e dos seus desdobramentos ao longo da vida

Nesta seção abordaremos as significações e ressignificações da violência psicológica e do abandono emocional sofridos por Isabela ao longo da vida. Importante ressaltar o quão complicado é abordar cada tipo de violência separadamente, já que a ocorrência da violência psicológica e do abandono emocional, na maioria das vezes, e no caso de Isabela, acontece concomitantemente, sendo uma a retroalimentação da outra.

Deve-se deixar claro que o tipo de abandono ocorrido aqui é o abandono emocional, já que financeiramente o pai de Isabela não deixava de prover suas

necessidades. Para Saffioti (1989), o abandono emocional se caracteriza pela falta de suporte emocional. Azevedo e Guerra (1989) nomeiam esta situação de violência psicológica ou “tortura psicológica”, a qual ocorre quando o adulto constantemente deprecia a criança, ameaça abandoná-la, bloqueia seus esforços para a auto-aceitação. Esse tipo de comportamento provindo dos pais gera na criança intensa ansiedade e medo, além de profundo sofrimento psicológico.

Isabela acreditava que um dos motivos principais para o abandono emocional perpetrado pelo pai durante a infância era devido à dificuldade dele de lidar com a ex-esposa após a separação. Quem pediu a separação foi a mãe e, de acordo com Isabela, o pai sofreu tanto que teve dificuldades de exercer a paternidade, depois que a conjugalidade não existia mais.

“Então meus pais se separaram eu tinha um ano e alguma coisa – eu não me recordo – e é... após a separação eu acho que meu pai não soube separar muito bem que ele se separou de minha mãe e não se separou de mim.” (Isabela)

Isabela também significava o abandono como consequência da indisponibilidade do pai de cuidar dela. Descreve que, quando estava na casa do pai, quem era responsável por cuidar dela era a avó paterna, bem como quem decidia sobre as regras colocadas para Isabela (exemplo: horário de comer, de estudar, de brincar, entre outros) era a mãe.

“Mas assim a minha sensação com meu pai sempre foi de abandono porque assim mesmo quando eu passava fim de semana com ele, na verdade eu estava sob a guarda dele mas quem cuidava de mim era minha avó. Ele ficava próximo mas não era quem quem cuidava de mim, sempre foi terceirizado. Então assim quando eu tava com minha mãe o cuidado era da minha mãe, 100% das decisões eram de minha mãe, ele nunca se envolveu em nada, absolutamente nada da minha vida.” (Isabela)

Quando Isabela começou a perceber a indisponibilidade do pai para cuidar dela, passou a significar que o motivo disto era devido ao pai não sentir amor por ela. A partir de então, toda falta do pai era compreendida como falta de amor.

“(...) Porque assim, Jesus Cristo foi um grande homem porque ele era filho de Deus e ele teve um pai que era um padrasto e, na verdade, e que amou ele e eu não conseguia entender porque o

meu pai que era o meu pai de sangue que eu fui a primeira filha e ele queria uma filha, porque ele não conseguia dar amor pra mim? (chora muito)” (Isabela)

Durante muitos anos, Isabela se perguntava o que tinha feito para que o pai a tratasse assim, e essa pergunta sempre lhe trazia forte sentimento de culpa. Desse modo, a relação com o pai parecia ser o seu problema central durante sua infância. Quando, na adultez, ao perceber que esta experiência com o pai tinha causado desdobramentos em várias esferas de sua vida, Isabela inicia, então, a elaboração de ressignificações acerca das violências experienciadas na infância e na adolescência.

Isabela significou essas violências como causa do seu isolamento social e familiar. Pode-se inferir que, por ter perdido a confiança na relação com o pai, Isabela generalizou a consigna “não devo confiar” para outras pessoas que se aproximassem dela e com quem pudesse estabelecer uma relação de afeto.

“Eu acho que acabou influenciando muito porque eu, hoje eu tenho amigos, eu saio e tudo, mas na minha infância eu não tive isso. Eu não confiava em ninguém, até muito pouco tempo eu não conseguia confiar nas pessoas que eu considerava amigos meus, mas na minha infância eu não confiava em ninguém. ” (Isabela)

A infância foi marcada pelos desdobramentos dos significados sobre a violência sofrida, tais como: baixa auto-estima, isolamento social, sentimento de ser rejeitada, não ser amada e si-mesmo identificado com os estudos. Durante a adolescência, Isabela mantém a maioria dos significados da relação com o pai e sobre seu si-mesmo. Mantém o significado de que “não merece ser amada”, porém começa a questionar a eficácia do pai no exercício do cuidado parental. Esses dois significados coexistiram ao longo dos anos (da adolescência até a idade adulta) e geraram, em Isabela, muita ambivalência de sentimentos. Ao mesmo tempo em que, nessa fase, ela já conseguia relativizar o significado “eu não mereço ser amada” para “meu pai não sabe amar”, ela ainda sentia culpa por “não ter conseguido conquistar o amor do pai”.

Durante a adolescência, Isabela mantém o seu si-mesmo identificado como boa aluna, e continua usando esta identificação como estratégia de enfrentamento para sua baixa auto-estima. Foi também nessa época que Isabela estendeu a raiva que sentia do pai para a família paterna inteira. Antes, devido à ausência do pai, Isabela não conseguia conviver com os outros membros da família paterna, mas de alguma forma isso ainda não a magoava, pois, toda mágoa estava centralizada no pai. Na adolescência, começou

a sentir ressentimento da família paterna por esta também não dedicar a ela a atenção que pensava que uma família deveria dar e, então, polariza as famílias paterna e materna, nomeando a família paterna de “inferno” e a materna de “céu”.

Isabela manteve, durante a adolescência, a dificuldade de confiar nas pessoas e, em decorrência disto, ela começou a desenvolver a reação de “autosuficiência”. Por ser tão difícil confiar nos outros, pedir ajuda e afeto, aceitar e doar carinho, Isabela evita, cada vez mais, construir relações mais próximas com as pessoas. Sobre isso, Isabela afirma:

“(...) eu não queria ter nenhum tipo de relação com ninguém, eu evitava mesmo, eu cortava.”
(Isabela)

Fica, portanto, claro o esforço dela em manter as pessoas à distância e de não estabelecer com estas uma relação de suporte e confiança. Quando completou 15 anos, a mãe colocou em sua primeira terapia e, a partir daí ela começou a reduzir o isolamento social e a aumentar sua capacidade de confiar nas pessoas.

“É... depois que eu comecei a terapia com meus 15 anos, a primeira vez que eu fiz, foi que eu comecei a estabelecer uma relação com pessoas. Mas antes disso não, era só meu círculo familiar materno, que eram pessoas que eu podia confiar. Paterno, ninguém.” (Isabela)

Assim, a primeira ressignificação mais expressiva das violências sofridas ocorreu na esfera dos relacionamentos, mais ou menos aos 15 anos e após a primeira terapia, quando, intencionalmente, começa a se aproximar das pessoas, ainda que reconhecendo sua dificuldade de confiar.

Na adultez, alguns significados de Isabela sobre sua história, sobre relações de confiança e sobre algumas relações com membros da família paterna foram modificados, antes do início da terapia. Foi na adultez que começou a separar as atitudes do pai das atitudes da família paterna, reestabelecendo proximidade com alguns membros da família. Assim, houve a ressignificação da relação com a família paterna, culminando na reaproximação com esta, porém permanece o mesmo significado da relação com o pai enquanto superficial.

“Ai depois que eu já adulta, já com meus 18 anos, que começou a se estabelecer uma relação e que hoje existe uma relação de família, tanto com materna quando paterna, mas a minha relação com meu pai enquanto pai não existe. É muito superficial a relação.” (Isabela)

Ainda antes da terapia, manteve a estratégia de enfrentamento pela via acadêmica, mas agora passa para a vida profissional. Já graduada, Isabela passa a investir muito na esfera profissional da vida como “válvula de escape”.

“Eu tenho domínio é na minha área profissional, então eu acho que meio que eu abdiquei da minha área emocional pela minha área profissional porque você acaba que bota os problemas debaixo do tapete. Tá, que você tem que varrer tudo pra fora uma hora, pra poder limpar realmente o que tem que ser limpo, mas era minha saída, foi minha saída: investir no profissional. Mesmo a parte de estudo eu considero como a parte profissional. É... foi, Eu fiz isso, foi a minha válvula de escape.” (Isabela)

Outro novo desdobramento das violências sofridas que surgiu na adultez foi o temor de Isabela dos relacionamentos amorosos, dado que ela acreditava não ser capaz de se relacionar com alguém e sentia-se rejeitada pelos homens. É válido ressaltar que, na adolescência, Isabela ainda não associava sua história de vida com relacionamento amoroso, dado seu foco ser todo nos estudos, mas, na vida adulta, começou a pensar na possibilidade de construir uma relação com alguém. Foi quando surgiu o medo de ter um par conjugal e de se repetir o histórico do abandono.

A lembrança do episódio em que disse que o pai tinha morrido e o reconhecimento da esquiva em resolver questões relacionadas ao abandono foram o estopim para sua busca pela segunda terapia. Foi na adultez que ela decidiu não mais “esconder debaixo do tapete” ou “usar o estudo e trabalho como válvula de escape”.

Quando Isabela inicia a segunda terapia, ela relaciona a experiência vivida na relação com o pai como o grande empecilho para conseguir construir uma relação amorosa satisfatória. Durante a terapia, começou a se permitir pensar em construir uma relação e a enfrentar seus medos referentes a isto.

“Agora que eu... é... antes eu nem falava nesse aspecto de relacionamento, tanto que na minha vida eu dizia que eu não ia ter filho e não ia ter nada, eu ia ser só vida profissional... Eu acho que é muito mais difícil, você sendo bom, você se magoar na sua vida profissional, do que na sua vida pessoalmente que invariavelmente envolve seu relacionamento com outra pessoa. E eu

não, claro que as coisas vão mudando, eu começo a enxergar de outros ângulos, é... eu sei que eu não vou escolher um pai – um homem que seja igual ao meu pai, é...” (Isabela)

Isabela relatou que um dos seus maiores medos em ter um relacionamento amoroso era escolher um homem que fizesse o filho dela passar por situação semelhante à que ela passou com o pai. Porém, durante o processo terapêutico, ela começou a acreditar ser capaz de não repetir a sua história.

Após a terapia, Isabela retomou alguma relação com o pai, fato que pareceu amenizar o sentimento negativo por dele. Percebia, nesse momento, o pai de forma mais realista, ao ver que ele age de modo semelhante com todos os filhos. Este ponto favoreceu a resignificação do sentimento de ser rejeitada, o que facilitou importantes modificações na esfera dos relacionamentos. Dessa forma, a rejeição pelo pai não é somente uma rejeição a ela, pessoal, mas faz parte da forma com que ele consegue se relacionar com todos os filhos. Então, ela complementou:

“Claro que eu só fui entender e trazer esse significado realmente com a palavra há muito pouco tempo atrás... é é é, eu achava, eu me sentia rejeitada né?” (Isabela)

Assim, após a terapia, houve a resignificação das expectativas dela perante o pai. Isabela passou a ter clareza da diferença entre o que ela esperava do pai enquanto criança e o que ela espera enquanto adulta, percebendo a quais expectativas o pai pode ou não corresponder. Então, compreende que a falta de amor pela qual julga ter passado não é por ela não ser alguém não merecedora deste amor, mas pela dificuldade do pai de amar as pessoas e demonstrar o que sente.

“É... Hoje eu não me vejo mais, quer dizer, eu me vejo naquela época como uma criança que não tinha muita dimensão do que eram as coisas. Eu via o que eu conseguia enxergar e o que minha cabeça era capaz de interpretar com 8 anos. Eu com 8 anos não via que ele era imperfeito em todas as relações dele, eu via que ele era imperfeito como meu pai. Hoje não, hoje eu enxergo que ele é imperfeito ele, não são as pessoas que se relacionam com ele. Claro que ele pode se relacionar com um monte de gente imperfeita, eu não sou perfeita, mas é... a incapacidade de amar dele não é porque eu sou ruim, é porque ele não sabe amar.” (Isabela)

Além deste ponto, outra resignificação feita foi sobre o papel da mãe ao longo da vida dela. A mãe era vista de modo idealizado, como a mãe perfeita, que nunca

deixou faltar nada a ela. Paradoxalmente, o excesso de amor e cuidado da mãe acentuava a falta do pai, o que gerava comparações às quais o pai dificilmente conseguiria corresponder. Nessa época, Isabela reconhece a mãe como alguém que a amou e se dedicou, mas começa a enxergar esse amor também como uma forma de compensar a ausência e as dores causadas pelo pai.

“Eu acho que minha mãe sempre quis diminuir essa ideia de rejeição, então assim todo o amor que eu não recebi de meu pai eu recebi de minha mãe em grande escala (se emociona muito, choraminga, voz embargada) e ela tentou minimizar ao máximo, então assim eu não sei se essas feridas cicatrizaram realmente ou se eu ia passando por cima pra não magoar ela.” (Isabela)

Outra ressignificação que ocorreu após a terapia foi a respeito dos significados de Isabela sobre relacionamentos amorosos. Ela significava relacionamentos amorosos como fonte de sofrimento, não acreditava que eles podiam funcionar saudavelmente, achava que todo casamento era fadado ao fracasso e não conseguia enxergar exemplos de pessoas que fossem felizes no casamento. Aos poucos, a partir de experiências de pessoas próximas a ela, Isabela passa a considerar que existem pessoas que são felizes nos relacionamentos.

“Eu sempre tive uma visão muito negativa de relacionamento amoroso, mas eu tive amigos que casaram (cita nomes de amigos e dois tios de consideração) que eu pude vivenciar uma família é... completa, com pai, mãe e filho e o papel de cada um na família assim... e o companheirismo e a proximidade e que nem tudo precisa ser tão trágico e acabar de forma abrupta e deixar todo mundo magoado e cada um pro lado... e de que existem mágoas mesmo nessa situação de de de é... de família e existe uma palavra que é dita de um jeito e é interpretada de outro, e que isso sempre vai existir porque é uma relação entre duas pessoas e nem sempre o que você fala vai ser interpretado como você pensou né?” (Isabela)

Por fim, houve mudança sobre o fato de que Isabela não precisa repetir a história dos pais. Isabela constrói o novo significado de que é diferente dos pais, de que é uma pessoa separada deles. Considera o abandono e a violência psicológica como parte da sua história de vida, mas não mais como algo que domina todo o enredo.

“Assim, eu começo a me entender como um indivíduo separado de mãe, separado de pai, separado de família materna, de família paterna e do enredo todo que envolve isso. É, apesar de ter tudo isso aí intrincado, eu sou uma pessoa além disso. Eu sou mais do que uma filha que não

teve um pai presente, eu sou mais do que uma filha que teve uma mãe que se desdobrou, eu sou mais do que isso. E... é... eu me tornei uma pessoa que as pessoas gostam de conviver, é que eu gosto de conviver com as pessoas...” (Isabela)

Isabela descobre, aos poucos, prazeres na vida, seja vivenciado sozinha ou na relação com outras pessoas.

“É... eu gosto de meus momentos de ficar só, eu adoro ficar só, eu gosto de poder ligar meu som no número mais alto e ninguém vir reclamar e pedir pra abaixar o som, eu gosto de ficar sentada sem fazer nada olhando pro teto, pensando em como seria se eu ganhasse um milhão na mega sena, sem ninguém chegar e perguntar assim, você está parada aí fazendo o que? Adoro, adoro ficar divagando olhando pro teto, sem pensar em nada especificamente, mas pensando em tudo. Mas eu também adoro estar com meus amigos, com minha família, adoro. Adoro cozinhar pra família, cozinhar pros amigos...” (Isabela)

Pode-se compreender, então, que uma parte importante dos processos de ressignificação na adultez e após a segunda terapia com Isabela é sobre o fato de que ela pode escolher viver uma vida de modo diferente dos pais, é a descoberta de que pode não repetir a história de uma escolha amorosa conflituosa e de abandono. Fica claro que as ressignificações construídas não se restringem à violência ocorrida, mas a esta e aos seus desdobramentos nas várias esferas da vida.

2. Canonificação e Ruptura

Para Bruner (1997), existe um princípio organizador nas narrativas e estas, por sua vez, são construídas em torno de expectativas canônicas estabelecidas. O indivíduo esforça-se, através do seu manejo mental, para significar os desvios que questionam essas expectativas. O autor explica que é pela via da memória humana que as pessoas organizam suas experiências.

Pensando no caso Isabela, apesar de não estar explícito no seu discurso, é possível compreender que as diversas situações de abandono emocional acabaram percebidas como situações de violência psicológica. A violência psicológica é sutil, não deixa marcas corporais, mas pode deixar marcas profundas no si-mesmo da pessoa. Para Isabela, essas situações eram vivenciadas como um terror psicológico, com forte sentimento de angústia. As ocorrências de violência psicológica aumentavam mais ainda

a sensação de ter sido abandonada pelo pai e o temor de que, de fato, um dia, o pai não existisse mais na vida dela.

Podemos citar dois episódios narrados por Isabela que exemplificam isto. O primeiro exemplo ocorreu com sua madrasta, quando a mesma a desautorizou de chamar o pai de pai, justificando que os seus filhos não conseguiriam compreender que Isabela era filha de outro casamento.

“Ai depois disso eu liguei uma vez, outra vez, mas também por conta do plano de saúde pra casa do meu pai e quem atendeu foi a mulher dele e ela disse que eu não podia chamar meu pai de pai porque eu ia confundir a cabeça dos meus irmãos, que meus irmãos não sabiam da minha existência como irmã porque ela não me considerava irmã de meus irmãos e até hoje não considera porque eu sou filha de outro casamento ...” (Isabela)

Nesse momento, aconteceu, por parte da madrasta, uma privação/negação de Isabela vivenciar suas relações familiares, seja com o pai ou com os meio-irmãos. Esta postura da madrasta reforçava em Isabela o sentimento de não ser amada e de não pertencer àquela nova família.

Para o Ministério da Saúde (2001), a violência psicológica acontece quando há ação ou omissão que vise causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Situações que envolvam insultos constantes, desvalorização, humilhação, omissão de carinho e negação de atenção são compreendidas por este Órgão como violência psicológica.

Para Azevedo e Guerra (1989), a violência psicológica acontece através da negligência afetiva e da rejeição afetiva. Para as autoras, a negligência afetiva está relacionada com a falta de calor humano, de manifestação de carinho; e a rejeição afetiva refere-se às manifestações de depreciação e agressividade contra a criança. Nesse sentido, pode-se perceber a negligência e a rejeição afetivas na relação de Isabela com o pai.

Sobre o segundo episódio, este refere-se à afirmativa do pai de que Isabela, para ele, não significava nada, apenas despesa por conta da pensão.

“E aí quando eu tava com 15 anos, 14 pra 15 anos, um dia eu estava chegando da escola e aí o telefone tocou e eu atendi e eu estava entrando em casa e era meu pai, dizendo que tava me ligando pra avisar que ia ter uma audiência e que ele ia tirar minha pensão e que ele ia tirar minha pensão porque a única coisa que eu significava na vida dele era gasto, que eu não

significava mais nada. Então é difícil você ouvir isso de seu pai. (embarga a voz, choraminga novamente).” (Isabela)

Sobre a ocorrência da violência psicológica, Barbosa e Pergoraro (2008) explicam que não há consenso na definição de violência psicológica, porém é evidente que a ocorrência desta causa consequências no desenvolvimento socioemocional, comportamental e cognitivo ao longo do desenvolvimento. As autoras afirmam que esta modalidade de violência doméstica é a mais difícil de ser identificada, devido ao fato das suas marcas não serem visíveis.

Em outro momento de desentendimento com o pai, ao não se sentir compreendida pelo pai em seu sofrimento, Isabela tenta traduzir o tamanho da dor dela através da seguinte fala:

“Uma vez eu conversando com meu pai, ele dizendo que achava que não tinha feito tanto mal assim. Ai eu disse assim: “pra você ter noção do mal que você me fez, se eu me casar com um homem, me separar e ele fizer isso que você faz comigo eu mato ele”. Então eu acho que eu dizer isso, eu acho que significa muito do que foi pra mim, eu não suportaria ver isso, ver outra pessoa passando pela mesma coisa e sendo eu a envolvida nessa história. Então pra mim, o maior medo da minha vida é esse. É reviver com um filho. (chora novamente).”

Bruner (1997) explica que as pessoas têm crenças e desejos e que estes são elementos importantes na organização do mundo. Postula, ainda, que tais crenças não são apenas sobre o presente, mas sobre o passado e o futuro, e que os indivíduos e suas crenças estão relacionados de modo muito particular.

As crenças e os desejos das pessoas se tornam suficientemente coerentes e bem organizados, de modo que podem ser chamados de “compromissos ou estilos de vida” (p. 43). Essa junção – crença e desejo – caracteriza as pessoas e as leva a construir rótulos, como, por exemplo: “esposa leal, pai dedicado, amigo fiel” (p. 43). A partir disso, pode-se compreender que as crenças de Isabela sobre o pai e sua paternidade, ao serem frustradas de maneira tão marcante, desencadearam os “compromissos” defendidos por Bruner, tornando Isabela “a abandonada”, o pai “o abandonador” e inculcando em Isabela uma quase certeza de um futuro sofrido e com histórico de abandono também. Hipoteticamente, Isabela pensava que podia ser abandonada pelo marido e o filho pelo pai; então, construiu uma narrativa de modo a solucionar o conflito causado por esse medo: “eu mato ele”.

Essa significação de Isabela é coerente com a ideia de que crenças a respeito de um evento passado podem reger a vida da pessoa no presente e no futuro. O estatuto canônico das crenças de Isabela sobre paternidade, maternidade e conjugalidade está presente no seu discurso de modo atemporal, sendo difícil para ela separar os tempos (passado e presente) e as pessoas (o pai e ela).

Paternidade e amor filial: ruptura do canônico

Isabela trouxe, em seu discurso, diversos elementos que indicam o que, para ela, significa ser um “bom pai” e que são condizentes com o papel social ou canonificado de “bom pai”: estar presente, ser amoroso, participar dos eventos escolares, demonstrar preocupação e carinho, dentre outros. Isabela afirma que, por não receber nenhuma demonstração por parte do pai, com o tempo ela também não mais conseguia sentir e demonstrar carinho por ele. Isso gerava em Isabela um conflito entre ser honesta com seus próprios sentimentos e cumprir o “papel de filha”. Sobre esse papel, Isabela afirma que o amor de filho para com o pai deve ser algo instintivo, que acontece naturalmente em decorrência de “ser filha”. Ao constatar que isso não acontecia, Isabela vivenciou uma ruptura no conceito de amor filial.

“É meu pai, que é instintivo você amar... porque assim, antes ele era um pai bom, mesmo com todos os problemas eu ainda via meu pai, ele me pegava, eu fingia que estava dormindo para ele subir as escadas comigo no colo porque eu gostava desse contato entendeu?” (Isabela)

Ao longo de toda a narrativa, Isabela relatou pontos que refletem uma ideia canonizada sobre o que é ser filha. Para Isabela, um filho deve desejar estar perto do pai. Ao longo dos anos era difícil, para Isabela, compreender que as relações, mesmo que parentais, também são construídas. A relação dela com o pai ganhou um sentido de ser fruto das “obrigações de filha”.

“(...) eu não queria ligar pro meu pai, não queria falar com meu pai, e minha mãe que insistia, porque aí vinha “ele é seu pai, nam nam nam”, e por isso que se manteve uma relação mesmo que mínima.” (Isabela)

É possível inferir, a partir da narrativa, que o pai, apenas por ser pai, deveria desejar estar próximo e cuidar do filho. A percepção de que o pai não teve esses

comportamentos de cuidado, gerou grande sentimento de abandono e rejeição, acentuados pela forma abrupta com que o pai mudou seu comportamento.

“E... depois acabou, de uma hora pra outra. Então assim eu tinha ódio de me sentir assim, eu me sentia completamente rejeitada” (Isabela)

Era difícil encontrar outras explicações que justificassem o comportamento do pai, de modo que todas as explicações que Isabela conseguia construir, até a sua adolescência, a culpabilizavam pela configuração da separação entre os pais.

“Primeiro eu me sentia culpada dos meus pais terem se separado, porque como meu pai fazia muita coisa eu achava que a culpa era minha mesmo. Porque é antes de tudo ele se dava bem com minha mãe, então em primeiro lugar eu me sentia culpada pela separação, por ter nascido na verdade, porque eu achava que eu tinha nascido e tinha causado a separação. Eu achava que eu era uma pessoa ruim, porque meu pai que era meu pai não queria tá do meu lado e, é... por mais amor, por mais conforto que minha família materna me proporcionasse, pra mim não era completo.” (Isabela)

Ainda sobre as concepções canonificadas, sobre o que é ser pai e o que é ser filho, Isabela descreveu, na sua narrativa, um encontro que teve com o pai quando já era adulta, com o objetivo de conversar sobre a relação deles e sobre a situação que ocorreu na infância, quando disse, no colégio, que o pai tinha morrido. O pai havia sido instruído pela psicóloga da empresa onde trabalha a resolver essa situação com a filha. A dificuldade de diálogo que havia entre eles transformou essa tentativa de entendimento em mais uma situação ofensiva.

“Quando eu fiz 18 anos e ele me chamou pra conversar pra falar do que ele sentia mágoa de mim, que ele fez uma sessão de terapia porque na empresa era obrigatório e a coisa que mais magoou ele foi eu ter dito que ele tinha morrido. Eu tentei explicar pra ele porque eu fiz, mas ele até hoje não entendeu. Ele disse que se afastou de mim porque eu tinha dito que ele tinha morrido, sendo que ele nunca foi tão próximo ao ponto de significar algo mais entendeu?” (Isabela)

Isabela descreveu essa cena como marcante por mais uma vez não se sentir amada pelo pai, nem atendida em suas necessidades de afeto. Para ela, o objetivo estabelecido para o encontro inicialmente era o de se entenderem, mas o pai tentou

responsabilizá-la pela forma como a relação deles aconteceu ao longo da vida. Isso foi experimentado por Isabela como mais uma frustração, não só pela conversa em si, mas também, e principalmente, pela tentativa de “estabelecer uma relação de amor”.

“Eu tentei várias vezes estabelecer uma relação de amor e ele disse é... relação de amor é... um dia ele me disse que ele não me amava, e depois ele me disse que eu entendi errado que ele me amava, mas que é diferente o amor de uma pessoa que mora com você pra o amor de uma pessoa que não mora com você. Não entendo isso. Eu não consigo entender.” (Isabela)

As constantes mensagens contraditórias emitidas pelo pai, as cenas definidas como importantes, a dor de não ter uma relação de proximidade e amor com o pai, o sentimento de ser rejeitada e a baixa auto-estima: tudo isso foram elementos importantes para a construção do si-mesmo de Isabela. E, diante de situações tão carregadas afetivamente, Isabela buscou construir estratégias de enfrentamento que a ajudassem a conviver com essa violência cronicada e a preservar algum aspecto positivo do seu si-mesmo.

3. Estratégias para lidar com o abandono emocional

Nessa seção abordaremos discursos construídos por Isabela que tinham a intenção de amenizar a dor sentida pelo abandono e incluir esta ruptura do canônico em uma narrativa socialmente compreensível. Para Bruner (1997), o canônico focaliza o previsível e/ou usual da condição humana. Quando o excepcional ou o incomum acontece, a narrativa terá como propósito dar alguma explicação que proporcione sentido para este acontecimento.

O autor ainda afirma que a cultura contém um conjunto de normas e de procedimentos interpretativos para tornar o abandono dessas normas dotados de significado em relação aos padrões estabelecidos pela cultura. De acordo com o autor, as narrativas utilizadas terão a função de “encontrar um estado intencional que atenuar ou pelo menos torne compreensível um afastamento de um padrão cultural canônico” (p. 50).

Portanto, ao analisarmos a fala de Isabela, foi possível extrair situações, modos de pensar e agir, em diferentes momentos da vida, que tinham por objetivo atenuar os

desdobramentos das violências sofridas. Estas ações e pensamentos foram consideradas como estratégias para lidar com o abandono emocional.

A literatura traz o conceito de *coping* como uma estratégia para enfrentamento de situações estressoras. Antoniazzi, Dell'Aglio e Bandeira (1998) afirmam que existem duas categorias funcionais: *coping* focalizado no problema e *coping* focalizado na emoção. Para estas autoras, o *coping* é compreendido como um conjunto de esforços, tanto cognitivos, quanto comportamentais, utilizado pelos indivíduos com o objetivo de lidar com situações específicas, internas ou externas, que surgem em contextos de stress e são avaliadas como uma sobrecarga emocional, excedendo os recursos pessoais da pessoa em questão. As estratégias de *coping* podem ser aprendidas, usadas e descartadas e sua função é administrar a situação estressora, não se caracterizando no controle ou domínio da mesma.

Bedoya e Giraldo (2001) levantaram, em seu estudo, algumas estratégias de enfrentamento adotadas por filhos e filhas de mães que se auto-intitulam como maltratadoras. Tais estratégias foram adotadas pelas crianças com o objetivo de aprender a lidar com a mãe agressora, com a situação de violência doméstica intrafamiliar e seus desdobramentos. Entre outros resultados, os autores concluíram que a violência perpetrada pela mãe gera um estilo comunicacional caracterizado pelo desencontro vincular, produz consequências para o desenvolvimento psicológico da criança, bem como exige destas a construção de estratégias para serem resilientes.

São algumas das estratégias mencionadas pelos autores: busca por apoio da família extensa e da rede de apoio, não calar-se frente à violência; estar atento para o risco de haver a transmissão transgeracional da violência, uma vez que o fato de reconhecer que o padrão comunicacional aprendido é agressivo deixa os filhos alertas para não repetir a violência; a importância da existência de outras pessoas significativas na das vítimas que possam ensinar novos e saudáveis padrões vinculares; identificar o melhor momento para conversar com o agressor; reconhecer que o agressor tem problemas e que a violência é da responsabilidade deste, entre outros. Estas estratégias mantêm a subjetividade da criança protegida e reduz o impacto negativo do ato violento.

Viodres e Ristum (2010), em uma pesquisa com mães de meninas violentadas sexualmente, concluíram que as estratégias de enfrentamento adotadas por estas mães em relação às crianças envolviam a busca por assistência profissional e a denúncia do crime. Já as estratégias de enfrentamento adotadas pelas mães, em seu próprio benefício, referiam-se à busca por ajuda profissional e espiritual.

A seguir, são apresentadas as estratégias construídas por Isabela para lidar com a situação de abandono emocional provocada pelo pai, sendo estas focalizadas na tentativa de significar os sentimentos de dor, tristeza e rejeição suscitados pelo abandono (item 3.1) e também construídas na tentativa de se proteger de entrar em contato com estes sentimentos (itens 3.2 e 3.3).

3.1. A morte simbólica do pai enquanto estratégia para suportar a dor sentida

Quando Isabela era criança, sempre que tinha eventos na escola que envolviam a presença do pai, quem ia era a mãe. O pai já tinha sido chamado diversas vezes por ela, porém ele nunca estava presente. Então, diante da dificuldade de não suportar mais as perguntas dos colegas de sala, ela teve a ideia de dizer que o pai morreu de AIDS. Segundo Isabela, a intenção era evitar que os colegas continuassem perguntando pela presença do pai e ela precisasse explicar a ausência dele, fato que sempre a fazia se sentir muito rejeitada e não amada.

“É... como meu pai nunca aparecia na escola, então eu usei a a a ai eu tive a estratégia psíquica para suportar a a violência... a ideia de dizer que ele tinha morrido porque quando você fala que seu pai morreu ninguém te pergunta mais nada, e na época eu ouvia falar de AIDS e eu não sabia exatamente o que era AIDS, mas eu sabia que era uma coisa polêmica porque era tudo muito enredado, as pessoas evitavam falar sobre o assunto, então eu sabia que era uma coisa que se eu falasse que meu pai morreu e que morreu de AIDS ninguém ia me perguntar nada.” (Isabela)

Pode-se compreender que essa estratégia tinha a intenção de acabar com o sofrimento sentido em todas as ocasiões em que Isabela precisava dar explicações aos colegas sobre a ausência do pai, mas não amenizava o sofrimento causado pelo abandono e todos os seus desdobramentos. Isabela construiu, assim, uma estratégia para lidar com a ruptura do canônico sobre que é esperado de um pai. Para ela, é esperado de um pai que esteja próximo, que vá à escola e se interesse pelas atividades que o filho realiza. O fato de o pai dela não se comportar assim fez com que houvesse a ruptura do cânone do que significa ser um “bom pai”, originando significados, para Isabela, de ter “pai ruim” e de “não merecer ser amada”.

3.2. Dedicção aos estudos e à literatura para compensar uma visão negativa do si-mesmo

Durante a narrativa de Isabela, foi possível observar a predominância da visão negativa do seu si-mesmo existente por muitos anos. A exemplo de: “não ser digna de ser amada”, “eu não posso confiar nas pessoas”, “sou fadada a ser fracassada nos relacionamentos amorosos”, entre outros. Para lidar com essas dificuldades, Isabela desenvolveu grande gosto por estudos e literatura, dedicando-se intensamente a estas atividades.

Isabela lembrou, agora na adultez que, durante sua infância, se esforçava muito para ser boa aluna, tirar notas boas e ser reconhecida pelos colegas e professores. O seu “si-mesmo” identificado como boa aluna era uma estratégia de enfrentamento da sua baixa auto-estima decorrente das situações de violência.

“(...) mas era minha saída, foi minha saída: investir no profissional. Mesmo a parte de estudo eu considero como a parte profissional. É... foi, eu fiz isso, foi a minha válvula de escape.”
(Isabela)

Outra estratégia de enfrentamento utilizada por Isabela foi o hábito de ler livros de literatura. Relata ter vivido um mundo fantasioso através da literatura, de modo que podia imaginar uma vida diferente da realidade. Além disso, a leitura era também utilizada como um modo de evitar estar em contato com outras crianças na escola; funcionava como uma “justificativa” para o fato dela não brincar com outras crianças, como era esperado que uma criança fizesse.

Para Isabela, há um cânone sobre significado de infância como o momento de fazer amigos e brincar, sendo sua experiência de infância uma ruptura deste cânone e o estudo/leitura uma tentativa de incluir esta ruptura no discurso socialmente compreensível.

“(...) no intervalo eu não era de ficar brincando e tal, eu ia ler. Eu sempre tinha um livro, eu sempre tava com um gibi, alguma coisa porque eu ia ler. Eu brincava, eu brincava de esconde-esconde, pega-pega, mas a maior parte da minha infância e adolescência eu passei mergulhada nos livros, tanto livros de estudo como livros de histórias.” (Isabela)

Essa fala de Isabela, introduz a terceira estratégia por ela construída: isolar-se

para evitar construir relações muito próximas.

3.3. Distanciamento emocional e Isolamento social

É possível extrair, da narrativa de Isabela, o esforço feito para evitar construir relações com vínculos profundos, dada a sua dificuldade de confiar nas pessoas.

“Eu não confiava em ninguém, até muito pouco tempo eu não conseguia confiar nas pessoas que eu considerava amigos meus, mas na minha infância eu não confiava em ninguém.” (Isabela)

Com grande frequência, optava por fazer atividades sozinha, apesar de ser muito comunicativa e estar sempre rodeada de conhecidos. Assim, o isolamento social acontecia de modo contraditório: ela contava com a presença física das pessoas, porém não construía relações de confiança com estas.

“(...) eu eu eu, pelo o que eu sou hoje eu tenho uma personalidade muito de rir, de estar rodeada de pessoas e tal, então na minha infância, apesar de ter essa personalidade, eu sempre me candidatava como oradora, eu sempre gostei de estar na frente entendeu? Mas eu sempre gostei de fazer as coisas só.” (Isabela)

Até este momento da vida de Isabela, o fazer coisas só é significado como uma escapatória para evitar a construção de vínculos. Posteriormente veremos que a solidão deixa de ser vista como uma estratégia e passa a ser encarada como um momento prazeroso de estar consigo mesma. Com isso, o aspecto que define essas três situações elencadas como estratégia de enfrentamento não é o ato em si, mas o estado intencional subjacente a ele.

Foi possível perceber na narrativa de Isabela algumas estratégias de enfrentamento adotadas em concordância com as abordadas pela literatura (Bedoya & Giraldo, 2011; Viodres & Ristum, 2010), tais como: busca por apoio da família extensa, falar sobre a violência com outras pessoas, atentar-se para a não repetição transgeracional da violência, construir relações com pessoas que possam ensinar novos e saudáveis padrões vinculares, reconhecer que a violência é da responsabilidade do agressor e, por fim, busca por auxílio profissional.

4. A narrativa que constrói o si-mesmo de Isabela

Nessa seção abordaremos situações e cenas que ocorreram ao longo da vida de Isabela, porém com o foco dado a como essas situações se relacionam com a construção e reconstrução dos significados sobre seu “si-mesmo”. Para isso, alguns aspectos mencionados anteriormente serão retomados, uma vez que, o item sobre as ressignificações mostra uma narrativa que constrói o si-mesmo também.

Ao longo da narrativa de Isabela, foi possível extrair aspectos referentes aos seus significados de si. Com o passar dos anos, o “si-mesmo” de Isabela sofreu ressignificações, sobre quais discorreremos a seguir.

Um aspecto relevante sobre o “si-mesmo” de Isabela, durante muitos anos na sua vida, é a significação como culpada pela separação dos pais e pelas situações de abandono provocadas pelo que o pai fazia. Isabela imaginava que os pais haviam se separado por ela ser uma pessoa ruim e, ao carregar este significado ao longo dos anos, isto ratificava a baixa auto-estima.

“Primeiro eu me sentia culpada dos meus pais terem se separado, porque como meu pai fazia muita coisa eu achava que a culpa era minha mesmo. Porque é antes de tudo ele se dava bem com minha mãe, então em primeiro lugar eu me sentia culpada pela separação, por ter nascido na verdade, porque eu achava que eu tinha nascido e tinha causado a separação. Eu achava que eu era uma pessoa ruim, porque meu pai que era meu pai não queria tá do meu lado.” (Isabela)

Assim, a sua baixa auto-estima pautava-se, em especial, nos relacionamentos afetivos. Isabela não se considerava capaz de ser amada por alguém. Já na adultez e após a segunda terapia, este foi um aspecto que sofreu ressignificações, de modo que começou a acreditar ser merecedora de amor.

A ambivalência entre o desejo e o temor de ter um relacionamento amoroso com um homem também era uma característica marcante do “si-mesmo”. Ao mesmo tempo em que Isabela, já na vida adulta, e após a terapia, afirmava desejar construir uma relação, ela também temia se magoar de modo semelhante a como se magoou com seu pai.

“Influencia sim (o abandono), principalmente na vida amorosa. Eu não, durante muitos anos eu achei que todos os homens que eu encontrasse na minha vida iam ser meu pai, exatamente iguais como ele, iguais a ele, e o que eu sofri eu ia ver um filho sofrer (...)” (Isabela)

Outra ambivalência vivida por Isabela era entre o desejo de ter intimidade e o medo de ter uma relação amorosa, quando alguém se aproximava demais. Este ponto está relacionado com o mencionado logo acima, uma vez que, por ter um medo muito grande de confiar em um parceiro e se magoar; este medo funcionava como um motivo para que a mesma realizasse os cortes nos relacionamentos.

“E (...) eu nunca consegui estabelecer um relacionamento... é... eu primeiro eu fujo quando eu percebo que a pessoa está muito próximo... é... eu arranjo um jeito de fugir, e quando eu revivo situações que eu vivi com meu pai – claro que hoje eu consigo pensar e ver que não é a mesma situação que é outro enredo, tudo, mas me aterroriza (...)” (Isabela)

Sobre este tema, Ribeiro e Gonçalves (2010), afirmam que a ambivalência ocupa um papel central de um catalisador no desenvolvimento, na mudança e na manutenção das narrativas problemáticas do self na psicoterapia. Para os autores, quando a ambivalência não emerge, o self e as narrativas problemáticas se mantêm estáveis em uma relação cíclica através do processo terapêutico, bloqueando o desenvolvimento do self.

Complementam, ao afirmar que todo desenvolvimento é inerentemente baseado em uma certa incerteza. Assim, quando há uma ruptura significativa gerando mudança no meio ambiente, isso gera incerteza e ambivalência. O sistema deve, então, ser rearranjado ou modificado até encontrar uma relativa estabilidade, processo chamado de transição. (Ribeiro & Gonçalves, 2010).

Assim, para estes autores, as pessoas tendem a resolver sua ambivalência através da atenuação semiótica, ou seja, através da construção de significados que tendem a minimizar, depreciar ou trivializar a situação. No caso de Isabela, a ambivalência sobre o desejo e a repulsa de ter um relacionamento amoroso foi ressignificado à medida que a mesma percebia que pessoas próximas a ela eram felizes nas suas relações conjugais e que, portanto, isso era algo comum e que poderia acontecer com ela também.

“Eu sempre tive uma visão muito negativa de relacionamento amoroso, mas eu tive amigos que casaram (cita nomes), tio Joaquim e tia Joana (nomes fictícios) que eu pude vivenciar uma família é... completa, com pai, mãe e filho e o papel de cada um na família assim, e o companherismo e a proximidade e que nem tudo precisa ser tão trágico e acabar de forma abrupta e deixar todo mundo magoado e cada um pro lado, e de que existem mágoas mesmo

nessa situação... de de de é de família e existe uma palavra que é dita de um jeito e é interpretada de outro, e que isso sempre vai existir porque é uma relação entre duas pessoas e nem sempre o que você fala vai ser interpretado como você pensou né?” (Isabela)

Outro aspecto do “si-mesmo” adulto apontado por Isabela é que hoje ela se vê como alguém “mais humana”, mais capaz de observar e ser empática com os outros. Além disso, hoje possui uma visão mais positiva de si, de que pode ser amada sim por outras pessoas. Esse significado “não ser digna de amor” tem sua origem na situação do abandono, na relação com o pai, o qual passa por uma ressignificação para “ele que não sabe amar”.

“Hoje eu entendo que o problema não sou eu. Meu pai não tem capacidade de amar. Ele não tem capacidade de amar a mãe dele, ele não tem capacidade de amar nenhum dos filhos. Não é comigo o problema, não é que ele ame todo mundo e me odeie, ele não tem capacidade de amar e o problema não tá em mim, eu não sou uma pessoa ruim, muito pelo contrário, é... eu sou uma mulher que por conta dessas coisas acabou desenvolvendo um monte de coisa que muita gente da minha idade não desenvolveu.” (Isabela)

Isabela relatou que se vê, atualmente, como alguém forte e independente, porém com um sentido diferente. Na infância e adolescência ela se colocava “independente”, porém era uma estratégia em que aparentava ser auto-suficiente por não conseguir confiar nas pessoas. Hoje, o sentimento de independência é mais flexível, uma vez que ela consegue pedir ajuda quando precisa, mas também desenvolveu uma forma muito autônoma de se posicionar na vida. No passado, parecia ser a única opção; hoje, parece ser uma escolha.

“É ... eu aprendi a viver só, não só no sentido de me sentir só, de solidão, mas assim... eu não preciso de outra pessoa pra me sentir bem... é... e... eu acho que isso acaba, acabou me fortalecendo.” (Isabela)

Isabela hoje identifica o seu “si-mesmo” mais com uma versão de superação da violência do que com a violência em si. Menciona o apoio da mãe como fundamental nesse processo, bem como a ressignificação do pai como alguém com dificuldades de amar, diminuindo o sentimento de rejeição decorrente da compreensão de que era exclusivamente contra ela o afastamento do pai. Assim, percebe-se, em Isabela, a busca

por novos significados mais positivos e libertadores do ciclo de culpa e de rejeição característico da sua situação de violência.

Sobre mudanças provocadas a partir do processo psicoterapêutico, Ribeiro e Gonçalves (2010) esclarecem que os processos de rupturas e transições podem ser encontrados em diferentes contextos da vida diária, sendo a psicoterapia um deles. Assim, percebe-se ser importante analisar como a psicoterapia promove mudanças nas pessoas, como ela falha e como a estabilidade é mantida e é o par ruptura-transição que deve ajudar nesta análise.

Para os autores, a mudança pode habilitar a pessoa a restaurar o senso de auto consistência e continuidade. Mas a mudança também pode levar a pessoa ao senso de alienação, perda do seu self, perda do senso de continuidade, perda do contato com o seu meio ambiente. Nesse caso, a mudança não seria a favor do desenvolvimento. Concordando com as ideias de Ribeiro e Gonçalves (2010), no caso de Isabela, pode-se perceber que a mudança psicoterapêutica foi regulada por um processo de construção e reconstrução de significados que ocorreu no contexto da narrativa do self direcionado para os outros, proporcionando a ressignificação do significado de “não merecer ser amada” e, portanto, do isolamento social. A partir daí, Isabela pôde retomar experiências próprias do seu curso desenvolvimental, possibilitando aproximar-se e construir relações de vínculos com pessoas importantes para ela.

Por fim, Bruner (1997), ao fazer uma leitura dos autores Markus e Nurius salienta que é interessante pensar não em um si-mesmo, mas em uma pluralidade de possíveis si-mesmos: com um si-mesmo que se manifesta no momento e situação específicos. Para o autor, a ideia de “si-mesmos possíveis” representa o que o indivíduo pensa que “poderia se tornar, gostaria de se tornar e teme se tornar” (p. 45). Portanto, é possível perceber, ao longo da narrativa de Isabela, uma série de “possíveis si-mesmos”, alguns relacionados com o passado do abandono, outros com o medo da repetição deste passado e outros relacionados com uma história de superação já iniciada.

6. Considerações Finais

O caso Bernardo envolveu três modalidades da violência doméstica intrafamiliar: a sexual, a física e a psicológica. Apesar de perpetradas por diferentes autores, a existência das três está relacionada. Assim, a violência psicológica e física que Bernardo vivenciava na relação com os pais culminava em um clima familiar hostil e de pouca confiança, fatores importantes na decisão de Bernardo de ocultar a violência sexual protagonizada pelo primo que tinha a função de ser seu cuidador.

Um aspecto importante a ser comentado refere-se à naturalização da violência física e psicológica realizada pelo participante e seus familiares. É possível refletir, sobre este aspecto, que essas violências quando não ocorrem de formas extremadas, podem ser vistas pelas pessoas como algo comum no processo de educação dos pais para com os filhos, um aspecto da dinâmica familiar.

Os dados revelam a suma importância de que as práticas de violência psicológica e abandono emocional, as quais apresentam-se, em geral, mais sutis, sejam imediatamente questionadas, de modo a evitar que sejam cometidas inadvertidamente. Identificar e nomear a violência enquanto tal é imprescindível para seu enfrentamento, uma vez que proporciona, à vítima, elementos para construir suas estratégias de enfrentamento e alerta as pessoas sobre os perigos da repetição ingênua dessas práticas.

Sobre os processos de ressignificação, embora eles ainda estejam em construção, e ainda existam desdobramentos psíquicos das violências sofridas, foi possível analisar, através da narrativa de Bernardo, que houve dois pontos importantes no enfrentamento da violência: denunciar o passado de violência em terapia e, posteriormente, para a mãe; deslocar para o primo a culpa pela ocorrência da violência sexual, retirando-se do lugar de culpado.

A informação sobre a importância desses dois aspectos pode ser melhor explicitada. O primeiro deles (a denúncia do passado de violência sexual) foi importante para o participante por ter possibilitado romper com o “pacto do silêncio”³. Esta ruptura

³ Já em 1989, Azevedo e Guerra afirmavam que a única forma de uma criança ou adolescente serem resgatados do aprisionamento causado pela vivência da violência doméstica intrafamiliar é através da recuperação do poder da fala, tornando a violência pública.

fez com que o mesmo se defrontasse com tudo o que a situação lhe causou. Ao falar, sobre a violência sexual sofrida, Bernardo começou a enfrentar toda a dor sentida e, acima de tudo, a descobrir seus recursos e potencialidades.

Sobre o segundo ponto (deslocamento da culpa para o agressor), isso possibilitou a Bernardo começar a olhar para si com uma visão mais positiva. Por ter passado tanto tempo sentindo-se responsável pela violência sexual, somado à falta de acolhimento que sentia dos seus pais, isso trouxe prejuízos importantes no seu auto-conceito e na esfera da afetividade e sociabilidade. Quando Bernardo entendeu que era uma criança e, portanto, dependia de adultos para orientá-lo e alertá-lo, isso pareceu trazer o alívio necessário para o enfrentamento sadio da violência. Este parece ser um divisor de águas na vida de Bernardo, quando ele começou a construir visões mais positivas de si e da sua história de vida.

É importante ressaltar, ao leitor, que não se trata de interpretar esse deslocamento da culpa com um olhar maniqueísta: antes Bernardo era o culpado, depois ele passa a ser vítima. Não se trata disso. Trata-se do quanto o indivíduo precisa preservar o mínimo de integridade do seu si-mesmo para poder ressignificar sua história. No caso de Bernardo, a ressignificação pareceu depender de um certo tom de esperança e esta veio quando ele pode ter sentimentos mais positivos sobre si. Do contrário, de que valeria tanta luta?!

O caso da participante Isabela trata predominantemente da modalidade da violência doméstica intrafamiliar chamada de abandono emocional, porém deflagra a co-existência desta com a violência psicológica. Novamente, tal qual no primeiro caso, vale observar que a violência psicológica está presente junto com outra modalidade de violência. Podemos analisar a existência em conjunto desta não só com o abandono emocional, mas também com a violência física e a violência sexual. Seria, então, a violência psicológica uma modalidade de violência que perpassa todas as outras?

No caso de Isabela, ela nomeia ter sofrido abandono emocional pelo seu pai, o qual, após a separação, foi se afastando gradativamente, culminando em um afastamento mais brusco quando a participante tinha oito anos. O pai participava financeiramente da vida de Isabela, porém não lhe dava o afeto e a atenção, significados por ela como “função de pai”.

Tal como no caso de Bernardo, Isabela também passou muitos anos da sua vida culpando a si mesma pelo desamor do pai. Na infância e parte da adolescência, pensava que era a culpada pela separação dos pais e que o pai não a amava por ela não ser digna

de amor. Esses significados implicavam em prejuízos importantes no seu auto-conceito, bem como na sua vida afetiva e social.

O ponto importante no processo de ressignificação de Isabela é semelhante ao de Bernardo: acontece quando ela passa a significar o pai como responsável pelo abandono, não mais a ela mesma como incapaz de ser amada. Novamente, vale alertar para interpretações ingênuas: a vítima *versus* o algoz. Esse deslocamento de culpa parece ser a estratégia psíquica de Isabela para reconhecer que o pai, sendo um adulto, deveria ter mais maturidade e discernimento sobre seus afetos e suas questões frente à separação.

Tanto Isabela, quanto Bernardo, ao desocupar a posição de culpados e encarar seus familiares como agressores, passam também a olhar para seu passado, enxergando-se como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e, portanto, com necessidades de cuidado, orientação e proteção de seus pais e familiares.

Assim, diante dos dois casos, é válido ressaltar que não há modalidade de violência que seja mais ou menos grave, ou que cause consequências mais ou menos devastadoras. Por exemplo, a violência sexual cometida contra Bernardo não é mais grave por ser sexual e ter marcas corporais; o abandono emocional perpetrado contra Isabela não é menos grave, por não ter marcas corporais. A gravidade e durabilidade dos desdobramentos da violência doméstica dependem mais de como as pessoas a significam do que da violência em si.

Outro ponto importante a ser considerado é o acesso que os dois participantes tiveram à determinados recursos, os quais foram imprescindíveis no enfrentamento à violência doméstica. Poder cursar uma graduação, ou pós-graduação, ter acesso fácil à médicos, psiquiatras, acupunturas, terapia, tudo isso são oportunidades que favoreceram as ressignificações, mas que são difíceis de serem encontradas na esfera pública.

Cabe, aqui, considerar as implicações do passar do tempo, desde a vivência da violência, como fator de extrema importância nas ressignificações realizadas pelos participantes. Simão (2015) afirma que o tempo é uma noção em relação a aspectos centrais da vida, sendo também um tema filosófico de grande relevância. Assim, diferentes concepções de tempo trouxeram e continuam trazendo diferentes concepções sobre a relação entre a pessoa, o outro e o mundo. De acordo com a autora, estas concepções são originadas a partir de diversas tentativas de conceituar o mundo e entender a diversidade de assuntos humanos, planos, esperanças e medos.

Para Simão (2015), falar de temporalidade implica em fazer uma distinção entre o tempo concebido como uma dimensão do mundo, o que é independente da forma como o sujeito o percebe, e o tempo concebido como uma experiência subjetiva, o que depende do sujeito que o vive, dentro da sua linha de tempo.

Ou seja, ao considerarmos o tempo que passou a partir do fim da exposição dos participantes às situações de violência, não estamos apenas considerando o tempo cronológico (eram crianças quando sofreram as violências, passaram pela adolescência e hoje são adultos), mas também considerando o tempo psicológico experimentado por eles a respeito do fim da violência. Os dois, ao iniciarem a terapia, estavam distantes da violência no que tange ao tempo cronológico, porém próximos no que tange ao tempo psicológico. Podemos usar a seguinte metáfora: “era como se tivesse acontecido ontem”, ainda que tivesse acontecido há anos.

A autora destaca que as pessoas experienciam o tempo pelo menos de dois modos simultâneos, sentindo-se no aqui e no agora e sentindo o tempo passar. O tempo é parte do processo subjetivo de construção do eu. A ideia do tempo como uma série sequencial de “antes” e “depois” é, então, um constante movimento à frente e em fluxo de tempo irreversível. E os atos, por sua vez, são a objetivação da passagem do tempo, como se fosse externamente independente de nós.

Concordando com a autora, pode-se observar que ambos os participantes viviam, no presente, a memória das violências sofridas e, através das suas narrativas, caminhavam no fluxo do tempo do passado e do futuro, buscando encontrar sentidos para suas experiências.

Estas são considerações que pensamos ser importantes para a literatura sobre a violência doméstica intrafamiliar sofrida por crianças e adolescentes. Existem muitos estudos que falam de crianças e adolescentes no momento em que estão, de fato, sofrendo a violência ou que a sofreram recentemente. Mas o estudo feito com o adulto que objetivamente não está mais em situação de violência, porém essas violências e seus desdobramentos estão presentes na sua vida cotidiana, bem como a análise de se e como estes adultos vivenciam seus processos de ressignificação da violência doméstica, pode acrescentar um conhecimento importante às produções científicas deste tema. Ainda assim, sugerimos que novos estudos sejam feitos, dando continuidade a esse compromisso de estudar a violência e seus desdobramentos ao longo do ciclo vital.

Por último, porém não menos importante, gostaríamos de salientar que os dados encontrados baseam a conclusão não-fatalista a respeito das pessoas que sofrem

violência na infância: não necessariamente elas terão problema durante toda a vida referente à violência e nem serão perpetradores. Nossos dados sugerem que as ressignificações são possíveis, tanto no que diz respeito à violência doméstica e seus desdobramentos, quanto à constituição do si-mesmo. Estas ressignificações não eliminam o passado, mas abrem para a possibilidade de construir um novo futuro. Um futuro psicologicamente mais leve. Um futuro mais justo para com esses Bernardos e Isabelas. E, porque não, um futuro mais bonito?!

7. Anexos

1. Roteiro de entrevista

Foi construído um instrumento com perguntas estimuladoras baseadas em temário que buscou dar conta dos objetivos geral e específicos. Segue abaixo uma lista de perguntas estimuladoras sugeridas para cada objetivo.

Objetivo geral: Analisar como são construídas as significações e ressignificações sobre a violência doméstica para adultos que foram vítimas quando crianças e/ou adolescentes a partir das narrativas.

Primeiros passos:

Apresentar a pesquisa, ler o Termo de Consentimento Esclarecido, me apresentar.

✓ Perguntas estimuladoras:

“Conta-me um pouco sobre sua vida, como um resumo de aspectos que você considera mais importantes nela.”

- ❖ A intenção é fazer um “quebra-gelo”, criar um rapport mais adequado para uma entrevista que tocará no tema da violência.

“O que você pensa sobre violência doméstica?”

"Fala sobre os aspectos que você considera mais importantes da sua história e como a violência doméstica se relaciona com ela, tanto na infância, na adolescência, como agora na vida adulta".

- ❖ Pretendemos alcançar os aspectos que o participante considera mais importantes da sua vida, sejam escolhas profissionais, afetivas, mudanças significativas, estabelecimento de relações para além da família, entre outros.
- ❖ O foco é fazer um voo panorâmico sobre a vida do sujeito, identificando na sua narrativa se e como os eventos mencionados pelo participante têm alguma correlação com a história da violência doméstica intrafamiliar.

Objetivos específicos:

1- Analisar o relato da violência doméstica sofrida quando crianças e/ou adolescentes.

✓ Perguntas estimuladoras:

"Conta mais sobre a sua infância e adolescência, quais episódios você considerou mais marcantes nessa época?" Por que foram importantes? (perguntar sobre como era a relação com pais e outros familiares, as relações com colegas e amigos, vizinhos e na escola, ou outras pessoas e contextos significativos).

"Na sua infância você sofreu algum episódio de violência doméstica (em sua casa, por parte de familiares)? Conte-me sobre isso (como ocorreu, as pessoas envolvidas, o que aconteceu depois, como você se sentiu, o que pensou sobre o ocorrido)".

"E na adolescência? Você sofreu algum episódio de violência doméstica (em sua casa, por parte de familiares ou outros grupos sociais)? Conte-me sobre isso (como ocorreu, as pessoas envolvidas, o que aconteceu depois, como você se sentiu, o que pensou sobre o ocorrido)".

"Como você lidava com estes acontecimentos quando criança? E quando adolescente?".

2- Identificar se, na narrativa do participante, a violência doméstica se configura como uma ruptura na sua trajetória de vida.

✓ Pergunta estimuladora: "Nessa época, você observou se algo mudou na sua forma de sentir, pensar e agir? E na forma de se relacionar com os outros e consigo (na relação com familiares e outras redes sociais, com sua sexualidade, em relação a seu auto-conceito, na escola)?"

3- Identificar, na narrativa, as relações entre a violência doméstica intrafamiliar e as características do si-mesmo, ao longo da trajetória de vida.

✓ Perguntas estimuladoras:

"Você consegue lembrar e descrever como você era na infância e na adolescência?" (características psicológicas, jeito de ser, de agir, etc.).

"E como você se vê hoje?"

"Algo mudou de como você se via no passado e como você se percebe hoje?" (se a resposta for sim);

"Você consegue descrever essas mudanças?"

"O que você sente e pensa a respeito de quem era quando criança e adolescente?"

"O que você sente e pensa a respeito de quem é agora?"

"Em que sentido a violência que você sofreu no passado colaborou para essas mudanças?"

4- Identificar eventos ocorridos ao longo da vida que foram significativos para a reconstrução dos significados de violência doméstica na vida adulta.

✓ Perguntas estimuladoras:

"Você identifica algum evento ocorrido ao longo da sua vida que interferiu na forma como significa a violência doméstica?"

Se a resposta for sim: "Descreve qual(is) e como interferiu?"

Se a resposta for não: "Algo permanece igual na forma como você significa a violência doméstica?"

2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO: Significações e ressignificações sobre violência doméstica para adultos que foram vítimas quando crianças e/ou adolescentes

PESQUISADORA: Manuela Menezes de Almeida Moura

OBJETIVO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que tem por objetivo analisar como são construídas as significações e ressignificações sobre a violência doméstica para adultos que foram vítimas quando crianças e/ou adolescentes a partir das narrativas.

PROCEDIMENTOS

Você participará de entrevista na qual falará livremente sobre como você significa o (s) episódio (s) de violência doméstica intrafamiliar ocorrido na sua infância e/ou adolescência. Caso seja necessário, poderão ser realizadas mais de uma entrevista. Estas entrevistas serão gravadas e, após seu consentimento, serão transcritas, possibilitando manter maior fidedignidade às informações coletadas.

RISCOS E BENEFÍCIOS

Partindo-se do pressuposto de que toda pesquisa envolvendo seres humanos apresenta riscos potenciais, informamos que esta pesquisa além de oferecer elevada possibilidade de compreensão sobre a realidade que circunda a vivência da violência doméstica quando crianças e/ou adolescentes, poderá promover mudanças que visem construir / melhorar políticas públicas que ofereçam suporte às pessoas que passaram por esta experiência, justificando-se assim o risco, mesmo que mínimo, que seu método possa vir a oferecer. Ressalta-se que a pesquisadora possui o compromisso de assumir a responsabilidade em dar assistência integral às possíveis complicações e danos decorrentes de sua participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE

As informações prestadas por você serão utilizadas em um trabalho de pesquisa para Mestrado em Psicologia. Outros trabalhos científicos podem utilizar os dados desta pesquisa, porém, em qualquer circunstância, sua identidade será mantida em absoluto sigilo.

DIREITO DE RECUSAR OU DESISTIR DA PARTICIPAÇÃO

Sua participação nesta pesquisa é voluntária, ou seja, você pode recusar-se a participar e se mudar de ideia durante a pesquisa, poderá desistir de participar a qualquer momento. Negar-se a participar ou interromper sua participação não trará nenhuma consequência negativa para você.

QUESTÕES

Se você tiver qualquer pergunta a fazer, por favor, sinta-se à vontade para realizá-la. Se, no futuro, você tiver mais perguntas a fazer, você poderá solicitar contato com o Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia – Coordenação do Programa e solicitar um retorno da pesquisadora, através do telefone 71.8850.5415, ou através do e-mail manumoura18@gmail.com.

Caberá à pesquisadora manter em arquivo, sob sua guarda, por tempo indeterminado, os dados da pesquisa, contendo fichas individuais e todos os demais documentos recomendados pelo CEP.

Será entregue uma cópia do TCLE a você após a leitura e esclarecimento feito pela pesquisadora. Desse modo, sempre que quiser, você poderá reler este termo de consentimento.

Para o participante:

Assim, mediante o explicitado acima, declaro compreender os procedimentos da entrevista, bem como os riscos e benefícios aos quais estou exposto (a) ao concordar em participar da mesma. Declaro também compreender que minha identidade será mantida em absoluto sigilo, sendo a divulgação dos meus dados feita pela via do anonimato. Declaro também estar ciente de que esta pesquisa não possui nenhum custo para mim e que posso, a qualquer momento que desejar, deixar de contribuir com a mesma.

Assinatura do participante

RG ou CPF: _____

Data

Assinatura do pesquisador

8. Referências Bibliográficas

Alexander, P.C. (2012) Entendendo os efeitos de História de Abuso Sexual na infância sobre as relações conjugais atuais – Uma perspectiva do apego. Em: **Os processos do apego na terapia de casal e família**. Ed. Roca, São Paulo.

Azevedo, M.A.; Guerra, V.N.A. (1995) *Violência doméstica na infância e adolescência*. Roca: São Paulo.

Azevedo, M. A; Guerra, V. N. A (org) (1989) *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. Iglu, São Paulo.

Azevedo, M. A. (1989) Consequências psicológicas da vitimização de crianças e adolescentes. Em: *Crianças vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder*. Ed. Iglu, São Paulo.

Baptista, R. S.; França, I. S. X.; Costa, C. M. P. B.; Sousa, V. R. (2008). Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificados no Programa Sentinela. *Acta Paulista de Enfermagem*, 21, 602-608.

Barbosa, P. Z, Pegoraro, R. F. (2008) Violência doméstica e psicologia hospitalar: possibilidades de atuação diante da mãe que agride. *Revista Saúde e Sociedade*, 17, 77-89.

Bazon, M. R. (2008) Violências contra crianças e adolescentes: análise de quatro anos de notificações feitas ao Conselho Tutelar na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 24, 323-332.

Bedoya, M. H; Giraldo, M. L. (2011). Vivir la violencia materna. La voz de los niños y niñas. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 9(2), 607 (11), Julho.

- Bittar, D. B; Nakano, A. M. R. S. (2011) Violência intrafamiliar: análise da história de vida de mães agressoras e toxicod dependentes no contexto da família de origem. *Texto & Contexto Enfermagem*, 20(1), 17.
- Bourroul, M. L. M; Rea, M. F; Botazzo, C. (2008) Residentes de pediatria diante da violência doméstica contra crianças e adolescentes. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 12, 737-748.
- Branco, M. A. O; Tomanik, E. A. (2012). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: prevenção e enfrentamento. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 402-411.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde*. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. *Viva: instrutivo de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências / Secretaria de Vigilância em Saúde*. Departamento de Análise de Situação de Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011.
- Bruner, J. (1997). *Atos de significação*. Ed. Artes Médicas: Porto Alegre.
- Cecconello, A. M.; Antoni, C; Koller, S. H. (2003) Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 8, 45-54.
- Creswell, J. W. (2007) *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Artmed: Porto Alegre.
- Espinoza, F. G; Zepeda, P. V; Bautista, V. H; Newton, S. O. A; Plasencia, G. G; Hernández, S. C. M. (2010) Violencia doméstica y riesgo de conducta suicida

- em universitários adolescentes. *Revista Salud Pública de México*, 52(3), 213-219.
- Flores, E.; Cicchetti, D.; Rogosch, F. (2005) Predictors of Resilience in Maltreated and Nonmaltreated Latino Children. *Developmental Psychology*, vol. 41, n 02, 338-351, University of Rochester.
- Fraser, M. T. D; Gondim, S. M. G. (2004) Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 14 (28), 139 – 152.
- Forero, L. C. A; Reves, A. P. A.; Diaz, A. P. G; Rueda, M. E. V. (2010) Maltrato infantil y sus consecuencias a largo plazo. *MedUNAB*, Agosto, 13 (2), 103(13).
- Gabatz, R. I. B; Neves, E. T; Beuter, M; Padoin, S. M. M. (2010) O significado de cuidado para crianças vítimas de violência intrafamiliar. *Revista Escola Anna Nery*, 14, 135-142.
- Garcia, A. A. C; Ruschel, B. D. (2010) Eventos de vida: investigações sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. *Revista Interamericana de Psicologia*, Setembro, 44(3), 489(9).
- Germano, I. M. P (2009). Aplicações e implicações do método biográfico de Fritz Schütze em Psicologia Social. Anais de trabalhos completos - *XV Encontro Nacional da Abrapso. GT História, Teorias e Metodologias*.
- Habigzang, L. F; Dala Corte, F; Hatzenberger, R.; Stroehel, F; Koller, S. H. (2008) Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, Junho, 21(2), 338(7).
- Holt, S.; Buckley, H.; Whelan, S. (2008) The impact of exposure to domestic violence on children and young people: a review of the literature. *Child Abuse & Neglect*, 32, 797-810, University of Dublin, Dublin, Ireland.

- Inoue, S. R. V. (2007). *Violência sexual contra a criança: significações e estratégias de enfrentamento adotadas pelas mães*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia.
- Iriart, M. F. S.; Bastos, A. C. S. (2007) Uma análise semiótico-sistêmica de diferentes ecologias desenvolvimentais na juventude. *Psicologia em Estudo*, Maringá, maio/ago, 12(2), 239-246.
- Lise, F.; Motta, M. G. C. (2012) Violência doméstica infantil: abordagem da enfermagem. *Acta Scientiarum: Health Sciences*, 34(1), 53.
- Lordelo, L. R.; Bastos, A. C. S.; Alcântara, M. A. R. (2002) Vivendo em contexto de violência: o caso de um adolescente. *Psicologia em Estudo*, Maringá, jul./dez, 7(2), 31-40.
- Luna, G. L. M.; Ferreira, R. C.; Vieira, L. J. E. S. (2010) Notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes por profissionais da Equipe Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, Março, 15(2), 481(11).
- Marques, M. A. B.; Assis, S. G. (1994) Violência doméstica contra crianças e adolescentes. Vol. 2 de *Coleção Temas*, Vozes: São Paulo
- Martinez, G. S. El maltrato infantil: mecanismos subyacentes. (2008) *Avances em Psicología Latinoamericana*, Julho 26(2), 171(9).
- Neves, A.S & Romanelli, G. (2006) A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar. *Estudos em Psicologia*, Campinas, São Paulo, julho-setembro, 23, 299-306.
- Oliveira, C. B. E; Marinho-Araújo, C. M. (2010) A relação família-escola: intersecções e desafios. *Revista Estudos em Psicologia*, Campinas, vol. 27, n. 1, jan/mar.
- Oliveira, N. H. D. (2009) Família contemporânea. Em: *Recomeçar: família, filhos e desafios (online)*. Editora UNESP, São Paulo.

- Paixão, A. C. W.; Deslandes, S. F. (2011) Abuso sexual infantojuvenil: ações municipais da Saúde para a garantia do atendimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, Outubro, 16(10), 189(10),
- Pratta, E. M. M; Santos, M. A. (2007) Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago.
- Prado, M.C.C.A e Pereira, A.C.C. (2008) Violências sexuais: incesto, estupro e negligência familiar. *Estudos em Psicologia*, Campinas, São Paulo, abril-junho, 25, 277-291.
- Ribeiro, A. P e Gonçalves, M. M (2010). Innovation and Stability within the dialogical self: the centrality of ambivalence. *Culture & Psychology*, Portugal, 16, 116.
- Ristum, M (2010). A violência doméstica contra crianças e as implicações da escola. *Temas em Psicologia*, Vol. 18, nº 1, 237 – 247.
- Ristum, M. (2014). As marcas da violência doméstica e a identificação por professores do ensino fundamental. *Revista Brasileira de Psicologia*, Salvador, Bahia, 01 (01), 3-12.
- Rocha, P. C. X e Leite, C. M. (2011) Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: a experiência do PMF/ Niterói (RJ, Brasil). *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Julho, 16(7).
- Saffioti, H. I. B. (1989) A síndrome do pequeno poder. Em: *Crianças vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder*. Ed. Iglu, São Paulo.
- Santoro Jr., M. (1989) Vitimização física: a conduta médica. Em: *Crianças vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder*. Ed. Iglu, São Paulo.

- Santos, J. E. F.; Bastos, A. C. de S. (2011) Repercussões do homicídio entre jovens de periferia da cidade de Salvador. *Oralidades: Revista de História Oral*. EdUSP: São Paulo, jan-jun, 9(5), 75-94.
- Scorsolini-Comin, F.; Santos, M. A. (2012) Família interdita: transgeracionalidade e subjetivação em três obras ficcionais. *Revista Psicologia em Estudo*, v. 17, n.2, p. 255-266, abril/jun, Maringá.
- Silva, T. F. F.; Rondini, C. A.; Medeiros, S.J.; Venturini, A. M. (2013) Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência. *Revista Psicologia & Sociedade*, 25(1), 90-102.
- Simão, L. M. (2015) Time – Not always the same. Em: *Temporality: Culture in the flow of human experience*. Aalborg University.
- Simkin, P; Klaus, P (2004) *When survivors give birth: understanding and healing the effects of early sexual abuse on childbearing women*. Classic Day Publishing, Washington, Seattle.
- Szymanski, H. (2006) Práticas educativas familiares e o sentido da construção identitária. *Revista Paidéia*, 16 (33), 81-90, São Paulo.
- Tamioso, M. V. S. R. (2005) *A psicoterapia como cenário social de produção de sentido*. Dissertação de Mestrado, PUC-Goiás, Goiânia.
- Thomazine, A. M.; Oliveira, B. R. G.; Vieira, C. S. (2009) Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar por enfermeiros em serviços de pronto-atendimento. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 11(4), 830.
- Tholan, P.; Gorman-Smith, D.; Henry, D. (2005) Family Violence. *Annual Reviews Psychology*, 57, 557-83, University of Illinois, Chigaco.

- Viodres, I. S. R; Ristum, M. (2010) Violência sexual contra a criança: estratégias de enfrentamento adotadas pelas mães. *Revista Interamericana de Psicologia*, 44(3), 560(11).
- Vitiello, N. (1989) Vitimização sexual: consequências orgânicas. Em: *Crianças vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder*. Ed. Iglu, São Paulo.
- Xavier, E. A.; Camargo, C. L.; Diniz, N. M. F.; Gomes, N. P. (2011) História oral de homens que praticaram violência sexual contra crianças e adolescentes. *Oralidades: Revista de História Oral*, EdUSP: São Paulo, jan-jun, 9, ano 5, 95-108.
- Weller, V. (2010) Tradições hermenêuticas e interacionistas na pesquisa qualitativa: a análise de narrativas segundo Fritz Schütze. *Reunião Anual da ANPED. GT Filosofia*.
- Werner, M. C. (2009) Famílias em situação de ofensa sexual. Em: *Manual de Terapia Familiar*. Artmed: Porto Alegre.
- Xavier, E. A.; Camargo, C. L.; Diniz, N. M. F.; Gomes, N. P. (2011) História oral de homens que praticaram violência sexual contra crianças e adolescentes. *Oralidades: Revista de História Oral*. EdUSP: São Paulo, jan-jun, 9(5), 95-108.
- Zanelatto, P. F; Medeiros, M.; Silva, W. S.; Bouttelet, D. M. (2012) Violência contra crianças e adolescentes: significados e atitudes por equipes da Estratégia Saúde da Família. *Ciencia y enermaria – Revista iberoamericana de investigación*, 18(2), 41-49.